Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2022 | Nº 25.124 | Preço banca: R$ 3,50

Medida provisória define novas regras para o auxílio-alimentação

A medida provisória que estabelece novas regras para o auxílio-alimentação, benefício que é pago aos trabalhadores formais, foi publicada na segunda-feira (28) no Diário Oficial da União (DOU). A norma também traz dispositivos sobre teletrabalho e outras regras trabalhistas, anunciadas na sexta-feira (25) pelo governo.

A MP define que o auxílio-alimentação deve ser usado "exclusivamente para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais".

A nova regra pretende fechar qualquer brecha na legislação que permita que o benefício seja utilizado para outras finalidades, depois de o governo ter identificado o uso para serviço como o pagamento de assinaturas de TV, entre outros.

A MP também proíbe o deságio, seja para contratante ou para o contratado, sobre o valor a ser transferido aos trabalhadores de uma empresa. A prática é conhecida como "taxa negativa" no mercado, e é muito empregada por fornecedores de cartões de auxílio-alimentação. Página 3

Ministro da Educação pede exoneração do cargo

Página 26

Número de ocupados em janeiro atinge patamar pré-pandemia, segundo Ipea

Página 3

Servidores do Banco Central anunciam greve a partir de 1º de abril

A partir de 1º de abril, os servidores do Banco Central (BC) entram em greve por tempo indeterminado. O movimento foi aprovado na segunda-feira (28) em assembleia pela categoria, que pede a extensão, para os funcionários do órgão, dos aumentos aprovados para os policiais federais no Orçamento de 2022.

Desde o último dia 17, a categoria vinha fazendo paralisações diárias das 14h às 18h. Desde o início do ano, os servidores do órgão vinham trabalhando em esquema de operação-padrão, com as equipes trabalhando mais lentamente, e atrasando a divulgação de indicadores.

Nas últimas semanas, diversas publicações do BC, como o boletim Focus (pesquisa com instituições financeiras) e as respostas do questionário que antecedem as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), saíram com atraso. Hoje pela manhã, foi divulgado que o órgão não divulgará diversas estatísticas mensais previstas para esta semana, como os relatórios de contas externas, do mercado de crédito e sobre as contas públicas.

A divulgação de eventos e de informes para a imprensa também tem atrasado. A mudança de calendário dos saques dos valores a receber só foi informada durante o fim de semana.

Segundo entidades que representam os trabalhadores do Banco Central, o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, reuniu-se no último sábado (26) com servidores para discutir reajustes salariais e reestruturação de carreira. As conversas, no entanto, não avançaram. Sem propostas oficiais, os funcionários aprovaram a greve por tempo indeterminado. (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

29º C
19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,76
Venda: 4,76

Turismo
Compra: 4,72
Venda: 4,96

EURO
Compra: 5,23
Venda: 5,24

Arrecadação federal cresce 5,27% e bate recorde em fevereiro

Foto Marcelo Camargo - ABr

Impulsionada pela recuperação da economia e pelo encarecimento do petróleo internacional, a arrecadação federal bateu recorde para meses de fevereiro. Segundo dados divulgados na segunda-feira (28) pela Receita Federal, o governo arrecadou R$ 148,66 bilhões no mês passado, com aumento de 5,27% acima da inflação em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor é o maior da história para meses de fevereiro desde o início da série histórica da Receita Federal, em 1995, em valores corrigidos pela inflação. Em janeiro e fevereiro, a arrecadação federal soma R$ 383,99 bilhões, com alta de 12,92% acima da inflação pelo IPCA, também recorde para o período. Página 3

Saiba como o preço do combustível impacta na tarifa de ônibus em São Paulo

A tarifa de ônibus de São Paulo é baseada nos custos para operação e manutenção do sistema. Como os valores pagos pelos passageiros não são suficientes para custear integralmente o serviço, a prefeitura da capital paulista repassa subsídios para as empresas concessionárias do transporte coletivo.

Os recursos do Executivo municipal compensam ainda as gratuidades garantidas para idosos, pessoas com deficiência, além dos descontos para estudantes e concedidos pelo sistema de integração para os passageiros que se deslocam usando mais de um ônibus, ou em combinação com os sistemas de trilhos. Página 26

Prefeitura lança edital de PPP para cinco novos CEUs na capital

Página 2

Esporte

Verstappen dá o troco e vence na Arábia Saudita

Por Tiago Mendonça

A temporada 2022 reascendeu a rivalidade adormecida entre Max Verstappen e Charles Leclerc, adversários desde os tempos do kart. Mas o melhor de tudo: dentro da mais absoluta esportividade. Depois da excelente disputa entre ambos na abertura do campeonato, realizada uma semana antes, no Bahrein, os dois voltaram a duelar de forma intensa e leal.

Só que desta vez quem levou a melhor foi Verstappen. O piloto holandês deu o troco em Leclerc ao tomar dele a primeira posição nas voltas finais para ficar com a vitória na Arábia Saudita. Até o monegasco reconheceu a corridaça de Verstappen – que saiu apenas em quarto lugar depois de um rendimento bem abaixo do esperado no treino classificatório.

Uma decepção ainda maior por ver que o carro da Red Bull tinha potencial: no que definiu como a volta da vida dele, o mexicano Sergio Pérez registrou a primeira pole position da carreira, depois de 215 GPs. Um recorde que superou com folga os números do antigo líder dessa estatística, Mark Webber, que só largou na frente depois de 131 tentativas.

Charles Leclerc alinhou em segundo lugar e Carlos Sainz Jr., em terceiro. Pérez largou bem e liderou tranquilamente as primeiras voltas. Só que aí, tanto ele quanto a Red Bull caíram em um blefe genial por parte da Ferrari. A equipe italiana chamou Leclerc para os boxes na 15ª volta, com a clara mensagem "entre nos boxes para ultrapassar".

Como os rádios são monitorados, a Red Bull entendeu isso como uma tentativa de fazer o chamado undercut: parar mais cedo, voltar de pneus novos e roubar a posição do adversário quando ele for aos boxes. Imediatamente, a Red Bull se defendeu chamando Pérez para o pit stop. Mas era tudo encenação: enquanto Pérez parou, Leclerc seguiu na pista.

Foto Red Bull Content Pool

Max *Verstappen*

A estratégia foi ainda mais benéfica porque a prova foi neutralizada pouco depois, em função do acidente de Nicholas Latifi. Leclerc aproveitou-se da bandeira amarela para fazer o pit stop e voltar na liderança; enquanto Pérez despencou para quarto. Verstappen, que já havia passado Sainz Jr. na largada, subiu para segundo.

A partir daí o que se viu foi um duelo de tirar o fôlego: a diferença entre eles nunca foi superior a 2s. Nas retas do velocíssimo circuito de Jedá, a utilização da asa móvel tem um impacto ainda maior do que nas outras pistas, permitindo uma troca frenética de posições. Na volta 42 (de um total de 50), Verstappen tomou a liderança pela primeira vez, mas não por muito tempo.

Leclerc usou o DRS para retomar a ponta logo na sequência. Na volta 43, outra tentativa de Verstappen, desta vez na curva final, com os dois travando rodas, mas o monegasco ainda à frente. O engenheiro de Verstappen então pediu calma via rádio, dizendo que a corrida era deles. E ele estava certo!

Na volta 47, a três do fim, Verstappen se aproximou de novo e desta vez assumiu a liderança para não mais perdê-la. Foi a primeira vitória dele no ano e uma redenção após o duplo abandono da Red Bull no Bahrein.

Piloto de Maringá (PR) é o primeiro brasileiro na história a liderar o Mundial de Fórmula 2

Final de semana perfeito, com pole position e vitória e liderança no campeonato. Assim pode ser resumida a participação do brasileiro Felipe Drugovich na 2ª etapa da Fórmula 2, realizada no Jeddah Corniche Circuit, na Arábia Saudita, e que culminou com uma maiúscula vitória do piloto da equipe holandesa MP Motorsport.

Felipe Drugovich, que vencera três etapas da Fórmula 2 em 2020, seu ano de estreia na categoria, abriu as atividades da rodada liderando o único treino da categoria na sexta-feira (25) para, logo depois, marcar a pole position que lhe daria o primeiro lugar no grid de largada deste domingo.

No sábado, após largar em 10º em função do grid invertido previsto em regulamento, Felipe Drugovich teve bela atuação para chegar ao quarto lugar na bandeirada. Depois, com a desclassificação de Jake Hughes, o brasileiro subiria para terceiro, conquistando seu primeiro pódio na temporada.

E no domingo o piloto de Maringá (PR) fechou o final de semana com chave de ouro. Largando da pole position, Drugovich manteve a liderança, suportou a pressão inicial do holandês Richard Verschoor e liderou até a 8ª volta, quando parou para a troca obrigatória de pneus.

O brasileiro voltou à pista na 14ª posição e em primeiro entre os que haviam feito o pitstop. Na medida em que os concorrentes paravam, Felipe Drugovich retomava as posições de direito e aos poucos foi se aproximando dos pilotos que ainda não haviam parado. Quando já estava em terceiro, os dois últimos pilotos efetuaram suas trocas e, então, Drugovich voltou à liderança para encaminhar sua quarta vitória na categoria, a primeira na atual temporada.

Assim, Felipe Drugovich conquistou seu 10º pódio na Fórmula 2 e é um dos dois únicos pilotos que marcaram pontos nas quatro provas disputadas até aqui. A consistente campanha, somada aos 25 pontos obtidos com a vitória deste domingo, permitiram que Felipe Drugovich assumisse a primeira posição na tabela de classificação, tornando-se o primeiro brasileiro na história a liderar o Campeonato Mundial de Fórmula 2, a última categoria antes da Fórmula 1.

"Foi um final de semana perfeito, incrível. Primeiro no treino e na tomada e ontem terminando em terceiro depois de largar em 10º", disse Felipe Drugovich. "E hoje venci largando na pole position. Estou muito feliz, por mim e pela equipe. Trabalhamos muito para isso, principalmente para este final de semana que sabíamos que podia ser muito bom. Queríamos maximizar tudo o que tínhamos e conseguimos. Essa vitória me dá muita confiança depois de um ano difícil em 2021 e começar a temporada desta forma, vencendo e liderando o campeonato, é muito bom. Vamos continuar trabalhando para continuar crescendo", finalizou.

A terceira etapa da Fórmula 2 será disputada entre os dias 22 e 24 de abril, em Ímola, na Itália. Antes disso, porém, a categoria fará sua segunda sessão de treinos coletivos, em Barcelona, na Espanha, de 12 a 14 de abril.

Felipe Drugovich tem o apoio de Drugovich Auto Peças, que atua no ramo de peças para caminhões e ônibus; da Jaloto & Drugovich, destaque nacional no segmento de transporte de cargas paletizadas; e da Stilo, fabricante italiana de capacetes.

Os 10 primeiros na classificação da Fórmula 2 após duas etapas e quatro corridas:

1 Felipe Drugovich (BRA) – 45 pontos; 2 Liam Lawson (NZL) – 34; 3 Richard Verschoor (HOL) – 32; 4 Juri Vips (EST) – 28; 5 Theo Pourchaire (FRA) – 25; 6 Jehan Daruvala (IND) – 25; 7 Marcus Armstrong (NZL) – 20; 8 Ralph Boschung (SUI) – 17; 9 Jake Hughes (ING) – 14; 10 Ayumu Iwasa (JAP) – 10.

Prefeitura lança edital de PPP para cinco novos CEUs na capital

A Prefeitura de São Paulo publicou Edital de parceria público-privada (PPP) para construção, manutenção e conservação de cinco novos Centros Educacionais Unificados (CEUs) na capital. Serão implantadas três unidades na Zona Leste - nos distritos de Ermelino Matarazzo, Cidade Líder e Sapopemba – e outras duas na Zona Sul – nos distritos de Cidade Ademar e Grajaú.

As áreas foram escolhidas com base em índices de vulnerabilidade social e na necessidade de ampliação da infraestrutura voltada para oferta de ensino integral, lazer, esporte e cultura. A PPP terá um prazo de 25 anos, e estima-se que os cinco CEUs sejam concluídos em 18 meses após a etapa do licenciamento. A previsão é que os equipamentos sejam entregues em 2024.

Os CEUs contarão com escola municipal de ensino fundamental (EMEF), salas para aula no contraturno dos alunos, piscinas descobertas e semiolímpica, quadras poliesportivas, estúdios e salas para diversos tipos de atividades - como ginástica, dança, artes marciais, circo e artes - biblioteca, cozinha experimental e cineteatro. Ao todo, a expectativa é que os equipamentos tenham capacidade para oferecer mais de 4,6 mil novas vagas de Ensino Fundamental em ensino integral, mais de 3 mil vagas em Uni-CEU e ofertar mais de 23,1 mil vagas por dia em oficinas de cultura, esporte e recreação.

Além de garantir a construção com mais rapidez, a iniciativa tem como objetivo conferir maior eficiência e qualidade na gestão dos recursos para manutenção completa das unidades. O parceiro privado deverá prover todo mobiliário, incluindo equipamentos de informática, prestar serviços de limpeza, manutenção, vigilância e disponibilizar Wi-Fi gratuito.

O modelo de construção e operação dos serviços de zeladoria dos CEUs por meio de PPP é inédito na cidade de São Paulo. Espera-se aprimorar a política pública de sucesso que os CEUs representam, com maior eficiência na prestação do serviço e qualidade aos usuários. A qualidade dos serviços prestados será avaliada mensalmente por indicadores de desempenho, que serão aferidos por entidade independente e pela opinião dos próprios usuários. Os benefícios econômicos da contratação via PPP são estimados em mais de R$ 110 milhões.

A sessão de entrega e abertura dos envelopes está marcada para o dia 11 de maio de 2022, às 10h no Viaduto do Chá, n.º 15, 6º andar, Sala de Coletiva da SECOM, Centro Histórico, São Paulo-SP. Os documentos editalícios podem ser acessados clicando aqui.

Líder em concessões

O município de São Paulo é o ente público que mais fechou contratos de concessão no Brasil desde 2019. São 22 projetos assinados ou em rito de assinatura, dos quais 13 são concessões. Com a assinatura do contrato realizada hoje, a cidade soma sete parques concedidos à iniciativa privada, mais do que qualquer outra região do Brasil.

Desde a implementação do Plano Municipal de Desestatização – PMD foram viabilizados R$ 8,1 bilhões em benefícios econômicos totais potenciais para a cidade, tendo sido potencializados R$ 3,4 bilhões somente em 2021.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA

Médico e vereador Frange (PTB), relator da CPI sobre os hospitais Sancta Maggiore da Prevent Senior, saúda o colega Donato (PT) pela presidência isenta de ideologias. Pela 1ª vez, haverá um Termo de Ajustamento de Conduta da prefeitura ...

.

(São Paulo)

... com o plano de saúde e seus hospitais, com 365 dias pra cumprirem legalmente o que rezam o Plano Diretor, o Zoneamento e o Código de Obras. Segue a CPI, no que diz respeito a médicos, medicamentos e ações na pandemia Covid-19

.

PREFEITURA (São Paulo)

O ex-prefeito Haddad (PT) prometeu apoiar Boulos (PSOL) pra prefeito em 2024, sem combinar com o ex-governador França (PSB). Por isso, França segue dizendo que o ex-governador Alckmin (ex-PSDB no PSB) o apoiará pra governador 2022

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Até ontem, dos 6 deputados eleitos ou reeleitos em 2018, o PL - do Bolsonarismo - já tem uma bancada com 17 filiados usando a janela da 'infidelidade'. O PL passou a ser a maior das bancadas no parlamento (SP), assim como na Câmara Federal

.

GOVERNO (São Paulo)

FHC tá ao lado do Doria sobre resultado prévias no PSDB. Ele começará sua campanha Presidencial pela Bahia, Estado no qual seu pai nasceu. Um dos cenários do seu marketing é ter uma mulher nordestina candidata a vice na sua chapa em 2022

.

CONGRESSO (Brasil)

Deputado federal Russomanno (Republicanos), um dos 3 mais votados da História do Brasil, tá entusiasmado com a candidatura do ministro (Infraestrutura) Tarcísio, pra governador (SP), no sentido de voltar a ter pelo menos 1,5 milhão de votos

.

PRESIDÊNCIA

Segue a maldição sobre o ministério (Educação) : o pastor Milton Ribeiro é o 4º exonerado do cargo, neste caso por permitir que ditos cristãos 'pastores evangélicos' agissem como 'vendilhões do templo', como os que Jesus expulsou em Jerusalém

(Brasil)

... Além de auxiliar a saída do pastor Milton do ministério (Educação), Bolsonaro defenestrou o general (reserva) Luna e Silva, que não atendeu seus pedidos de retardar - o máximo possível - os aumentos dos preços dos combustíveis da Petrobras

.

PARTIDOS (Brasil)

No PL do Costa Neto, o candidato presidencial Bolsonaro foi mostrado ao Brasil como sócio preferencial nas composições das chapas aos governos estaduais e candidaturas ao Senado. Neste sentido, o Republicanos e o PP se acertam no quem é quem

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna - cesarneto.com - virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia Paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

São Paulo amplia quarta dose da vacina de Covid-19 para pessoas acima de 60 anos

O Governador João Doria anunciou no domingo (27) a aplicação da quarta dose da vacina de Covid-19 para as pessoas acima de 60 anos. A imunização é uma recomendação do Comitê Científico de São Paulo e começa no dia 5 de abril em todo o estado.

O anúncio aconteceu em um posto de vacinação no Parque Villa-Lobos, durante as ações do "Domingão da Vacinação", quando foram imunizados crianças, adultos e idosos contra o coronavírus e idosos acima de 80 anos contra a gripe.

"Quanto mais facilidade oferecermos, especialmente aos finais de semana, melhor para aquelas pessoas que têm dificuldade de deslocamento durante a semana, pelo trabalho, pela distância, pelo estudo ou por outras razões. E aos finais de semana percebemos que a adesão cresce no programa de vacinação, tanto de adultos quanto também de crianças", afirmou Doria.

Estarão aptos a receber a quarta dose cerca de 4,5 milhões de pessoas, desde que tenham recebido a dose de reforço (3ª dose) com um intervalo de quatro meses.

A vacinação dos idosos acima dos 80 anos já havia começado no dia 21 de março e, agora, a recomendação do Comitê Científico é para a ampliação a todas as pessoas acima de 60 anos. A decisão levou em consideração o alto índice de mortalidade entre os idosos desta faixa etária durante a circulação da variante Ômicron.

"Este anúncio é mais um importante passo para protegermos a nossa população, principalmente os idosos acima de 60 anos de idade. São Paulo é líder em vacinação no Brasil com mais de 104 milhões de doses aplicadas e mais de 90% da população com duas doses", destacou a Coordenadora do Plano Estadual de Imunização, Regiane de Paula.

Nove Etecs são premiadas na edição de 2022 da Febrace

Estudantes e professores de nove Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) do Centro Paula Souza (CPS) estão entre os premiados da 20º edição da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace). A cerimônia de encerramento foi realizada em formato remoto no último sábado (26) e transmitida pelo canal da Febrace no YouTube.

Da Etec Irmã Agostina, da Capital, veio o terceiro lugar na categoria Ciências Exatas e da Terra. Sob orientação da professora Patrícia Araújo dos Santos e coorientação de Thais Taciano dos Santos, as alunas Fernanda Yuri Muta, Milene Feitosa de Araujo Martins e Sabrina Santana Klabacher criaram o projeto de desenvolvimento de célula solar sensibilizada com corante natural de pinhão-roxo (Jatropha gossypiifolia L.) com aplicação de eletrólito gel polimérico à base de xantana.

"Nós, do curso técnico de Química, nos reinventamos a todo momento e não foi diferente nesses últimos dois anos, nos quais tivemos muitas dificuldades em realizar presencialmente os nossos projetos", declara Thais. "O comprometimento da equipe, porém, mais uma vez, mostra a força e importância da nossa Etec, que tem contribuído com trabalhos relevantes para nossa sociedade. A conquista deste ano é resultado da dedicação de todos os estudantes, professores e funcionários da escola."

Outro destaque foram os alunos da Etec Prof. Armando José Farinazzo, de Fernandópolis, Gabriel Siqueira do Espírito Santo, Gabriel Vicente Fernandes e Gustavo Pereira Donadon Dutra, que criaram um projeto de reflorestamento com o uso de Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant), popularmente conhecido como drone. O grupo conquistou o quarto lugar na categoria Engenharia e o prêmio da Associação dos Engenheiros Politécnicos (AEP), que vai contemplar cada trabalho com o valor de R$ 500.

Sob a orientação do professor de Computação e Informática para os Ensinos Médio e Técnico Gustavo Tadeu Moretti de Souza, e coorientação de Fernando Landim, os estudantes criaram cápsulas feitas de amido contendo terra e sementes, além do fertilizante NPK produzido artesanalmente pela equipe. Orgânico, o material passa por 72 horas de fermentação antes de ser injetado na cápsula, que é transportada por um reservatório especialmente desenhado e produzido em impressora 3D.

"Estamos imensamente contentes com as duas conquistas! É a nossa segunda participação como finalistas da Febrace e conseguimos alcançar ótimos resultados", comenta Gustavo. "Agradecemos o apoio de todos da Etec e do CPS por divulgar o nosso trabalho. Essas premiações nos encheram de orgulho e ânimo para dar continuidade aos projetos, com o objetivo de alcançar melhores resultados na próxima edição da Febrace e demais feiras ao longo do ano. Estamos no caminho certo!"

Alunos da Etec Trajano Camargo, de Limeira, também conquistaram o quarto lugar na categoria Engenharia. Anthony Paulo de Oliveira Rocha, Andrews Henrique Augusto e Christian Ranieri Pereira Dias elaboraram um estudo sobre a produção de energia por meio de uma caldeira artesanal que é abastecida com bagaço de cana-de-açúcar, com o objetivo de auxiliar o pequeno produtor rural. O trabalho foi feito sob orientação de Sérgio Delbianco Filho e coorientação de Gislaine Barana Delbianco.

"O nosso projeto foi baseado em muito planejamento e resiliência. Por estarmos em um período de pandemia, o desenvolvimento foi um pouco mais difícil, mas soubemos administrar bem o que tínhamos em mãos", comenta Anthony. "Sabemos que encontramos as pessoas certas para nos ajudar e agradeço a todos que nos auxiliaram nessa conquista."

O CPS participou da feira com 29 projetos de 18 Etecs. Os jurados avaliaram os trabalhos seguindo os critérios de criatividade e rigor científico da premiação. Os trabalhos das Etecs concorreram com outros 468 finalistas de escolas dos Ensinos Fundamental, Médio e Técnico.

A 20ª Febrace aconteceu pela terceira vez de forma virtual para atender as normas de segurança e de isolamento para o controle da pandemia. Promovida pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), por meio do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI-Epusp) desde 2002, a edição de 2022 contou com 1.081 estudantes, de 333 escolas de todo país, sendo que cerca de 65% destas unidades representavam a rede pública.

A plataforma da Febrace manteve a mostra virtual dos projetos finalistas no período de 14 a 25 de março. Os premiados recebem troféus, medalhas e certificados. Diversas instituições públicas e privadas ofereceram prêmios, como estágios, bolsas de estudo, equipamentos eletrônicos, visitas técnicas e credenciais para participação em feiras nacionais e internacionais.

Governo de SP apresenta o primeiro trem da Linha 17-Ouro

O Governador João Doria acompanhou na sexta-feira (25) a apresentação online do primeiro trem da Linha 17-Ouro do Metrô. A videoconferência exibida no Palácio dos Bandeirantes mostrou imagens diretamente da China, onde o maquinário de transporte sobre trilhos é fabricado.

"A China é um dos nossos maiores parceiros comerciais. Este trem apresentado é uma solução inovadora e que foi desenvolvido especialmente para a Linha 17-Ouro do Metrô, que será uma das mais modernas e mais eficientes de São Paulo", afirmou o Governador João Doria.

A composição é chamada de cabeça de série e serve de referência técnica para a fabricação de outras 13 que vão atender a futura linha. O monotrilho vai ligar o Aeroporto de Congonhas à rede de transporte sobre trilhos.

O trem exibido na videoconferência está na fábrica da empresa BYD, na cidade chinesa de Shenzhen, e deve chegar a São Paulo até o fim do ano. Cada composição será formada por uma cabeça de série e cinco vagões.

Elas operam com tração elétrica, sustentadas por pneus que andam sobre vigas de concreto de 80 centímetros de largura. O funcionamento pode ser totalmente automático, sem necessidade de operador, com a utilização do sistema UTO (Unattended Train Operator).

Cada trem terá 72 assentos e capacidade de transportar cerca de 600 pessoas em condições confortáveis. Contará também com passagem livre entre os cinco carros, sistema de ar-condicionado e câmeras de monitoramento com gravação de imagens.

A construção da Linha 17-Ouro foi retomada pela atual gestão estadual, após a rescisão de contratos parados e novas contratações. As obras em andamento são finalização da via do monotrilho, construção do Pátio de Manutenção Água Espraiada e acabamento de sete das oito estações. A estação Morumbi, última deste trecho em construção, já foi concluída.

A Linha 17-Ouro terá 8,3 km de extensão total – incluindo trechos de manobras e pátio – , com oito estações que vão do Aeroporto de Congonhas à estação Morumbi da CPTM e conexão às linhas 5-Lilás e 9-Esmeralda.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Arrecadação federal cresce 5,27% e bate recorde em fevereiro

Impulsionada pela recuperação da economia e pelo encarecimento do petróleo internacional, a arrecadação federal bateu recorde para meses de fevereiro. Segundo dados divulgados na segunda-feira (28) pela Receita Federal, o governo arrecadou R$ 148,66 bilhões no mês passado, com aumento de 5,27% acima da inflação em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O valor é o maior da história para meses de fevereiro desde o início da série histórica da Receita Federal, em 1995, em valores corrigidos pela inflação. Em janeiro e fevereiro, a arrecadação federal soma R$ 383,99 bilhões, com alta de 12,92% acima da inflação pelo IPCA, também recorde para o período.

A arrecadação superou as previsões das instituições financeiras. No relatório Prisma Fiscal, pesquisa divulgada pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado estimavam que o valor arrecadado ficaria em R$ 145 bilhões em fevereiro, pelo critério da mediana (valor central em torno dos quais um dado oscila).

A retomada da economia está impulsionando a arrecadação. No entanto, fatores atípicos e mudanças na legislação também contribuíram para a alta.

Recolhimentos atípicos

Um dos fatores que têm impulsionado a arrecadação nos últimos meses, o recolhimento atípico de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não se repetiu em fevereiro. No mesmo mês do ano passado, havia sido registrado o recolhimento de R$ 5 bilhões atípicos em IRPJ e CSLL, fato que não se repetiu este ano.

Mesmo sem o reforço em fevereiro, os recolhimentos atípicos continuam a impulsionar a arrecadação no primeiro bimestre. Em janeiro e fevereiro, esse tipo de receita soma R$ 12 bilhões, contra R$ 6,5 bilhões no mesmo período do ano passado.

Ao longo de 2021, esses recolhimentos fora de época impulsionaram a arrecadação por causa de empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram de pagar a diferença. Por causa do sigilo fiscal, a Receita não pode informar o nome e a atividade dessas grandes companhias.

O aumento do IOF, que entrou em vigor no fim de novembro para financiar o Auxílio Brasil, também ajudou a melhorar a arrecadação. A arrecadação do IOF aumentou R$ 945 milhões, 26,28% acima da inflação em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2021.

Tributos

Na divisão por tributos, as maiores altas em fevereiro - em relação ao mesmo mês de 2021 - foram registradas na arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), alta de R$ 2 bilhões (6,68%) acima da inflação pelo IPCA. Segundo a Receita Federal, o desempenho do setor financeiro e a alta dos combustíveis impulsionaram a arrecadação. Os dados de fevereiro ainda não refletem a redução a zero do PIS/Cofins sobre o diesel, o gás de cozinha e o querosene de aviação, que vigorará até o fim do ano.

Em seguida, as maiores altas vêm o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de capital, cuja receita saltou R$ 1,84 bilhão (57,77% acima da inflação), graças à melhoria dos rendimentos dos fundos e dos títulos de renda fixa. Em terceiro lugar, está a arrecadação da Previdência Social, com alta de R$ 1,31 bilhão (3,3%) acima da inflação, influenciada pela melhoria no emprego formal. O IOF está em quarto lugar.

Petróleo

O maior salto na arrecadação ocorreu com as receitas administradas por outros órgãos, que somaram R$ 6,07 bilhões e subiram 79,77% acima do IPCA em relação a fevereiro do ano passado. A principal explicação foi a valorização do petróleo no mercado internacional, provocada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. No acumulado de 2022, a arrecadação de royalties de petróleo soma R$ 19,55 bilhões, com alta de 71,2% acima da inflação oficial pelo IPCA na comparação com o primeiro bimestre do ano passado. (Agencia Brasil)

Medida provisória define novas regras para o auxílio-alimentação

A medida provisória que estabelece novas regras para o auxílio-alimentação, benefício que é pago aos trabalhadores formais, foi publicada na segunda-feira (28) no Diário Oficial da União (DOU). A norma também traz dispositivos sobre teletrabalho e outras regras trabalhistas, anunciadas na sexta-feira (25) pelo governo.

A MP define que o auxílio-alimentação deve ser usado "exclusivamente para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais".

A nova regra pretende fechar qualquer brecha na legislação que permita que o benefício seja utilizado para outras finalidades, depois de o governo ter identificado o uso para serviço como o pagamento de assinaturas de TV, entre outros.

A MP também proíbe o deságio, seja para contratante ou para o contratado, sobre o valor a ser transferido aos trabalhadores de uma empresa. A prática é conhecida como "taxa negativa" no mercado, e é muito empregada por fornecedores de cartões de auxílio-alimentação, que oferecem descontos para conseguir os contratos.

Com a medida, o governo pretende que os preços de refeições e alimentos sofram redução, uma vez que o custo do deságio ser compensado taxas maiores sobre os estabelecimentos, que por sua vez repassam os valores ao consumidor final.

A prática de "desvio de finalidade" do auxílio-alimentação passa agora também a ser sujeita a multa de R$ 5 mil a R$ 50 mil, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

A medida provisória, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, tem vigência inicial até 26 de maio. O prazo é renovado automaticamente por mais 60 dias, caso o Congresso não aprove a MP no prazo. (Agencia Brasil)

Número de ocupados em janeiro atinge patamar pré-pandemia, segundo Ipea

Levantamento divulgado na segunda-feira (28) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sinaliza que a retomada do mercado de trabalho está se consolidando no Brasil, com expansão da população ocupada e com efeitos sobre a redução do desemprego.

No documento, elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pesquisadores do Ipea observaram que, em janeiro deste ano, o contingente de ocupados no país chegou 94,1 milhões de trabalhadores, atingindo patamar semelhante ao do período pré-pandemia, quando alcançava 94,5 milhões em janeiro de 2020.

Em relação ao mesmo mês do ano passado, a população ocupada aumentou 8,1%, tornando-se o principal fator responsável pela queda de 3,3 pontos percentuais da taxa de desocupação, que caiu de 14,7% em janeiro de 2021 para 11,4% em janeiro deste ano. Já na série livre de sazonalidade, a taxa de desocupação de 11,2%, em janeiro, alcançou o menor patamar registrado desde abril de 2016, indicou o Ipea.

Segundo o estudo, o recuo generalizado do desemprego foi mais intenso na Região Sudeste, onde a taxa de desocupação caiu 3,9 pontos percentuais de 2020 para 2021, passando de 15,1% para 11,2%. Em termos absolutos, as maiores taxas de desocupação foram verificadas no Amapá (17,5%), Bahia (17,3%) e Pernambuco (17,1%). Já as taxas de desocupação das regiões metropolitanas e não metropolitanas passaram de 17,1% e 12%, em 2020, para 13,1% e 9,6%, em 2021.

Gênero e idade

Os dados por gênero revelam que, embora tenha ocorrido queda da desocupação para ambos os sexos, a taxa de desemprego entre os homens (9%) é menor do que a observada entre as mulheres (13,9%). No caso dos homens, o desemprego já se encontra em nível abaixo do registrado no período pré-pandemia (9,1%), enquanto a taxa de desocupação feminina ainda supera a registrada no quarto trimestre de 2019 (13,4%).

Analisando a faixa etária, o Ipea constatou que, "apesar de todos os segmentos etários terem registrado queda na desocupação, este recuo foi mais intenso na faixa dos trabalhadores mais jovens, cuja taxa de desemprego retroagiu 6,2 pontos percentuais entre o quarto trimestre de 2020 e o de 2021, passando de 29% para 22,8%. De modo semelhante, o contingente de ocupados com ensino fundamental incompleto apontou crescimento de 16,2%, possibilitando uma queda de 5,1 pontos percentuais da taxa de desocupação, que passou de 23,5% para 18,4%, no período em questão".

Setores

À exceção da administração pública, que mostrou queda de 2,4%, na comparação interanual, todos os demais setores tiveram expansão da ocupação no último trimestre de 2021. Destaque para os serviços de alojamento e alimentação (23,9%), serviços domésticos (21,7%), pessoais (14,7%) e construção civil (17,4%).

A pesquisa do Ipea salienta que, apesar do cenário mais favorável, o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta uma série de desafios a serem superados. Os pesquisadores lembram que, em janeiro, o país ainda tinha um contingente de 12,1 milhões de desempregados, dos quais mais de 30% estão nessa situação há mais de dois anos. O Ipea aponta que, mesmo diante de uma recuperação mais forte do emprego formal, a maior parte das novas vagas ainda está sendo gerada nos segmentos informais da economia.

A pesquisa do Ipea acentua também que no último trimestre móvel encerrado em janeiro de 2022, enquanto o montante de trabalhadores com carteira evoluiu 9,3% na comparação interanual, os contingentes de ocupados sem carteira e por conta própria aumentaram 19,8% e 10,3%, respectivamente.

Para o ano de 2022 como um todo, porém, a estimativa do Ipea é que embora se mantenha a expectativa de continuidade do processo de recuperação do mercado de trabalho, o ritmo dessa recuperação tende a diminuir, como reflexo do desempenho mais moderado da economia. (Agencia Brasil)

ANP assina contratos relativos à 17ª Rodada de Licitações

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assinou na segunda-feira (28) os contratos referentes aos cinco blocos exploratórios arrematados na 17ª Rodada de Licitações, realizada em 7 de outubro do ano passado. Os blocos estão situados na Bacia de Santos e somam área de 3.425,50 quilômetros quadrados.

O leilão arrecadou, no total, R$ 37,14 milhões em bônus de assinatura. De acordo com a ANP, as áreas têm investimentos exploratórios mínimos estimados em torno de R$ 136,345 milhões.

As empresas vencedoras foram a Shell Brasil Petróleo Ltda. e a Ecopetrol Óleo e Gás Ltda. As duas companhias passarão a deter os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural, individualmente ou em consórcio, nos blocos S-M-1707 (Shell Brasil Petróleo), S-M-1709 (Shell Brasil Petróleo - 70% e Ecopetrol Óleo e Gás – 30%), S-M-1715 (Shell Brasil Petróleo), S-M-1717 (Shell Brasil Petróleo) e S-M-1719 (Shell Brasil Petróleo).

Critérios

A 17ª Rodada ofereceu 92 blocos com risco exploratório, no modelo de concessão, localizados em onze setores de quatro bacias sedimentares brasileiras: Campos, Pelotas, Potiguar e Santos. Nesse formato de concessão, as empresas ou consórcios vencedores são definidos pelos critérios de bônus de assinatura (80%) e programa exploratório mínimo – PEM (20%) oferecidos pelas licitantes.

Durante o certame, não houve ofertas para um setor na Bacia de Santos, nem para a totalidade de setores das demais bacias. (Agencia Brasil)

Mercado aumenta pela 11ª vez projeção para a inflação neste ano

O mercado financeiro aumentou pela 11ª vez consecutiva a previsão de inflação para este ano. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada na segunda-feira (28) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 6,86%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse em 6,59%%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,6%.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2023, o mercado também aumentou a projeção da variação do IPCA. Com isso, a projeção desta semana aponta uma inflação de 3,8% ante os 3,75% projetados na semana passada. Há quatro semanas, a projeção era de uma inflação de 3,51% no próximo ano.

Para 2024, o mercado também aumentou a estimativa da semana passada e projetou uma inflação de 3,2%, ante os 3,15% da semana passada.

PIB

Na projeção desta semana, o Focus manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) registrada há sete dias. Com isso, a projeção para 2022 está em 0,5%.

Para 2023, entretanto, o Boletim Focus também manteve a previsão da semana passada, de um crescimento na economia de 1,3%. Há quatro semanas, a previsão era de que o PIB crescesse 1,5%. Para 2024, a projeção ficou estável, em 2%.

Taxa de juros e câmbio

O mercado também manteve a previsão da semana passada para a taxa básica de juros, a Selic, para 2022. Na projeção divulgada nesta segunda-feira, a Selic deve ficar em 13%.

No dia 16, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, de 10,75% para 11,75% ao ano, como forma reduzir a atividade econômica e conter a alta nos preços.

Para o fim de 2023, a estimativa do mercado para a Selic é que a taxa básica fique em 9% ao ano, mesma projeção da semana passada. Para 2024, a previsão da Selic se manteve estável em relação à semana passada, ficando em 7,5% ao ano.

No que diz respeito ao câmbio, a expectativa do mercado para a cotação do dólar em 2022 diminuiu, ficando em R$ 5,25, ante os R$ 5,30, da semana passada.

Para o próximo ano, a previsão do mercado também apresentou uma queda na projeção do câmbio, em relação ao divulgado na semana anterior. Com isso, a projeção passou de R$ 5,22 para R$ 5,20, esta semana. Para 2024, a estimativa para a cotação da moeda americana ficou em R$ 5,20. (Agencia Brasil)

Tesouro Direto registra R$ 3,19 bilhões em vendas em fevereiro

O total de investidores ativos no Tesouro Direto chegou, em fevereiro, a 1.862.785, informou na segunda-feira (28) o Tesouro Nacional. No mês passado, houve um aumento de 35.393 investidores. Já o número de investidores cadastrados no programa aumentou em 430.444, crescimento de 75,53% em relação a fevereiro de 2021, atingindo a marca de 17.369.623 pessoas.

De acordo com balanço, no mês de fevereiro foram realizadas 494.189 operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, no valor total de R$ 3,19 bilhões. Durante esse mês, os resgates somaram de R$ 1,67 bilhão. Dessa forma, houve emissão líquida de R$ 1,52 bilhão.

As aplicações de até R$ 1 mil representaram 62,18% das operações de investimentos no mês. O valor médio por operação foi de R$ 6.448,42.

O título que mais atraiu os investidores foi Tesouro Selic, indexado à taxa básica de juros, que totalizou, em vendas, R$ 1,9 bilhão e correspondeu a 59,76% do total. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) somaram R$ 918,37 milhões e corresponderam a 28,82% das vendas, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) totalizaram R$ 364,07 milhões em vendas, ou 11,42% do total.

"Nas recompras (resgates antecipados), predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 784,76 milhões (52,40%). Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R$ 446,06 milhões (29,79%), os prefixados, R$ 266,78 milhões (17,81%)", informou o Tesouro.

Com o resultado de fevereiro, o investimento fechou o estoque em R$ 83,19 bilhões, um aumento de 2,82% em relação ao mês anterior, quando foi registrado um estoque de R$ 80,91 bilhões.

Desse montante, 55% corresponde a títulos remunerados por índices de preços, que somaram R$ 45,76 bilhões. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 23,30 bilhões (28,01%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 14,13 bilhões, com 16,98% do total.

Quanto ao perfil de vencimento dos títulos em estoque, a parcela com vencimento em até 1 ano fechou o mês em R$ 2,80 bilhões, ou 3,37% do total. A parcela do estoque vincendo de 1 a 5 anos foi de R$ 51,35 bilhões (61,73%) e o percentual acima de 5 anos somou R$ 29,03 bilhões (34,90%). (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA SP

Governo de SP certifica empresas que adotam políticas de inclusão

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

VERDE ASSET MANAGEMENT S.A. - CNPJ/MF nº 19.749.538/0001-76

VERDE

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Verde Asset Management S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vistas fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2021, a Verde Asset Management S.A. possuía R$ 39,76 (2020 – R$ 41,50) bilhões de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2021 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset Management S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R$ 698.972 (2020 – R$ 576.553 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo, que excedeu 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, não haverá taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R$ 111.975 (2020 – R$ 92.803) mil. **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2021 totalizaram R$ 9.628 (2020 – R$ 4.948) mil, tendo sido originadas de por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 101% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Crédit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários, sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substantivamente por operações compromissadas. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 192.364 (2020 – R$ 164.965) mil, sendo R$ 26.487 (2020 – R$ 21.260) mil referentes a despesas administrativas, R$ 164.376 (2020 – R$ 142.741) mil de despesas com pessoal, R$ 498 (2020 – R$ 121) mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 1.003 (2020 – R$ 843) mil de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**328.077**	**370.069**
Caixa e equivalentes de caixa	3	309.548	268.583
Contas a receber	4	17.161	98.935
Outros créditos		31	67
Despesas antecipadas		1.337	1.484
Não circulante		**29.595**	**7.513**
Depósito judicial	8	13.450	7.100
Ativos de direito de uso	5	9.638	-
Imobilizado	6	6.409	341
Intangível		98	72
Total do ativo		**357.672**	**377.582**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**325.630**	**362.074**
Contas a pagar		710	577
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	120.705	111.016
Obrigações fiscais	7.2	99.283	104.685
Dividendos a pagar	9.3	104.932	145.796
Não circulante		**26.669**	**12.135**
Provisão para contingências	8	18.668	12.135
Passivos de arrendamento	5	10.003	-
Patrimônio líquido		**3.373**	**3.373**
Capital social	9.1	2.811	2.811
Reserva legal	9.2	562	562
Total do passivo e do patrimônio líquido		**357.672**	**377.582**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Asset Management S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima Nº 3.600 – 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: **i.** O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios e/ou terceiros, especificamente fundos de hedge, fundos de investimentos em participações e fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso, no Brasil e no exterior; e **ii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis: **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º. de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, hibrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2020 e 2021 possui instrumentos financeiros classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,56% a a. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6. Imobilizado:** Os demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.7 Intangível:** As licenças de *software* adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A vida útil dos ativos intangíveis da Companhia é estimada em 5 anos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime de lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.10. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contabilmente em seguida, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente nos meses de junho e dezembro de cada exercício. **2.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.13. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Conta corrente	10	10
Aplicação financeira(*)	309.538	268.573
Total	**309.548**	**268.583**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas com lastro em DI aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A., com remuneração de até 101% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Crédit Suisse Hedging Griffo Corretora de Valores Mobiliários, sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substantivamente por operações compromissadas. O resultado obtido com aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 9.791 (2020 – R$ 4.948) e estão registrados em "Receitas financeiras" (Nota 14).

4. Contas a receber: A Verde Asset Management S.A., realiza a gestão da carteira de fundos nacionais cujo a administração está sob a responsabilidade da Credit Suisse Hedging-Griffo CV S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., cujos patrimônios líquidos dos Fundos geridos no país, em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 39,760 milhões (2020 – R$ 41,501 milhões). Em 31 de dezembro de 2021, o montante a receber de R$ 17.161 (2020 – R$ 98.935) refere-se a taxa de administração e performance, que foram recebidas em janeiro de 2022.

5. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Ativos de direito de uso	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aluguel – CPC 06 (a)	9.812	-
Depreciação Acumulada	(174)	-
Total	**9.638**	-
Passivo de arrendamentos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contrato de locação	16.383	-
(-) Juros sobre contrato de locação	(6.380)	-
Total	**10.003**	-

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset, Verde Serviços e Aquarius Empreendimentos e Participações Ltda., empresa administradora do imóvel alugado pela própria Verde, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 – 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos.

6. Imobilizado e intangível: A composição do saldo está abaixo apresentada:

Imobilizado	**2021**	**2020**
Instalações	10	10
Instalações - Depreciação acumulada	(7)	(6)
Valor contábil líquido	**3**	**4**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.816	49
Benfeitoria em imóveis de terceiros - Depreciação acumulada	(159)	(38)
Valor contábil líquido	**4.657**	**11**
Mobiliário	1.024	165
Mobiliário - Depreciação acumulada	(72)	(96)
Valor contábil líquido	**952**	**70**
Máquinas	114	22
Máquinas - Depreciação acumulada	(3)	(1)
Valor contábil líquido	**111**	**9**
Aparelhos de refrigeração	59	24
Aparelhos de refrigeração - Depreciação acumulada	(1)	(14)
Valor contábil líquido	**58**	**10**
Obras de arte	126	-
Obras de arte - Depreciação acumulada	-	-
Valor contábil líquido	**126**	-
Equipamentos de comunicação	118	118
Equipamentos de comunicação - Depreciação acumulada	(82)	(71)
Valor contábil líquido	**36**	**47**
Equipamentos - Hardware	1.174	867
Equipamentos - Hardware - Depreciação acumulada	(708)	(677)
Valor contábil líquido	**466**	**190**
Imobilizado total	**7.441**	**1.255**
Depreciação acumulada total	**(1.032)**	**(894)**
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	**6.409**	**341**
Intangível	**2021**	**2020**
Software	840	777
Software - Depreciação acumulada	(742)	(699)
Valor contábil líquido	**98**	**72**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Verde Asset Management S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Asset Management S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde Asset Management S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2021	2020
Receitas com prestação de serviços	10	777.947	669.356
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados	11	(87.300)	(75.533)
Receita operacional líquida		**684.647**	**593.823**
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas operacionais		6	-
Despesas administrativas	12	(26.660)	(21.260)
Despesas com pessoal	13	(164.376)	(142.741)
Despesas com depreciação e amortização		(325)	(121)
Despesas tributárias		(1.003)	(843)
Resultado operacional		**492.289**	**428.858**
Receitas (despesas) financeiras	14	9.628	4.948
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**501.917**	**433.806**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15	(173.003)	(148.469)
Lucro líquido do exercício		**328.914**	**285.338**
Ações do capital social no final do exercício		2.811.000	2.811.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício		117,01	101,51

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	328.914	285.338
Total do resultado abrangente do exercício	**328.914**	**285.338**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total
Em 31 de dezembro de 2019	**2.811**	**562**	-	**3.373**
Lucro líquido do exercício	-	-	285.338	285.338
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(139.542)	(139.542)
Dividendos a pagar	-	-	(145.796)	(145.796)
Em 31 de dezembro de 2020	**2.811**	**562**	-	**3.373**
Lucro líquido do exercício	-	-	328.914	328.914
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(223.982)	(223.982)
Dividendos a pagar	-	-	(104.932)	(104.932)
Em 31 de dezembro de 2021	**2.811**	**562**	-	**3.373**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	501.917	433.806
Ajustes		
Despesas com depreciação / amortização	325	121
Provisão para contingências	6.531	5.931
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustado	**508.773**	**439.858**
(Aumento/Redução) em contas a receber	82.774	71.636
(Aumento/Redução) em instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	-
(Aumento/Redução) em outros créditos	36	69
(Aumento/Redução) em despesas antecipadas	147	(902)
(Aumento/Redução) em depósitos judiciais	(6.350)	(6.957)
(Aumento/Redução de ativos de direito de uso	(9.638)	-
(Aumento/Redução) em contas a pagar	10.136	131
(Aumento/Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.689	(23.340)
(Aumento/Redução) em obrigações fiscais	(99.808)	(124.736)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(78.597)	(58.023)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**417.162**	**297.736**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição/baixas de imobilizado/intangível	(6.419)	(195)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	**(6.419)**	**(195)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(369.778)	(298.785)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(369.778)**	**(298.785)**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	**40.965**	**(1.244)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	268.583	269.827
Caixa e equivalente de caixa no encerramento do exercício	309.548	268.583
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	**40.965**	**(1.244)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

12. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Auditorias	(1.278)	(1.531)
Locação e instalações	(238)	(197)
Telecomunicações	(91)	(114)
Manutenção e conservação	(16.651)	(12.378)
Doações	(84)	(39)
Materiais	(3.679)	(3.253)
Processamento de dados	(760)	(435)
Serviços de terceiros	(3.424)	(2.967)
Serviços especializados	(42)	(11)
Imposto	(28)	(224)
Viagens	(24)	(183)
Eventos institucionais	(133)	(128)
Despesas gerais	(28)	(31)
Publicações	**(26.660)**	**(21.260)**
Total		

13. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Salários	(131.218)	(112.948)
Bônus e encargos	(3.025)	(2.362)
Benefícios	(22.360)	(20.235)
Proventos	(7.781)	(7.175)
Encargos	**(164.376)**	**(142.741)**
Total		

14. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras (nota 3)	9.791	4.948
Receitas financeiras	532	191
Despesas financeiras	(695)	(191)
Total	**9.628**	**4.948**

15. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (nota 2.8), a Companhia é tributada com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	Imposto de renda 2021	**Contribuição Social 2021**
Resultado antes da tributação	**501.917**	**501.917**
Adições permanentes	20.079	20.079
Adições temporárias	6.211	6.211
Resultado Fiscal	**528.207**	**528.207**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**528.207**	**528.207**
Imposto de renda (15%)	79.231	-
Imposto de renda - adicional (10%)	52.797	-
Contribução social (9%)	-	47.539
Deduções por incentivos fiscais	(6.564)	-
Total	**125.464**	**47.539**

	Imposto de renda 2020	**Contribuição Social 2020**
Resultado antes da tributação	**433.806**	**433.806**
Adições permanentes	11.678	11.678
Adições temporárias	5.677	5.677
Resultado Fiscal	**451.161**	**451.161**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**451.161**	**451.161**
Imposto de renda (15%)	67.674	-
Imposto de renda - adicional (10%)	45.082	-
Contribução social (9%)	-	40.604
Deduções por incentivos fiscais	(4.902)	-
Total	**107.854**	**40.604**

16. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A, que detém 100% das ações ordinárias do capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o saldo de dividendos a pagar no montante de R$ 104.932 (2020 – R$ 145.796). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 309.424 (2020 – R$ 268.556), sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essa operação foi de R$ 9.788 (2020 – R$ 4.947) no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia e diretores estatutários, foi de:

	2021	2020
Total Remuneração	15.077	8.911
Encargos sobre o total da remuneração	4.495	2.523
Total	**19.572**	**11.434**

17. Fatores de riscos Financeiros - Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, de valores contratados. A Companhia possui cotas de fundos de investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 309.424 (2020 – R$ 268.556), sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essa operação foi de R$ 9.788 (2020 – R$ 4.947) no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia e diretores estatutários, foi de:

	2021	2020
Total Remuneração	15.077	8.911
Encargos sobre o total da remuneração	4.495	2.523
Total	**19.572**	**11.434**

17. Fatores de riscos Financeiros - Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, de valores contratados. A Companhia possui cotas de fundos de investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 309.424 (2020 – R$ 268.556), sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essa operação foi de R$ 9.788 (2020 – R$ 4.947) no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado p

Miguel Donha Jr.
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

137 veículos

COLISÃO-ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

ONLINE
LEILÃO dia 29/03/2022

TERÇA-FEIRA

Leilão 11h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 206 2008 2007 PASSEIO 2011 2012 7 208 - 2010 2009 2013 2014 2013 2014 2016 2017 2016 2017 2015 2016 2013 2014 2 307 - 2009 2010 - 2004 AGILE 2012 2 AIRCROSS: 2016 2017 2017 2018 AMAROK 2017 3 ARGO: 2017 2018 2019 2020 2019 2020 2019 2020 5 ASTRA: 2009 2007 2008 1999 2000 1995 2001 1 BIZ 125 2008 2 CAPTUR 2019 2020 2 CG 125 2004 2 CG 2011 2012 7 CG 125: 2012 2013 2011 2012 2 CERATO: 2014 2015 2013 CG 125: 2010 2014 2008 4 CG 150: 2012 2014 2010 2009 CG 160 2018 2019 CITY/PHANTOM 2008 CIVIC 2008 CLASSE A 2013 2014 CLASSE C 2011 2012 CLASSE CLA 2019 CLASSIC: 2010 2011 2006 2007 CLIO 2003 2004 2 COBALT: 2015 2016 2012 2013 COMPASS: 2018 CONSTELLATION 2014 2015 7 COROLLA: 2008 2009 1999 2011 2008 2009 2014 2015 2013 2014 2009 2010 3 CORSA: 2007 2008 1998 2006 2007 4 CRUZE: 2017 2012 2012 2013 2014 CR-V: 2010 2 DOBLO: 2019 2020 2005 2 DUCATO: 2015 2016 2016 2017 2 ECOSPORT: 2005 2011 2013 2012 2 ETIOS: 2012 2013 2017 2013 FAZER 2012 2013 FIELDER: 2015 2016 2014 2015 2012 2013 2009 2010 2005 2012 2011 2012 2010 2011 2010 4 FIORINO FURGAO: 2012 2011 2007 2008 2014 2012 2015 1996 5 FIT: 2009 2015 2016 2008 2004 2005 2013 2014 2 FLUENCE: 2013 2014 2012 2013 6 FOCUS: 2004 2012 2013 2015 2016 2011 2012 2004 2002 2003 8 FOX: 2007 2013 2014 2013 2014 2012 2015 2015 2016 2013 2014 2009 2010 8 FREEMONT 2014 12 GOL: 2010 2005 2006 2012 2013 2019 2020 2000 2001 2011 2012 2010 2011 2007 2008 2016 2017 1997 1998 2010 2011 2012 2013 3 GOLF: 2012 2013 GOLF 2007 2008 GOLF 2015 GRAND C4 PICASSO 2012 2013 GRAND SIENA 2017 2018 8 HB20: 2017 2018 2013 2014 2018 2019 2013 2016 2017 2015 2016 2014 2013 2014 HILUX SW4 2016 HOGGAR 2010 2011 1 IR 2008 IR-V 2016 1 IR 2011 2 TACK: 2014 2015 2011 2017 2018 2010 2011 2014 2015 2019 2020 2019 L200 TRITON 2008 LANCER 2011 2 LINEA 2012 2013 LOGAN 2009 2010 MASTER FURGAO 2013 2014 1 MEGANE: 2002 2003 2011 2012 2008 2009 MOBI: 2014 MONTANA: 2012 2013 2013 2014 2014 2015 2 NIVUS 2020 PALIO: 2012 2013 2004 2005 2 PALIO ADVENTURE: 2015 2016 2013 2014 2012 2013 2014 2015 PARATI 2003 PASSAT 2008 2009 2 PCX: 2017 2018 2019 4 POLO: 2017 2018 2020 2019 2020 2019 2020 5 PRISMA: 2016 2016 2017 2007 2011 2012 2012 2013 2014 3 PUNTO: 2011 2011 2012 2014 5 RANGER: 2015 2016 2016 2017 2013 2014 2011 2012 RAV4 2010 2011 S10: 2011 7 SANDERO: 2010 2011 2012 2013 2012 2013 2017 2018 2015 2016 2013 2014 SANTANA: 2003 3 SAVEIRO: 2014 2015 2013 2014 2020 2021 SEMI-REBOQUE: 2014 SENTRA 2015 2016 SH 200 2 SIENA: 2015 2002 2003 SPACEFOX 2011 2012 SPIN 2015 2016 SPORTAGE 2016 STRADA: 2019 2011 2012 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 TIDA SEDAN: 2014 2015 TRACKER: 2019 2020 TUCSON: 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 1998 2013 2014 2015 2016 2017 2018 9 VECTRA: 2008 2009 2007 1996 1997 1994 1995 2006 2000 2001 2010 2011 2010 VIRTUS: 2018 2019 4 VOYAGE: 2016 2017 2017 2018 2009 2010 2014 XC 60 2015 2016 YARIS: 2020 2 YBR 125: 2008 2009 2010 **ENCHENTE:** 2008 2017 208 2015 2 C4 LOUNGE: 2015 2013 2014 CELER SEDAN 2015 2016 FIORINO FURGAO 2018 2019 GOL 2014 2015 STRADA 2015 2016 **ROUBO/FURTO:** 207 SW 2012 2013 ASTRA SEDAN 2010 2011 1 CLASSE A 2004 CLASSIC 2013 2014 COBALT 2016 2017 COMPASS 2018 FIESTA 2013 2014 HB20 2019 IX35 2016 2017 2 JETTA: 2011 2012 2016 MERIVA 2010 2011 SANDERO 2013 2014 SAVEIRO 2010 2011 SCENIC 2007 2008

N° dos Chassis: 4856631 Recortado 4856631 7 Recortado 4B611573 Normal 4B611579 Recortado 5R568770 Normal 6R001576 Recortado 6R841736 Recortado 7A014107 Normal 8X309053 Recortado 9CR05483 Normal 8C505283 Normal 9686643 Normal 9852157 Normal 9B177931 Normal 9G529906 Normal 9J206448 Recortado A6293906 Normal A644118 5 Normal ABS23969 Normal AP084104 Normal AR115560 Recortado AU254368 Normal AZ212634 Normal AZ213839 Normal B630927 Normal BB073770 Normal BG184686 Normal BI595000 Normal BL437854 Normal BL622663 Normal BLM11970 Normal BM104733 Normal BP061330 Normal BT082654 Normal C380799 Normal C5204453 Recortado C9026695 Normal C8303969 Normal CA069706 Normal CB148027 Normal CB211599 Normal CB354291 Normal CL865853 Normal CM148050 Normal CR011132 Recortado CU385319 Normal D688780 1 Normal D840349 3 Normal DC403983 1 Normal DG605266 Normal DJ042262 Normal DJ869087 Normal DL468352 Normal DU369142 Normal E414713 2 Normal E546861 1 Normal E8B6669 Normal E8B68939 Normal EB72338 5 Normal EB163168 Normal EB163169 Normal EJ358597 Recortado EB655222 Normal EB967672 Normal EP118891 Normal EW092586 Normal EZ138706 Normal FD011095 Normal FB643557 Normal FHE36524 Normal FA409160 Normal F307520 Recortado F597377 4 Normal F788220 1 Normal FF751595 Normal FH401483 Recortado EF800683 Normal GC4097789 Normal GJ364079 Normal GK039467 Normal GP105281 Normal GP6248643 Recortado GR002966 Normal GZ236459 Normal HB075546 Normal HG233695 Normal JB128456 Normal JR102769 Normal JR122751 Recortado JT006284 Recortado KB589701 Normal KB122151 3 Normal KC041712 1 3 Normal KC424782 7 Normal KK102217 Normal KP058605 Normal KP539243 Normal KR102098 Normal L003840E Normal L2293350 Recortado L406220 4 Normal L A004096 Normal LB084534 7 Normal LH008018 Normal LJ136311 Normal LJ180707 Normal LJ318609 Normal LM010002 Normal LR005783 Normal MB030497 Normal MB210845 Normal MC427671 Normal MG514555 Normal MU703762 Normal MB050043 Normal MR101838 Recortado MT014067 Normal MT035318 Recortado MV7167809 Normal MYK97958 Normal M7L1 7577 Normal MZM55888 Normal N001258 Normal N206570 7 Normal V346728 Normal

CONDIÇÕES: OSBENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DÍVIDAS DE VEICULO AQUE PO VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, COBRINDO TAMBÉM PORSI ACONTAE REMISÇÃO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO, O ARREMATANTE OBRIGA-SE A CATADE ER DRMADEFINITIVAE IRREVOGÁVEL SNORMAS ESTEMAS CONDIÇÕESDE AQUISIÇÃO ESTARÃO ESTACIONADOS NA CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO MIGUEL DONHA JR - LEIOEIROFICIAL - JUCEPAR 14256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450

(CATALOGO LOCALIZADO NO SITE DO LEILOEIRO OFICIAL)

Bioagri Análises de Alimentos Ltda.

CNPJ 00.000.410/0001-32

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 - Em Milhares de Reais

Balanço Patrimonial	2021	2020
Ativo/Circulante	**6.938**	**6.407**
Caixa e equivalentes a caixa	58	738
Contas a receber de clientes	4.366	2.851
Estoques	819	914
Impostos e contribuições a recuperar	1.372	1.684
Outras contas a receber	323	240
Não circulante	**36.280**	**35.534**
Depósitos compulsórios, judiciais e outros ativos	-	10
Imobilizado	36.270	35.507
Intangível	10	18
Total do ativo	**43.218**	**41.941**

Balanço Patrimonial	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**6.645**	**4.839**
Fornecedores	2.819	1.262
Salários e encargos sociais a pagar	908	717
Impostos e contribuições a recolher	387	273
Outros passivos	2.530	2.587
Não circulante	**3.385**	-
Partes relacionadas	2.385	-
Patrimônio líquido	**34.177**	**37.102**
Capital social	61.916	61.916
Reserva legal	10.255	10.255
Prejuízos acumulados	(37.994)	(35.070)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**43.218**	**41.941**

Demonstração do Resultado	2021	2020
Receita operacional líquida	17.844	11.836
Custos dos serviços prestados	(16.984)	(14.099)
Lucro bruto	**861**	**(2.262)**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.756)	(2.213)
Despesas com vendas	(2.219)	(2.031)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.349	2.205
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**(2.766)**	**(4.301)**
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	254	177
Despesas financeiras	(412)	(481)
Lucro antes do IR e da CS	**(2.924)**	**(4.605)**
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro líquido do exercício	**(2.924)**	**(4.605)**

Publicação para atender os requerimentos dispostos na Deliberação da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP nº 2 de 25/03/2015. As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da empresa.

Eugênio Luporini Neto - Diretor Presidente
Juan Matias Seraggopian - Diretor Financeiro
Claudiana Volpato Godoy - Contadora - CRC 1SP296924/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1036200-59.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukoski Simoni, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Ricardo dos Santos, CPF 072.407.035-41, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Instituto Paulista Educacional Bricor Ltda., objetivando a cobrança de R$ 6.824,29 (agosto/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e ignorado, foi-lhe nomeado a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022.

Jornal O DIA SP

J. PILON S.A AÇUCAR E ÁLCOOL

CNPJ.: 47.254.396/0002-48NIRE: 35.3.0010525.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinárias realizar-se no dia 29/04/2022, às 10:00 horas, no endereço da sua sede social,localizada na Rua Professor Artur Ramos, 241, Conjunto 72, Jardim Paulistano,no município de São Paulo, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I)Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Dem. De Resultados ref. ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) Destinação do resultado do exercício; c) Aumento de Capital Social; d) Fixação do montante global da remuneração dos administradores no período de maio/2022 a abril/2023; e, f) Outros Assuntos do interesse social.**II) Extraordinária:**a) Reforma do Estatuto Social;b) Alteração de endereço da matriz e filial; c) encerramento de filial; d) Outros Assuntos do interesse social.Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 23/03/2022. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO COSAN BARRACRED COSAN

NIRE 35.400.042.150 - CNPJ N.º 01.439.307/0001-01

AUTORIZAÇÃO BANCO CENTRAL Nº DESPA/REORF-96/2368

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Barracred Cosan, convoca os seus 24 delegados em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de forma Digital, que será realizada no dia 28/04/2022, obedecendo os seguintes horários e "quorum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: **01)** em 1ª convocação, às 07 horas, com 2/3 do total de delegados ativa indicados; **02)** em 2ª convocação, às 08 horas, com a presença de metade e mais um do total de delegados ativa indicados; e, **03)** em 3ª e última convocação, às 09 horas, com a presença mínima de 10 delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária** a) aprovar a prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2021, compreendendo o Relatório da Gestão, o demonstrativo da conta de Sobras e Perdas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis; b) destinar as sobras líquidas do exercício e formula de cálculo; c) ratificar a distribuição de juros ao capital; d) eleger os membros do Conselho Fiscal; e) fixar o valor da cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal; f) fixar o valor global para pagamento dos honorários e das gratificações aos membros da Diretoria Executiva; g) aprovar o Regulamento de Atividades de Auditoria Interna; h) aprovar a Política de Conformidade; i) aprovar a atualização da Política de Sucessão de Administradores; e j) comunicado de assuntos gerais. **Extraordinária** a) reformar parcialmente o estatuto social, envolvendo i) o artigo 1º, em razão da alteração da denominação social da Cooperativa para Barracred - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo; ii) o artigo 17, em razão da elevação do valor nominal da quota-parte para R$ 3,50; iii) os artigos 92 a 95, em atendimento as orientações do Banco Central do Brasil, emanadas de seu ofício 13.861/2021-BCB/Deorf/SFBH40, datado de 23.06.2021; e b) consolidar o estatuto social, se aprovada a deliberação do item "a" acima. A Assembleia Geral ocorrerá de forma **DIGITAL** por meio do aplicativo ZOOM, o qual será disponibilizado gratuitamente para todos os delegados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site http://www.barracred.com.br. Barra Bonita/SP, 28/03/2022. **Luis Carlos Veguin** - Presidente do Conselho de Administração. **Nota:** Conforme determina a Resolução CMN nº 4434/15, em seu artigo 46, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021, estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa e também no site http://www.barracred.com.br.

CIA. COMERCIAL, INDUSTRIAL E ADMINISTRADORA PRADA

C.N.P.J. nº 51.459.642/0001-94

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os acionistas da Cia. Comercial, Industrial e Administradora Prada para a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 26 de abril de 2022, às 9h00min, em sua sede social, na Av. Senador Queiróz, 274 – 3º andar – conj. 31, em São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise e aprovação do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria; d) Outros assuntos de interesse e competência da Assembleia Geral Ordinária. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, na Av. Senador Queiróz nº 274 – 3º andar – conj. 31, nesta Capital, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 22 de março de 2022 - **DIRETORIA** **(25, 26 e 29/03/2022)**

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 20.247.332/0001-82 - NIRE 35.300.465.377

Aviso aos Acionistas

A Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, comunica que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO da Companhia a ser realizada no ano de 2022 estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478, 18º andar, conjunto 1801, São Paulo, SP, a partir do dia 29 de março de 2022. A Companhia comunica, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo as demonstrações financeiras e o edital de convocação para a AGO, será tempestivamente realizada no jornal O Dia SP, conforme prazos legais aplicáveis. São Paulo, 29/03/2022. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes** - Diretor Presidente; **Felipe Pinto Gomes** - Diretor Financeiro.

Apsen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S/A, ("Companhia"),** convocados, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 28 de abril de 2022, em primeira convocação às 13h30 m, em segunda convocação às 14:00h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, compreendendo o balanço patrimonial e demais contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** deliberar sobre a proposta de aumento do capital da Companhia, mediante a capitalização de lucros e reservas; e **(d)** o pagamento, aos acionistas, de Juros sobre Capital Próprio no presente exercício social, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2022. **AVISOS: 1.** Inobstante já terem sido flexibilizadas as recomendações e restrições por parte do Município no âmbito da pandemia COVID-19, apesar dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como os documentos necessários para a aprovação das demais deliberações da ordem do dia estarem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia e/ou encaminhados por e-mail, os acessem digitalmente no Portal do Acionista, como de costume. **2.** Nesse mesmo sentido, apesar das flexibilizações mencionadas acima, a assembleia ainda será realizada virtualmente por meio da ferramenta Microsoft Teams utilizada pela Companhia, ou outra ferramenta que possa substituí-la. Nesse caso, a administração do Companhia disponibilizará os meios para os acionistas ou seus respectivos representantes, por meio de e-mail, em tempo hábil para informar e organizar referida reunião virtual.

São Paulo/SP, 24 de março de 2022
Renato Spallicci - Diretor Presidente
Renata Farias Spallicci - Diretora de Assuntos Corporativos

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 10h00, de modo exclusivamente virtual, via plataforma Microsoft Teams, com a seguinte ordem do dia: a) Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e **(iii)** aprovar o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** aprovar a alteração do objeto social da Companhia, para constar a atividade de "prestação de serviços de manejo florestal, incluindo formação e exploração de florestas homogêneas em terras de terceiros, plantio, arrendamento, beneficiamento, corte de produtos florestais, florestamento e reflorestamento" e "representação comercial de máquinas e equipamentos"; **(ii)** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** ratificar, em cumprimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social total e votante do Baukó Equipamentos de Madeira e Ferramenta S.A. ("Baukó"), nos termos do "Contrato de Compra e Venda de Ações", celebrado em 3 de novembro de 2021, e conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 2 de novembro de 2021; e **(iv)** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia praticar todos os atos necessários à efetivação das matérias aprovadas na Assembleia Geral. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio de plataforma digital, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, e em conformidade com as orientações da Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio do boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com. br). Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da AGE por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: a) Pessoas Físicas: documento de identidade com foto dos representantes legais; b) Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; e (iii) Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação virtual na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador. Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (cvm.gov.br) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681; (ii) do e-mail: ri@armac.com.br. São Paulo, 28 de março de 2022.

Auren Energia S.A.

(nova denominação da VTRM Energia Participações S.A.)

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35300508271 | Código CVM nº 026620

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Auren Energia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481/09"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Prestação de Contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b. as contas dos administradores do comitê de auditoria estatutário para o exercício de 2022; c) Aprovação da Proposta da Administração; c. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e d. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do comitê de auditoria estatutário para o exercício de 2022. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: a. alteração do artigo 5º, *caput*, do estatuto social, para ajustar o valor do capital social e o número de ações ordinárias representativas do capital social; b. a exclusão do parágrafo 2º do art. 5º, com a consequente renumeração, e a alteração do art. 51 do estatuto social, de forma a excluir as provisões relativas a ações preferenciais; c. a consolidação do estatuto social da Companhia; e d. a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Para participação na Assembleia, o acionista deverá realizar seu cadastro na plataforma *"Ten Meeting"* ("Plataforma Digital"), conforme link disponível no Manual e Proposta da Administração ("Manual e Proposta"), e realizar o upload dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo descritos, até **26 de abril de 2022** ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia analisar. Após a aprovação da Companhia da documentação enviada para cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista ou seu respectivo procurador, não será possível para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista ou representação do acionista, até o dia 26 de abril de 2022, não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio de e-mail ri@aurenenergia.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual e Proposta. A Companhia não se responsabiliza por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas (e.g., instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista, entre outros) que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Informações e orientações adicionais acerca dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e realização de votos a distância estão disponíveis no Plataforma Digital, encontrar-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas por conselho profissional e carteiras funcionais expedidas pela Administração Pública); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação (e.g. procuração) comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva posição acionária, emitido pelo depositário central, no máximo, com 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, de acordo com o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ser são realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensados para os documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, neste último caso, a sua tradução livre para o português. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (ri.aurenenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 29 de março de 2022. **Mateus Gomes Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração.

TRONOX ⊗ TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Tronox Pigmentos do Brasil S.A.** ("Companhia") a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia BA 099, Distrito de Abrantes (Aeroclube), Município de Camaçari, Estado da Bahia, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** examinar, discutir, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** examinar, discutir e votar a proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** em decorrência da quanto aprovado nos itens anteriores, examinar, discutir e votar a proposta de capitalização parcial

SATO LEILÕES ONLINE E PRESENCIAL – Local do leilão - Travessa Comandante Salgado, 76 - Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site www.satoleiloes.com.br 1º leilão público – 11/04/2022 as 11h00 2º leilão público – 13/04/2022 as 11h00 Edital de 1º e 2º LEILÕES PUBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – **TATIANA HISA SATO**, leiloeira oficial, na cidade de São Caetano do Sul, no uso de seus poderes – 13º pelo credor fiduciário **GALLERIA FINANÇAS SECURITIZADORA S.A. – CNPJ 34.425.347/0001-06**, realizará os leilões para a venda do imóvel abaixo descrito, por meio de alienação fiduciária, nos termos da Lei 9.514/97 – Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI alterada pela Leis Federais nº 10.931/04 e nº 13.043/14 e demais disposições aplicáveis pelas condições estabelecidas neste Edital. **IMÓVEL:** Casa nº 02, integrante do condomínio residencial Jardim Ibirapuera, Residencial Jardim Ibirapuera, situado na rua Raul Vicente, nº 264, no Bairro Tremembé, 22º Subdistrito, Tucuruvi/SP, com a área total privativa de 456,290m², área comum de 98,85m² e a área total de 555,140m². Cadastro na Municipalidade sob nº 070.026.0070-2 item maior área, OCUPADO. **MATRÍCULA: 203.478 – 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. FIDUCIANTES:** SABRINA AMADOR DE OLIVEIRA PRETO, CPF 359.212.158-32 E MARCEL SAMUE SOTOLAO, CPF 294.498.678-16. **CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE:** 16/03/2022. O arrematante pagará no ato, o valor da arrematação e 5% da comissão da leiloeira e deverá com todas as despesas cartorárias, escritura pública, imposto de transmissão, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações e todas as despesas que verificarem a partir da data da arrematação. A desocupação / entrega do imóvel ao posse ficará a cargo exclusivo do arrematante se no caso houver. Venda em caráter ad corpus, vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação ou eventual diferença nas medidas da unidade não dará direito a qualquer reivindicação. Ficam intimados dos leilões os fiduciantes. **Maiores informações no escritório da leiloeira telefone (11) 4223-4343, através do edital completo disponível no site da leiloeira ou pelo e-mail contato@satoleiloes.com.br**.

Edital para conhecimento de terceiros, expedido nos autos de INTERDIÇÃO de Odette Pinto Souza Lima, Requerido por Lilian Souza Lima Evangelista - Processo nº 1005027-78.2019.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIANA LEAL JUNQUEIRA VIEIRA REBELLO DA SILVA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 08/08/2021 (2.14.13), foi decretada a INTERDIÇÃO de ODETTE PINTOSOUZA LIMA, CPF 369.772.598-68, declarando(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeando(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Lilian Souza Lima Evangelista. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de janeiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO **Nº 1005835-51.2020.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Pais Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Sadi Liberto Nunes, (CPF. 398.223.201-04) e Vera Maria Bruni de Souza Nunes (CPF. 091.282.728-97), que Hospital São Camilo Santana lhes ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 23.186,37 (março de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviço nº 174948 e 175208. Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, se reputarão como verdadeiros os fatos alegados, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de dezembro de 2021. 29 e 30 / 03 / 2022

Edital de Citação - Processo Digital nº **1894071-12.2018.8.26.0100** - Classe: Assunto: **Procedimento Comum Cível** - Contratos Bancários Requerente: **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - Requerido: **Aquarela Comércio e Confecções Ltda-epp**. Citação - Prazo 20 dias - Proc. 1059407-12.2015.8.26.0100. O Dr. Paulo Rogério santos Pinheiro, Juiz de Direito da 43ª Vara Cível - Foro Central Cível, Faz Saber à Aquarela Comércio e Confecções Ltda-EPP. CNPJ: 17.986.531/0001-36, na pessoa de seu representante legal, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar ó ré no 20 pagamento de R$ 80.742,76 (julho/2016), referente ao saldo devedor de Cartão de Crédito de Operação nº 000503576917300166S. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contados, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 251, inciso I, do CPC) presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Ar. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 340 Paulo, 15 de outubro de 2021. 8 - 28 e 29

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0011767-82.2020.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CINTHIA ELIAS DE ALMEIDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a HD PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA, CNPJ. 10.376.444/0001-80 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença movida por Caique Augusto de Melo Salvador. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decêndio do prazo do presente edital, pague a quantia de $5.200,00, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que o prazo de quinze dias, termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de dezembro de 2020. **29.30**

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

29º SUBDISTRITO SANTO AMARO

OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ERICSSON RAMOS MAJER, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO SUSHIMAN, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(17/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE PAULO MAJER E DE JUSSIARA RAMOS MAJER. **KEVLIN FELIX SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE PADARIA, NASCIDO EM ITAPECERICA DA SERRA, SP NO DIA (30/05/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSUE FRANCISCO DOS SANTOS E DE NADJA FELIX DE OLIVEIRA SANTOS.

GILMAR PAULA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM JEQUIÉ, BA NO DIA(12/03/1956), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP,FILHO DE JOAQUIM CAETANO SILVA,DE EDITE DE JESUS SILVA. **ANA MARIA CASTRO MEDEIROS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO APOSENTADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA (15/06/1961), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE BENEDICTO MEDEIROS E DEADALGIZA CASTRO MEDEIROS.

RENAN BISPO DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TECNICO DE BATERIA, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (18/01/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROBERTO FERNANDES DE OLIVEIRAE DE VANDERLITA NERI BISPO, **ISY JULLIANY DE JESUS AQUINO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE TELEMARKETING, NASCIDA EM ESTÂNCIA, SE NO DIA(03/03/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ EDILBERTO CONCEIÇÃO AQUINO JUNIOR E DE REGIANE DE JESUS.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CONSULTOR DE SEGUROS, NASCIDO EM ITAPECERICA DA SERRA, SP NO DIA (25/11/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO EM TABOÃO DASERRA, SP,FILHO DE LAUDELINADE OLIVEIRA GUERRA.**PINTOR DE ALVES GROSZ**, ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃOAUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(23/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP,FILHADE ROBERTO GROSZ E DE RUTE DAS GRAÇAS ALVES GROSZ.

BRUNO CAMARGO FRANCISCO MATARAZO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DESIGNER, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(24/11/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDUARDO LUIZ MATARAZZO E DE ADRIANACAMARGO FRANCISCO MATARAZZO. **ANA MARIA TEIXEIRA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE NEGÓCIO, NASCIDA EM INDAIATUBA, SP NO DIA(15/03/2002), RESIDENTE E DOMICILIADA EM INDAIATUBA, SP, FILHA DE ODAIR JOSÉ TEIXEIRAE DE SILVIACASSIA DA SILVA TEIXEIRA.

WESLEYDA SILVAFREITAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE ENFERMAGEM, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(26/10/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CICERO ANDRE DE FREITAS E DE ELIANE FIRMINO DA SILVA. **ARYANE OLIVEIRADA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(30/09/1999), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE IVANIO BATISTA DA SILVAE DE DALVA OLIVEIRABATISTADA SILVA.

FELIPE CARLOS DARIO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EXECUTIVO COMERCIAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(23/03/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADILSON CARLOS DARIO E DE ANDREATEIXEIRA DE OLIVEIRADARIO. **ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃOASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(27/04/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDILSON PEREIRA DOS SANTOS E DE IRAILDA DOS SANTOS.

VITOR AUGUSTO DA SILVA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(14/02/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROGÉRIO JOSE DA SILVA E DEANGELA MARIA DASILVA.**ISABELLE ALVES PEDACE**,ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/07/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE MARCOS EDUARDO PEDACE E DE FABIANAALVES TEIXEIRA.

LEONARDO BAVARESCO,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/10/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE DORVILE BAVARESCO E DE IDEIRDE MARIA DE CARVALHO BAVARESCO. **NICOLE DOS SANTOS HORIYE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/11/1986), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DEADAUTO HARUO HORIYE E DE LUCILIA MARIA DOS SANTOS HORIYE.

GUSTAVO FERREIRA GOMES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(31/03/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE OZIEL FERREIRAGOMES E DE ROSEMARY ALVES GOMES. **MARIA DE FATIMA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO COORDENADORA DE GOVERNANÇA, NASCIDAEM SERRINHA, RN NO DIA(13/10/1972), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE ARLINDO ALBINO DE SOUZA E DE JOANA MARIA DA CONCEIÇÃO.

ANTONIO NATHAN GONÇALVES MARTINS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (29/09/2001), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADRIANO RIBEIRO MARTINS E DE RAIMUNDA MESQUITA GONÇALVES. **KAMILLY MOREIRA VIANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(03/12/2003), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE OSEIAS GONÇALVES VIANAE DE DANIELA MOREIRA DE SOUSA.

CARLOSANTONIO MAGNO DA CONCEIÇÃO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SERVENTE, NASCIDO EM CRUZ DAS ALMAS, BA NO DIA (14/11/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP,FILHO DE ANTONIO CORREIA DA CONCEIÇÃO E DE JUTANIA BARBOSAMAGNO. **GILMARA DE ASSIS RODRIGUES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/12/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ERISVALDO DE JESUS RODRIGUES E DE SUELI MATIAS DEASSIS DOS SANTOS.

LUIS CARLOS FONTES SENA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM CODÓ, MA NO DIA(06/11/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE FIRME DE ASSIS SENA E DE RITA FONTES. **THAYS VELSCH DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CORRETORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/06/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE IRENE VELSCH DE OLIVEIRA.

JOÃO LUIS MUNHOZ BASTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MÉDICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (23/04/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EMITAPECERICA DA SERRA, SP, FILHO DE CLAYTON BASTOS E DE SILVANA DONISETE MUNHOZ BASTOS. **CAROLINA DE SOUZA NASCIMENTO ELIAS,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO ARQUITETA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(04/01/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO TADEU DO NASCIMENTO ELIAS E DE CRISTIANE NELI PINTO SOUZA.

GUILHERME WEHRS MATTOS VIEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GERENTE TRIBUTÁRIO, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA(11/05/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIO SERGIO WEHRS MATTOS VIEIRAE DE NORMA WEHRS MATTOS VIEIRA. **RAIENE DUARTE GASPAROTTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESPECIALISTA EM IMPOSTOS, NASCIDA EM PRESIDENTE PRUDENTE, SPNO DIA (20/09/1991), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MÁRCIO LUIZ GASPAROTTO E DE RITA DE CÁSSIA DUARTE GASPAROTTO.

MARCOS FRANCISCO DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(08/10/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ISMAEL FRANCISCO DE OLIVEIRAE DE MARIA LUCILANA DOS SANTOS OLIVEIRA. **ROZANA GOMES VENTURA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA EM TABOÃO DASERRA, SP, FILHADE KUIZ GOMES VENTURA E DE MARIA DO CARMO.

ANDRES ALFONSO OLIVERO MARCANO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GARÇOM, NASCIDO EM VENEZUELA NO DIA(19/11/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALFONSO RAFAEL OLIVERO SIERRA E DE MARIA EUGENIA MARCANO BARRETO DE OLIVERO. **ZHARAHI MODESTA VILLARROEL BOADAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DETELEMARKETING, NASCIDA EM VENEZUELANO DIA (21/09/2001), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSE LUIS VILLARROELE DE ADELFA DEL VALLE BOADAS DE VILLARROEL.

FLADNE PEREIRA DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO TÉCNICO EM SEGURANÇADO TRABALHO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/05/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ PEREIRADE OLIVEIRAE DE MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA. **NATHALIA MARVILA LOPES ALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ARQUITETA E URBANISTA, NASCIDA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP NO DIA(11/12/1995), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE RONALDOALVES E DE RAQUELMARVILA LOPES ALVES.

EDIVALDO RODRIGUES DA SILVA,ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO FAXINEIRO, NASCIDO EM BELÉM, PB NO DIA (19/09/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDIMILSON RODRIGUES DA SILVA E DE MARIA ELZARODRIGUES DA SILVA. **JOSÉFA COSTA ALVES,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDA EM CAMPINA GRANDE, PB NO DIA (18/09/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL FRANCISCO ALVES E DE MARIAAPARECIDADA COSTA.

ELIAS ALVES DE SOUSA,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO COZINHEIRO, NASCIDO EM NOVA RUSSAS, CE NO DIA(02/01/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO BATISTA DE SOUSAE DE LUCIA ALVES DE SOUSA. **LAIS NADIA COSTA ALVES,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM CAMPINAGRANDE, PB NO DIA(02/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP,FILHADEALESSANDRO LUSTOSA ALVES E DE ROSILDACOSTA LUSTOSA ALVES.

HENRIQUE PINHEIRO DE OLIVEIRA NETO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COZINHEIRO, NASCIDO EM PEDRO II, PI NO DIA(1/05/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA E DE JOANA PINHEIRO DE OLIVEIRA TEIXEIRA. **FERNANDA TEIXEIRA DE SOUSA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SALADEIRA, NASCIDA EM DOMINGOS MOURÃO, PI NO DIA (13/04/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO TEIXEIRA DE SOUSA E DE RITA MARIA TEIXEIRADE SOUSA.

ADILTON AGUIAR SILVA, ESTADO CIVILDIVORCIADO, PROFISSÃO MOT ORISTA, NASCIDO EM POÇÕES. BANO DIA (03/03/1971), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL SOUSASILVAE DE MATILDEAGUIAR SILVA. **ANDREZA GOMES DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SUPERVISORA, NASCIDA EM BELÉM, CE NO DIA (06/06/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ PEREIRADASILVAE DE RITA GOMES DA SILVA.

THIAGO RAMOS DE LIMA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR DE LOJA, NASCIDO EM MAUÁ, SP NO DIA(11/09/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE NATANAEL GOMES DE LIMAE DE CIRLENE MARIA DE JESUS. **LUZNIETTE DE SOUZA,**ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORADE CAIXA, NASCIDA EM BREJO SANTO, CE NO DIA (27/11/1982), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SIMIÃO GOMES DA COSTA E DE MARIAEDILZA DE SOUSA COSTA.

JUAN MANUEL BALMACEDA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM ARGENTINA NO DIA(21/03/1976), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROBERTO ARMANDO BALMACEDAE DE ALICIA NOEMI GONZALEZ. **SILVINA NORDENSTOHL,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ECONOMISTA, NASCIDA EM ARGENTINANO DIA (25/08/ 1976), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GUSTAVO EDUARDO NORDENSTOHL E DE ASUNCIÓN MARINA LLANEZA.

LEVI DA SILVEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CORRETOR DE IMÓVEIS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(16/07/1971), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ DA SILVEIRA E DE CLOTILDE SILVEIRA. **BARBARA DE ARAUJO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE CONTÁBIL, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (09/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE ARMANDO AUGUSTO DE ARAUJO E DE ELIANA SANTOS NASCIMENTO.

ALEX GUIMARÃES SANTANA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO ENCANADOR, NASCIDO EM ARACI, BANO DIA(14/01/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALDINO SILVA DE SANTANAE DE ADRIANADE JESUS GUIMARÃES. **ALINE FERNANDA LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DIARISTA, NASCIDA EM LAVRAS, MG NO DIA (10/02/1992), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP,FILHADE PEDROFERNANDO LIMA E DE ROSANGELA DE LIMA.

LUIZ GUSTAVO RIBEIRO RICCA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃOADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (01/09/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ LUIZ RICCA E DE MARIAHELENA RIBEIRO RICCA. **LÍVIARAQUEL PEREIRA DASILVA,** ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃOTÉCNOLOGA. NASCIDAEM PALMEIRAS, PI NO DIA(16/ 11/1979), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE ELIZABETE PEREIRADASILVA.

IVANIAORIM, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (18/06/1971), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JANDIRA DE JESUSASMORIM. **JUDITE VITORIADO NASCIMENTO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO FAXINEIRA, NASCIDA EM DIAMANTINA, MG NO DIA (02/09/1967), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE MARIA DACONCEIÇÃOAPARECIDA.

PEDRO MONTEIRO LUNA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOARQUITETO, NASCIDO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SPNO DIA (24/02/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GUILHERME CASTRO LUNA E DE LUCIANA RIBEIRO MONTEIRO LUNA. **CAROLINA DO AMARALGURGEL CARNEIRO DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ARQUITETA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/08/1994), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE RODRIGO DE MAGALHÃES CARNEIRO DE OLIVEIRA E DE MARIA CECILIA AMARAL GURGEL CARNEIRO DE OLIVEIRA.

BRUNO MESSIAS DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CABISTA, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA(04/06/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CIARLIN RENALDO COSTA DA SILVA E DE DIRLANDE MESSIAS DE OLIVEIRA. **RAYSSA FERNANDES MELO,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOANALISTA FINANCEIRO, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(10/11/1996), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE CHRISTIAN CHARLES DE MELO E DE MAISA FERNANDES DE OLIVEIRA.

EDIVANDO SERRA DE MELO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CARRETO, NASCIDO EM MACAUBA, BANO DIA (10/05/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALENTIM GOMES DE MELO E DE ISMERALDA MOREIRA SERRA. **GEIZA DE OLIVEIRA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(18/09/1993), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DEANTONIO SENADA SILVAE DE ELIANAPEREIRADE OLIVEIRA.

JUANN PEREIRA SILVA, ESTADO CIVIL , PROFISSÃO , NASCIDO EM NO DIA (19/09/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO EM LOCALIGNORADO, FILHO DE SOMIAS SILVA E DE ADRIANAPEREIRA GOMES.**MARIALEONETE DE SOUSA,** ESTADO CIVIL , PROFISSÃO , NASCIDA EM NO DIA (15/12/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA EM LOCAL IGNORADO, FILHA DE ODILIO SEVERO DE SOUZA E DE MARIA DE LOURDES SOUSA.

JUANN PEREIRASILVA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM ITABAIANA, SE NO DIA(19/09/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ LUCIANO DOS SANTOS SILVAE DE ADRIANA PEREIRAGOMES.**MARIA LEONETE DE SOUSA,**ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ENCARREGADA DE LOJA, NASCIDA EM BARBIANA, CE NO DIA (15/12/ 1989), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP,FILHA DE ODILIO SEVERO DE SOUZAE DE MARIA DE LOURDES SOUSA.

JOSÉ DOMINGOS BATISTA DE CARVALHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GESSEIRO, NASCIDO EM EUCLIDES DA CUNHA, BA NO DIA (06/06/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE UBALDINO BATISTADE CARVALHO E DE NEUZADE CARVALHO. **IBANARA OLIVEIRASANTOS,** ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃO OPERADORADE RASTREAMENTO, NASCIDAEM DIADEMA, SP NO DIA(23/11/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JORDELIO BOMFIM SANTOS E DE MARIA SENHORA OLIVEIRA SANTOS.

FABIO ALVES DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (19/08/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO EM MAUÁ, SP, FILHO DE GERALDO RUFINO DE SOUZA E DE GILDÁSIAALVES DE JESUS. **VANESSA APARECIDA MIRANDA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM MAUÁ, SP NO DIA (29/06/1990), RESIDENTE E DOMICILIADAEM MAUÁ, SP, FILHADE WILSON MIRANDA E DE VIVIANAPEREIDA JOAQUIM MIRANDA.

RAFAEL LABEGALLINE LEVORATO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AERONAUTA, NASCIDO EM TUPÃ, SP NO DIA (14/06/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILSON ROBERTO LEVORATO E DE CLEIDE SUELI LABEGALLINE LEVORATO. **GISELE KERSCHER,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃOAERONAUTA, NASCIDA EM SÃO BERNARDO DO SUL, SC NO DIA (24/01/1981), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE SILVIO KERSCHER E DE ROMILDA KERSCHER.

SERGIO DE LIMA JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE DE OPERAÇÕES, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(19/11/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO EM OSASCO, SP, FILHO DE SERGIO DE LIMAE DE MARIA ANTONIA SILVERIO. **ESTHER VITÓRIA DA SILVA,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIADEZOIT O DE MARÇO DE DOIS MILE DOIS (18/03/2002), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SILAS JOSÉ DASILVA E DE FABRICIALETE DASILVA.

DANIEL SAMPAIO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOANALISTA DE TI, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(02/01/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM S

WILL FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ nº 23.862.762/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Receita: A receita da Will Financeira é composta principalmente de juros cobrados do rotativo de cartão de crédito, do parcelamento de faturas vencidas e do uso de limite através de produtos no crédito (como transferências e saques no crédito). Em termos comparáveis, nossa receita de intermediação financeira cresceu 81%, de R$418 milhões em 2020 para R$755 milhões em 2021. Esse aumento ocorre em parte devido ao aumento de clientes na empresa e melhores operacionais, como o processo de captação de dívida em distribuidoras e cobrança de clientes em atraso.

Despesas de Intermediação financeira: As despesas financeiras envolvem as nossas despesas com juros, também chamado de custo de "funding", são principalmente despesas com emissão de CDBs e LCs pós e pré-fixados, distribuídos por corretores parceiros para pessoas físicas. Em 2021, esse custo subiu 71% em relação ao ano passado, crescimento justificado pelos aumentos do CDI ao longo do ano. Já nossas operações de venda ou transferência de ativos financeiros, que seriam nossas perdas financeiras, cresceram de R$378 milhões para R$429 milhões de 2020 para 2021. Esse aumento de 23% das despesas financeiras contra o aumento de 81% de nossas receitas financeiras ajudam a explicar o salto de R$30 milhões negativo para R$206 milhões positivo no nosso resultado financeiro antes de provisões de perdas.

Despesas com provisão para perdas de crédito: As despesas com provisões para perdas cresceram de R$60 milhões positivo para R$63 milhões negativo, isso está diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação e maturação da nossa carteira de crédito. Utilizamos como método de cálculo a resolução 2.682 do Banco Central.

Despesas Operacionais: As despesas operacionais compartam todos os custos não relacionados diretamente à operação, mas essenciais ao funcionamento da empresa. Suas principais despesas são com despesas pessoais e administrativas (que incluem despesas com serviços de cobrança e publicidade). No todo, a despesa operacional aumenta de R$30 milhões em 2020 para R$50 milhões em 2021. Esse crescimento de despesa é justificado pelo rápido crescimento do negócio e otimização de processos internos.

Resultado Líquido: O Resultado da operação após tributos e participações nos gera um lucro líquido de R$58 milhões em comparação aos R$36 mil de prejuízo relativos a 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		175.140	122.432
Disponibilidades	5a	11.241	996
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	163.899	121.436
Instrumentos Financeiros		**981.473**	**451.970**
Títulos e Valores Mobiliários	6a	372.155	167.916
Operações de Crédito	7a	706.917	318.859
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(97.599)	(34.805)
Outros créditos	8	**1.242.548**	**812.736**
Ativos Fiscais Diferidos	14c	**45.926**	**37.956**
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		-	**2.556**
Imobilizado de Uso	9	13	307
Intangível	10	2.412	2.412
Depreciações e Amortizações	9/10	(1.761)	(1.106)
Total de Ativo		**2.445.751**	**1.429.263**

Passivo	Nota	2021	2020
Depósitos e Instrumentos Financeiros		**1.976.242**	**1.330.458**
Depósitos	11a	1.100.558	307.097
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	875.684	1.023.361
Outras Obrigações	12	**95.074**	**22.905**
Instrumento de Dívida Elegível a Capital	13	**14.545**	**13.903**
Total de Passive		**2.085.861**	**1.367.266**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	50.000	50.000
Aumento de Capital	15	250.000	-
Reservas de Capital	15	57.495	-
Reservas de Lucros	15	2.395	11.997
Total do Patrimônio Líquido		**359.890**	**61.997**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.445.751**	**1.429.263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R$, exceto o número de ações e lucro por ação)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**441.480**	**755.413**	**418.430**
Receitas de Operações de Crédito	7c	399.063	701.515	401.820
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	4.376	5.942	5.275
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6b	6.171	5.732	(697)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		31.870	42.224	12.032
Despesas de Intermediação financeira		**(372.006)**	**(549.541)**	**(448.514)**
Despesa de juros	11c	(77.032)	(120.319)	(70.530)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(294.974)	(429.222)	(377.984)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		**69.474**	**205.872**	**(30.084)**
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(21.105)	(62.794)	60.023
Resultado de intermediação financeira		**48.369**	**143.078**	**29.939**
Outras receitas/despesas operacionais		**(31.574)**	**(50.462)**	**(29.939)**
Receita de prestação de serviço		75	278	58
Despesa de pessoal	16a	(6.234)	(6.916)	(1.010)
Despesas administrativas	16b	(24.614)	(34.907)	(26.500)
Despesas tributárias	14b	690	(9.457)	(2.308)
Depreciação e Amortização	16b	(303)	(655)	(608)
Outras receitas operacionais	16c	-	2.613	1.199
Outras despesas operacionais	16c	(1.188)	(1.418)	(770)
Resultado Operacional		**16.795**	**92.616**	-
Outras Receitas e Despesas		-	**(1.450)**	-
Resultado antes de tributos e participações		**16.795**	**91.165**	-
Tributos e participações		**(7.435)**	**(33.364)**	**(36)**
IRPJ e CSLL correntes	14a	(8.673)	(41.149)	-
IRPJ e CSLL diferidos	14a	1.262	7.839	24
Participações Estatutárias no Lucro		(24)	(54)	(60)
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre e exercício		**9.360**	**57.802**	**(36)**
Número de Ações		300.000.000	300.000.000	50.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais - R$)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício	9.360	57.802	(36)
Resultado Abrangente do semestre e exercício	**9.360**	**57.802**	**(36)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais - R$)

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		**9.360**	**57.802**	**(36)**
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	16b	303	655	603
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	7e	21.105	62.794	(60.023)
Teste ao valor recuperável de ativos	9	301	2.850	-
Resultado de IRPJ e CSLL diferidos	14a	(1.262)	(7.839)	24
Marcação a Mercado - TVM		328	328	-
Juros não realizados		32.562	45.111	-
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL	14a	8.673	41.149	-
Rateio de despesas do 2º sem.		22.605	22.605	-
Resultado Ajustado		**93.975**	**225.455**	**(59.432)**
Variação em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(101.688)	(101.688)	(30.740)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	7	(136.836)	(388.058)	110.231
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(346.259)	(452.548)	(340.625)
Aumento/(Redução) em Depósitos	11a	406.627	748.350	220.755
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	(47.735)	(147.677)	(6.761)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	12	26.057	15.924	(2.043)
Imposto de renda e contribuição pagos		15.737	15.737	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		**(184.097)**	**(309.960)**	**(49.183)**
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos				
Imobilizado de Uso	9	-	-	7
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(105.368)	(102.878)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em Investimentos		**(105.368)**	**(102.878)**	**7**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital - em dinheiro	15	250.000	250.000	-
Reversão de reserva para rateio de despesas do 1º sem.		(9.909)	(9.909)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		**240.091**	**240.091**	-
Caixa e Equivalentes de caixa		**44.600**	**52.708**	**(108.609)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre/exercício		130.540	122.432	231.041
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre/exercício		175.140	175.140	122.432
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**44.600**	**52.708**	**(108.609)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP. Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016. A Companhia, como resultado de reorganização societária realizada no exercício de 2021 (nota 15), é controlada diretamente pela Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"), faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual ainda faz parte do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e tem como controladora final a Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), anteriormente denominada Supermova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova"). A Sociedade tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamento, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB"). A antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova, detentora do produto digital Pag(cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag(Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank. No segundo semestre de 2021 a Will Pagamentos, realizou uma nova mudança na denominação social para se tornar a sua atual razão social, a ser Will S.A. Instituição de Pagamento. Atualmente a Will Financeira que detém as operações em atraso da Will Pagamentos, as quais tomam-se crédito rotativo, operações de crédito.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados à estrutura conceitual fi nanceira contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis vigentes abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 – Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucro - Legal	Reservas de Capital	Lucro/(Prejuízo) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019		**40.000**	**10.000**	**1.103**	**10.931**	-	-	**62.034**
Aumento de Capital	15	10.000	(10.000)	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	15	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Reversão de Reserva	15	-	-	(1.103)	1.103	-	-	-
Absorção de Prejuízo	15	-	-	-	(36)	36	-	(0)
Saldo em 31/12/2020		**50.000**	-	-	**11.998**	-	-	**61.998**
Mutações no período		**10.000**	**(10.000)**	**(1.103)**	**1.067**	-	-	**(36)**
Saldo em 30/06/2021 (reapresentado)		**50.000**	-	-	**50.529**	-	-	**100.529**
Aumento de Capital	15	-	250.000	-	-	-	-	250.000
Lucro Líquido do Semestre	15	-	-	-	-	9.361	-	9.361
Constituição de Reserva de Lucros e de Capital	15	-	-	2.395	6.966	(9.361)	-	-
Saldo em 31/12/2021		**50.000**	**250.000**	**2.395**	**57.495**	-	-	**359.890**
Mutações no período		-	**250.000**	**2.395**	**6.966**	-	-	**259.361**
Saldo em 31/12/2020		**50.000**	-	-	**11.998**	-	-	**61.998**
Aumento de Capital	15	-	250.000	-	-	-	-	250.000
Lucro Líquido do Exercício	15	-	-	-	-	57.801	-	57.801
Reversão de Reserva		-	-	-	(9.909)	-	-	(9.909)
Constituição de Reserva de Lucros	15	-	-	2.395	55.406	(57.801)	-	-
Saldo em 31/12/2021		**50.000**	**250.000**	**2.395**	**57.495**	-	-	**359.890**
Mutações no período		-	**250.000**	**2.395**	**45.497**	-	-	**297.892**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **Moeda funcional.** Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 25 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **Reapresentação das Demonstrações Contábeis do saldo inicial do semestre findo em 31 de dezembro de 2021:** Foi realizado o estudo de rateio de despesas entre as empresas do grupo durante o 2º semestre de 2021, que refletiu no ajuste de valores relativos ao resultado do 1º semestre de 2021. Nesse sentido, a Companhia está procedendo a reapresentação das informações pretéritas nestas demonstrações contábeis e relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, conforme apresentado abaixo, como previsto na NBC TG, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro):

	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Saldo em 30/06/2021 (Contas credoras de Lucro - Legal)	60.438	(9.909)	50.529

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Apuração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações realizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dic, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes aos períodos futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e o valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São demonstradas pelos valores de realização líquidos, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia. **e) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias: **i) Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii) Títulos disponíveis para venda:** São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes. **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São adquiridos com a intenção e capacidade para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo. **f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente no demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso. **g) Operações de Crédito/Provisão para Perdas:** São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99. Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período, e a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos. As operações que estão classificadas no nível "H" são cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo essas cessões são efetuadas sem coobrigação. **h) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios no serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira. **i) Imobilizado de uso:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (i) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como um item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **j) Intangível:** O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e mensuração desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também consumir no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos. **k) Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo valor captado, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço. **l) Letras de Câmbio:** Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício. Os valores tributários de IRPJ e CSLL são mensurados pelo montante esperado a ser recuperado ou recolhido junto às autoridades fiscais em base anual e são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável acrescido de 10% do que exceder o limite de R$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável. Em 01.03.2021 foi publicada a medida provisória (MP) n º 1.034, convertida no dia 14 de julho de 2021 na Lei nº 14.183, que alterou a Lei nº 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 20%, até 31.12.2021 e 15% a partir de 1º de janeiro de 2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1º dia do 4º mês subsequente ao de sua publicação. **n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Financeira entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponderem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente. Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda: • Prováveis: são reconhecidos como provisões no passivo; • Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e • Remoto: não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionadas às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. **o) Outras passivos:** Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente. **p) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorrem no período apresentado utilizando o método indireto. **q) Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação da Will Financeira é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais nas quais o capital social está dividido ao início do período. **r) Resultados recorrentes:** Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos sobre a aplicação de políticas contábeis que afetam os valores reconhecidos de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros. **b) Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação aos eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão demonstradas abaixo. i) Vida útil de ativos não circulantes: A Companhia revisa sistematicamente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de obsolescência, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. iii) Provisão para Perdas Associadas de Risco de Crédito da Carteira de Crédito: A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 1.682/1999. iv) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Composição:

Disponibilidades	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	517	140
Reservas Livres	10.724	856
	11.241	**996**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	163.899	97.275
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	24.161
	163.899	**121.436**
Total	**175.140**	**122.432**

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	31/12/2021 2º Semestre	31/12/2021 Exercício	31/12/2020 Exercício
Operação com Depósito Interfinanceiro	4.235	5.752	5.199
Rendas	141	190	76
Total	**4.376**	**5.942**	**5.275**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento: Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais integrantes da carteira própria da

13. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEL A CAPITAL

Estão representadas por Letras Financeiras com cláusula de subordinação (LFS), com vencimento previsto para 31 de julho de 2028, elegíveis para compor o nível II do Patrimônio Líquido de Referência da Will Financeira, conforme autorização do Banco Central do Brasil. O saldo contábil de 31 de dezembro de 2021 está representado pelo valor de captação de R $12.500, acrescidos da remuneração equivalente a 105% do CDI. Sendo R $14.545, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 (R $13.903 em 31 de dezembro de 2020).

14. TRIBUTOS

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**16.795**	**91.165**	
Participações no Lucro	(24)	(54)	(60)
Resultado antes dos Impostos	**16.771**	**91.111**	**(60)**
Encargo Total de IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	**(6.708)**	**(36.445)**	**24**
Compartilhamento de custos intragrupo (1)		3.964	
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (2)	(715)	(853)	–
Adicional de IRPJ	12	24	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(7.411)**	**(33.310)**	**24**
Impostos Correntes	*(8.673)*	*(41.149)*	–
Impostos Diferidos	*1.262*	*7.839*	*24*

(1) Ajuste realizado em decorrência do contrato de compartilhamento de custos firmado entre as empresas do grupo ao longo do ano de 2021. Como a parcela dos custos rateada referente ao 1º semestre teve impacto diferentemente no patrimônio líquido da companhia, as bases de cálculo de IRPJ e CSLL foram ajustadas a fim de refletir o impacto fiscal do contrato. (2) Majoração da alíquota de CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

b) Despesas Tributárias:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS	(1.008)	(2.411)	(308)
COFINS	(6.204)	(14.840)	(1.894)
Outras Despesas Tributárias	(35)	(144)	(106)
Impostos a Recuperar	7.937	7.937	–
Total	**690**	**(9.457)**	**(2.308)**

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos: Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa sobre prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do exercício e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos:	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.040	13.922
Provisão para Fornecedores	133	–
Total dos créditos sobre diferença temporária	**39.173**	**13.922**
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	6.793	24.034
Total IR e CS diferidos ativo	**45.926**	**37.956**

c.1 Passivos Fiscais Diferidos:	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(131)	–
Total IR e CS diferidos passivo	**(131)**	–

d) Expectativa de Realização

O aproveitamento dos créditos tributários está projetado para ser realizado como segue:

Realização do Crédito Tributário

	IRPJ		CSLL		
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total
2.022	24.483	–	14.690	–	39.173
2.023	–	4.221	–	2.533	6.754
Total	**24.483**	**4.221**	**14.690**	**2.533**	**45.926**

e) Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

O valor presente dos tributos fiscais é de R$ 44.261 (quarenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil reais), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	IRPJ	CSLL	Valor Contábil	Valor Presente
2.022	24.483	14.690	39.173	37.486
2.023	4.221	2.533	6.754	6.432
Total	**28.704**	**17.222**	**45.926**	**43.919**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia inicial foi de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 40.000 (quarenta milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 20.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas, com direito a voto, e 20.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, sem direito a voto. Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pelo aumento de capital social da Sociedade, em moeda corrente, no valor de R$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada na data supracitada. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020. **Aumento de Capital:** A Portaria do Banco Central do Brasil nº 81.029, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R $250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento subsidiária integral da Will Financeira, onde foi realizado um aporte via aumento de capital pelo valor total do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual a Will Financeira está aguardando a homologação do BACEN. **Reorganização Societária:** A legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá, em montante, o valor do capital social. Destinação, dentre outras, de parcela dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria. **Dividendos:** O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a sociedade anônima julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Companhia não efetuou distribuição de dividendos no exercício.

16. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Conforme descrito na nota 2, a administração procedeu durante o exercício de 2021 um estudo de rateio de despesas incorridas, resultando em um incremento no nível das despesas operacionais e administrativas comparativamente ao exercício anterior.

a) Despesa de Pessoal:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	4.399	4.716	464
Benefícios	246	440	303
Encargos sociais	1.523	1.658	168
Honorários de diretores e conselheiros	64	97	74
Treinamento	2	5	1
Total	**6.234**	**6.916**	**1.010**

b) Outras Despesas Administrativas:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços Técnicos Especializados (*)	13.823	20.966	18.812
Processamento de Dados	2.508	4.107	3.090
Serviços Financeiros	1.378	1.961	2.192
Depreciação e Amortização	303	655	608
Publicidade e Propaganda	4.219	4.219	24
Contingências	–	60	240
Outros	2.686	3.595	2.142
Total	**24.917**	**35.563**	**27.108**

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados pela Will Financeira.

c) Outras Despesas Operacionais:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras Despesas Operacionais	1.188	1.293	770
Prejuízo com baixa de Empréstimos	–	125	–
Total	**1.188**	**1.418**	**770**

d) Outras Receitas Operacionais:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de Encargos e Despesas	–	1.613	1.199
Total	**–**	**(2.613)**	**1.199**

17. PARTES RELACIONADAS

	2021		
	Will S.A. Meios de Pagamento	FIDC Recupera	Total
Ativo	**251.786**	**3.298**	**255.084**
Devedores Diversos no País	14	–	14
Créditos a Receber	251.772	–	251.772
Valores a Receber	–	3.298	3.298
Passivo	**(61.373)**	**(71.382)**	**(132.754)**
Depósitos a Prazo	–	(56.837)	(56.837)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(28.789)	–	(28.789)
Credores diversos - País	(32.584)	–	(32.584)
Letras Financeiras	–	(14.545)	(14.545)
Resultado			
Despesas de Juros	–	(2.532)	(2.532)

	2020		
	Will S.A. Meios de Pagamento	FIDC Recupera	Total
Ativo	**40.392**	**1.158**	**41.550**
Créditos a Receber	40.392	–	40.392
Operações de vendas ou transferência de ativos	–	1.158	1.158
Passivo	**–**	**(13.903)**	**(13.903)**
Letras Financeiras	–	(13.903)	(13.903)
Resultado (Despesas)	**–**	**(393)**	**(393)**
Despesas de Juros	–	(393)	(393)

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Índice de Basiléia: Em determinação do Acordo de Basiléia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados por Risco (RWA). O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e pelo Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal e Capital Complementar e o Nível II composto por instrumentos de dívida subordinada. A Will Financeira compõe em seu Nível I apenas de Capital Principal (basicamente Capital Social Reservas de Capital e Lucros) além dos respectivos ajustes prudenciais. J.ã em seu Nível II, possui uma LFS (Letra Financeira Subordinada). Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) são apurados conforme a soma da parcela dos riscos de crédito, mercado e operacional. A Will Financeira utiliza abordagens padronizadas para o cálculo em consonância à regulamentação em vigor. O Índice de Basiléia, da Will Financeira, é de 6,02%, na data-base de 31 de dezembro de 2021 (7,59% em 31 de dezembro de 2020). **b) Estrutura de Gerenciamento de Capital:** Visa o monitoramento, controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico. **c) Gerenciamento do Risco de Crédito:** A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor, contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Companhia dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento"). O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada – RWA_{cpad}. **d) Gerenciamento do Risco de Mercado:** O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos de pessoas de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e carteiras através de Recibos de Depósitos Bancários e Letras de Câmbio, na sua grande maioria, por taxas pós-fixadas. O monitoramento de eventos externos que publicamem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas captações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, enquanto o giro das operações de crédito, em sua grande maioria é menor que este prazo. O que nos permitiria adotar eventuais medidas de protegeo contra a ocorrência e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação. O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura das exposições não classificadas na carteira de negociação é realizada através da parcela R_{jurs}. **e) Gerenciamento do Risco Operacional:** Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Utiliza o risco legal, associado à interpretação de cláusulas de contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Conforme facultado na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados a risco operacional. **f) Gerenciamento do Risco de Liquidez:** O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Existe ainda o risco de caixa como mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basiléia, e nas melhores práticas sugeridas pelo Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

DIRETORIA

Felipe Felix Soares de Sousa
Diretor Geral

Ricardo Saad Neto
Diretor Corporativo

CONTADOR

Marlon Soares Fernandes
CRC 1SP-295873/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Limite de capital regulatório: Conforme descrito em nota explicativa no. 18(a) as demonstrações* contábeis, em 31 de dezembro de 2021 o Índice de Basileia da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento encontrava-se inferior ao mínimo regulatório requerido. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.* Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 07 de julho de 2021, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, nos reportamos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, à Rua Tijuco Preto, 1581, Tatuapé, SP/SP, os documentos a que se refere o artigo 133, Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2021. Arujá, SP, 22/03/2022. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

Pirapora Agropecuária S/A

Companhia Fechada
CNPJ nº 83.699.231/0001-62 - NIRE nº 35300484011

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2344, 13º andar, conjunto 134, sala 2, Jardim Paulista, São Paulo - SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 24 de março de 2022.

Márcio Koiti Takiguchi - Diretor Presidente.

Processo Digital nº: **1013713-45.2016.8.26.0008**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Isaias Dias de Figueiredo Bazar Ltda - Me e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013713-45.2016.8.26.0008

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

ANS - nº 418072

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras

O ano de 2021 apresentou diversos desafios para a Companhia, em função não apenas do contexto do próprio setor, mas especialmente em virtude do nível de incertezas em relação à duração e à profundidade dos impactos da pandemia sobre a saúde pública e a economia. O mercado privado de planos de saúde, em especial, tem sido marcado por aumento dos custos, ampliação da cobertura de procedimentos, restrições nos reajustes dos planos, o que impacta o desempenho econômico-financeiro das operadoras.

Em meio a este cenário a Companhia encerrou o exercício de 2021 com um lucro de R$ 9,7 milhões. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 131,4 milhões, enquanto as aplicações financeiras totalizaram R$ 142,1 milhões e as provisões técnicas R$ 15,3 milhões.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 25 de março de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		153.532	27.869
Disponível		212	628
Realizável		153.320	27.241
Aplicações Financeiras	4	142.133	16.627
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		19.098	13.569
Aplicações Livres		123.035	3.058
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		35	56
Prêmio a Receber	5	35	56
Créditos Tributários e Previdenciários	6	10.690	10.085
Bens e Títulos a Receber		443	454
Despesas Antecipadas		19	19
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.000	136.894
Realizável a Longo Prazo		1.845	136.689
Aplicações Financeiras	4	–	135.202
Aplicações Livres		–	135.202
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	1.845	1.487
Imobilizado		155	203
Imobilizado de Uso Próprio		155	203
Imobilizado - Não Hospitalares		155	203
Intangível		–	2
TOTAL DO ATIVO		155.532	164.763

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		22.990	26.204
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	15.274	7.945
Provisão de Prêmio Não Ganhos - PPCNG		42	53
Provisão de Insuficiência de Prêmios		6.522	–
Provisão de Sinistros a Liquidar para SUS		11	12
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		6.538	7.083
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		2.161	797
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		15	33
Comercialização sobre Operações		15	33
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		831	1.082
Débitos Diversos	9	6.871	17.144
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.095	10.307
Provisões		1.095	10.307
Provisões para Tributos Diferidos	7	–	3.223
Provisões para Ações Judiciais	10	1.095	7.084
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	131.447	128.252
Capital Social		192.000	192.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.697)	4.835
Prejuízos Acumulados		(58.856)	(68.583)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.532	164.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		(5.616)	5.493
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	13.a	(5.627)	5.605
Prêmios Retidos		895	5.605
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(6.522)	–
(–) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		–	(112)
Sinistros Retidos		(7.005)	(4.084)
Sinistros Avisados	13.b	(5.641)	(7.592)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.364)	3.508
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(12.632)	1.409
Outras Receitas Operacionais	13.c	14.045	4.934
(–) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(8)	(20)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	13.c	(970)	(12.394)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.016)	(13.402)
Provisão para Perdas sobre Créditos		46	1.008
RESULTADO BRUTO		435	(6.071)
Despesas de Comercialização	13.d	(24)	(136)
Despesas Administrativas	13.e	(1.750)	(5.840)
Resultado Financeiro Líquido	13.f	11.371	92.059
Receitas Financeiras		11.603	92.555
Despesas Financeiras		(232)	(496)
Resultado Patrimonial		–	(251)
Despesas Patrimoniais		–	(251)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		10.030	79.761
Imposto de Renda	16	–	(15.909)
Contribuição Social	16	–	(9.580)
Participações sobre o Lucro		(305)	(342)
RESULTADO LÍQUIDO		9.727	53.930
Quantidade de ações		1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		8,52	47,22

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	9.727	53.930
Outros lucros abrangentes	(6.532)	(21.255)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(9.755)	(35.425)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	3.223	14.170
Total dos lucros abrangentes para o exercício	3.195	32.675
Quantidade de ações	1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R$	2,80	28,61

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.142.000	26.090	(122.513)	1.045.577
Redução de capital conf. AGE 09.07.2020	(950.000)	–	–	(950.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(21.255)	–	(21.255)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	53.930	53.930
Saldos em 31 de dezembro de 2020	192.000	4.835	(68.583)	128.252
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(6.532)	–	(6.532)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	9.727	9.727
Saldos em 31 de dezembro de 2021	192.000	(1.697)	(58.856)	131.447

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	9.727	53.930
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	50	121
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	21	–
Perda (Ganho) na alienação do Imobilizado/intangível	–	251
Variação das Provisões Técnicas	7.886	(3.508)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	3.164	916.498
Créditos das operações de seguros e resseguros	–	410
Créditos fiscais e previdenciários	24.839	(458)
Depósitos judiciais e fiscais	(359)	(154)
Despesas antecipadas	1	(17)
Outros Ativos	(351)	(142)
Impostos e contribuições	(28.919)	(15.693)
Outras contas a pagar	(11.429)	8.633
Débitos de operações com seguros e resseguros	(18)	(4.945)
Depósitos de terceiros	1.042	63
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(557)	(4.906)
Provisões para contingências	(190)	(1)
Outros passivos	(5.685)	(61)
Caixa (Consumido)/Gerado pelas operações	(778)	950.021
Juros pagos	–	(3)
Juros recebidos	362	288
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(416)	950.306
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de capital	–	(950.000)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	–	(950.000)
(Redução)/Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(416)	306
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	628	322
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	212	628

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar, nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.

Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e Bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender às obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

a. Ativos mensurados ao custo amortizado (prêmios a receber)

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;

• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:

• Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 435/2018 e alterações posteriores.

• Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método de Modelos Lineares Generalizados (GLM), com observações de 8 meses.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) é constituída em sua totalidade conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir de anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo.

A Provisão para Prêmios Não Ganha (PPCNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações.

Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme definido pela Resolução Normativa nº ANS 472/2021, não há obrigatoriedade para operadoras classificadas como de pequeno ou médio porte a obrigação de informar nas notas explicativas a realização do TAP.

2.8. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.9. Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo do prêmio recebido ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades.

Os prêmios de seguros e comissões são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas faturas e apropriados em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com sinistros é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

2.11. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;

Notas 2.4 e 4 - Aplicações; e

Notas 2.8 e 10 - Depósitos Judiciais, Provisões para ações judiciais

2.12. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de Janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma contábil de seguro (IFRS 17), em 1º de Janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações são predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

RN 472/2021 - Alterações Contábeis nas normas básicas da ANS - Dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios, além de alterar/revogar diversas RN. As alterações promovidas pela referida norma produzirão efeitos na Companhia a partir de 01/01/2022, com a alteração do Plano de Contas, alterações nos controles gerenciais obrigatórios e alteração nos anexos da IN45.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;

• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;

• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;

• Gerar alertas quando houver crescimento dos riscos ou riscos emergentes;

• Implementar todos os pilares da *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;

• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;

• Promover a gestão de riscos na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que se iniciem investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Riscos de Seguro

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. Já o risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros que podem comprometer uma atividade.

3.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração: apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.2. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentados nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido.

Sensibilidade	31/12/2021 %	31/12/2020 %
Taxa +1%	-0,32%	-1,32%
Taxa -1%	0,43%	1,35%
Sinistralidade +5%	3,49%	0,31%
Sinistralidade -5%	-3,49%	-0,31%
Inflação +1%	0,00%	0,00%
Inflação -1%	0,00%	0,00%

Notas:

a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

b) Os impactos da variação da inflação, 100 *basis points* para cima ou para baixo, foram calculados de acordo com os ativos financeiros pós-fixados;

3.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações a medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

3.4. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2021			31/12/2020		
Composição dos ativos	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**	**BB-**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	–	21.243	21.243	–	16.627	16.627
Fundos de investimentos não exclusivos	–	21.243	21.243	–	16.627	16.627
Disponíveis para venda	120.890	–	120.890	135.202	–	135.202
Letras do tesouro nacional	120.890	–	120.890	135.202	–	135.202
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	–	35	35	–	56	56
Bens e títulos a receber	–	443	443	–	454	454
Exposição máxima ao risco de crédito	120.890	21.721	142.611	135.202	17.137	152.339

3.5. Risco de mercado

3.5.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

3.5.2. Controle de risco de mercado

A mensuração do risco pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração, com as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

• Modelo não paramétrico;

• Nível de confiança de 99%;

• Horizonte temporal de um dia; e

• Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 90.763 (31 de dezembro de 2020 é de R$ 227.963).

4. Aplicações

4.1. Resumo da classificação das aplicações

	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento não exclusivo	21.244	21.244	16.627	16.627	21.244	–	–	–
Subtotal	21.244	21.244	16.627	16.627	21.244	–	–	–
Disponível para venda								
Letras do tesouro nacional	120.889	122.587	135.202	127.145	–	120.889	–	–
Subtotal	120.889	122.587	135.202	127.145	–	120.889	–	–

4.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	151.829	1.089.581
Aplicações	20.076	981.502
Resgates	(30.891)	(1.974.577)
Rendimentos	10.874	90.747
Ajustes TVM	(9.755)	(35.424)
Saldo final	142.133	151.829

4.3. Abertura por nível

A seguir apresenta-se a análise da classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;

• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e

• Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmio a receber	PDD	Total	Prêmio a receber	PDD	Total
Saúde empresarial	742	(709)	33	804	(755)	49
Saúde coletivo por adesão	2	–	2	7	–	7
Total	**744**	**(709)**	**35**	**811**	**(755)**	**56**

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**56**	**244**
Prêmios emitidos	1.037	2.008
IOF	(21)	(31)
Prêmios cancelados	(107)	(32)
Recebimentos	(976)	(2.171)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	46	38
Saldo final	**35**	**56**

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	32	61
Prêmios Vencidos		
De 1 a 30 dias	1	2
De 31 a 60 dias	2	–
De 61 a 120 dias	709	749
Total	**744**	**811**

6. Créditos Tributários e Previdenciários

A composição dos créditos tributários são integralmente compostos por valores a restituir e estão distribuídos da seguinte forma:

6.1. Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Social	3.291	2.977
Imposto de Renda	4.135	3.749
Outros tributos	3.264	3.359
Total	**10.690**	**10.085**

6.2. Créditos Fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.30 da resolução Normativa 435/18, portanto a com posição dos créditos fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Adições temporárias	57.986	57.188
Prejuízo fiscal	3.208	7.789
Total	**61.194**	**64.977**

7. Provisão para Tributos Diferidos

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 0 e em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 3.223.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir as provisões técnicas abertas por produto:

				31/12/2021
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados(*)	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saúde empresarial	6.520	2.161	6.522	42	15.245
Odonto Empresarial	29	–	–	–	29
Total	**6.549**	**2.161**	**6.522**	**42**	**15.274**

(*) Inclui saldo de PEONA - SUS de R$ 38 mil em 2021.

				31/12/2020
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saúde empresarial	7.095	797	53	7.945
Total	**7.095**	**797**	**53**	**7.945**

8.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas podem ser resumidas como segue:

					31/12/2021
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saldo inicial	**7.095**	**797**	**–**	**53**	**7.945**
Constituições / Avisos	81.579	9.211	6.909	1.018	98.717
Pagamento de sinistros	(6.294)	–	–	–	(6.294)
Ajuste de sinistros	(707)	–	–	–	(707)
Reversões	(75.124)	(7.847)	(387)	(1.029)	(84.387)
Saldo final	**6.549**	**2.161**	**6.522**	**42**	**15.274**

				31/12/2020
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Prêmio Não Ganhos	Total
Saldo inicial	**7.827**	**4.305**	**4.227**	**16.359**
Constituições / Avisos	81.572	18.843	1.489	101.904
Pagamento de sinistros	(8.093)	–	–	(8.093)
Ajuste de sinistro	(1.087)	–	–	(1.087)
Reversões	(73.124)	(22.351)	(5.663)	(101.138)
Saldo final	**7.095**	**797**	**53**	**7.945**

9. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com pessoal a pagar	694	654
Depósito de terceiros	1.545	503
Provisão para indenizações	4.300	13.110
Outras contas a pagar	332	2.877
Total	**6.871**	**17.144**

10. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

10.1. Composição

	Depósitos judiciais		Provisões para ações Judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contingências cíveis	1.835	1.477	1.092	7.081
Contingências trabalhistas	10	10	3	3
Totais	**1.845**	**1.487**	**1.095**	**7.084**

As posições judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas à Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisionais de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

10.2. Segregação em função da probabilidade de perda

		31/12/2021
	Possível	Provável
Cíveis	108	1.092
Trabalhistas	24	3
Totais	**132**	**1.095**

		31/12/2020
	Possível	Provável
Cíveis	151	7.081
Trabalhistas	40	3
Totais	**191**	**7.084**

10.3. Movimentação

A movimentação das provisões judiciais pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2020	Adições	(Reversões)	Saldo 31/12/2021
Natureza cível	7.081	4.337	(10.326)	**1.092**
Natureza trabalhista	3	–	–	**3**
	7.084	**4.337**	**(10.326)**	**1.095**

11. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R$ 192.000.000 (cento e noventa e dois milhões de reais).

12. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Seguros Holding Brasil S.A., anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A., demais empresas ligadas a sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas abaixo:

			31/12/2021		31/12/2020
	Ativos	Receitas	(Despesas)	Ativos	(Despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Econômica Federal	56	–	–	293	–
Contribuições para plano de previdência privado					
Caixa Vida e Previdência S.A.	–	–	(126)	–	(170)
Contribuições para plano odontológico					
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	–	–	(15)	–	(16)
Prestação de serviços e reembolsos:					
Caixa Consórcios S.A. *(i)*	14	151		13	169
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	–	(1)	–	–
Operações de seguros					
Caixa Seguradora S.A.	–	–	(7)	–	(8)
Remuneração do pessoal chave da administração					–
Remuneração e benefícios de curto prazo	–	–	(159)	–	(154)

(i) Refere-se a compartilhamento e custo

(ii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

13. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Saúde empresarial	842	5.501
Saúde coletivo por adesão	53	104
Total	**895**	**5.605**
b) Eventos Conhecidos ou Avisados		
Saúde empresarial	(5.491)	(7.605)
Saúde coletivo por adesão	(150)	13
Total	**(5.641)**	**(7.592)**
c) Outras receitas e (despesas) operacionais		
Outras receitas diversas *(i)*	14.045	4.934
Impressos e formulários produto	(5)	(5)
Serviços de perícia e técnicos	(90)	(36)
Provisão para risco de crédito	46	1.008
Central de relacionamento	(30)	(33)
Outras despesas operacionais	(891)	(13.328)
Total	**13.075**	**(7.460)**
d) Despesas de comercialização		
Comissão	(24)	(136)
a) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(2.749)	(2.931)
Serviços de terceiros	(600)	(651)
Localização e funcionamento	(551)	(703)
Publicidade e propaganda	(86)	(44)
Despesas judiciais	(550)	(1.403)
Tributos e taxas	(77)	(129)
Multas diversas	272	73
Outras despesas administrativas	2.591	(52)
Total	**(1.750)**	**(5.840)**
f) Resultado financeiro líquido		
Receitas com fundos de investimento	806	9.856
Receitas com títulos	10.068	80.891
Outras receitas financeiras	729	1.808
Outras despesas financeiras	(232)	(496)
Total	**11.371**	**92.059**

(i) Refere-se substancialmente a reversão de provisão para indenizações

14. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 126 (2020 - R$ 170).

15. PLA e Margem de Solvência

Apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Patrimônio líquido ajustado		
1 - Patrimônio Líquido	131.447	128.252
2 - Deduções	19	21
Despesas antecipadas	19	19
Intangível (líquido de gastos com promoção e prevenção à saúde)	–	2
Patrimônio líquido ajustado (1 - 2)	**131.428**	**128,231**
b) Margem de solvência		
0,20 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	179	1.121
0,33 sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	8.371	45.547
Margem de solvência	**8.371**	**45.547**
Suficiência	**121.702**	**82.684**

16. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social.

		31/12/2021		31/12/2020
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	9.727	9.727	79.419	79.419
(–) Outras variações *(i)*	–	–	(27.370)	(27.370)
Base de cálculo	**9.727**	**9.727**	**52.049**	**52.049**
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(1.945)**	**(2.432)**	**(7.807)**	**(13.012)**
Ajustes do lucro real	(11.722)	(11.722)	11.816	11.816
Ajustes temporários diferidos	1.995	1.995	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	**(9.727)**	**(9.727)**	**11.816**	**11.816**
Tributos sobre os ajustes	**1.945**	**2.432**	**(1.772)**	**(2.954)**
Incentivos fiscais		–		67
Despesa contabilizada	**–**	**–**	**(9.580)**	**(15.909)**
Taxa efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**18,41%**	**30,57%**

Brasília, 28 de março de 2022

(i) Compensação de base negativa de anos anteriores.

Conselho de Administração

Paulo Otavio Silva Câmara
Presidente

Maximiliano Alejandro Villanueva

Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons

Hebert Luiz Gomide Filho

Domingos Alves da Cunha Filho

Diretoria Executiva

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretor Presidente

Paulo Otávio Silva Câmara
Diretor Superintendente

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA nº 3663

Contador

Maria Fernanda dos Santos Cabral
CRC SP 1SP-180999/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1011339-80.2021.8.26.0008.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Wagner Vagaroso Sánches (CPF: 314.465.088-43), que Strong Consultoria Educacional Ltda e Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizaram ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 47.529,15 (janeiro de 2022), representada pelo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais nº 128435. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022. 29 e 30 / 03 / 2022

9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 8º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **8004534-12.2022.8.26.0100**. O Dr. Henrique Dado Paiva, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a José Wanderley Correia da Silva (CPF 734.482.812-04), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 26.887,43 (fevereiro de 2022). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 26 e 29 / 03 / 2022

BIOMM S.A.
CNPJ/ME nº 04.752.991/0001-10 - NIRE nº 31.300.016.510
Companhia Aberta

Edital de Convocação

BIOMM Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagos dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária** - **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; **Em Assembleia Geral Extraordinária** - **(i)** Deliberar sobre a consignação do novo capital social da Companhia, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2022; e **(ii)** Deliberar sobre a alteração da redação do *caput* do artigo 5° do Estatuto Social, de modo a refletir o novo capital social, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGOE os convocados os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.Nova Lima/MG, 28 de março de 2022. Cláudio Luiz Lottenberg - **Presidente do Conselho de Administração**

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0028216-30.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo – Santana. Executado: Matheus Parraz de Moura. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0028216-30.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Matheus Parraz de Moura (CPF:392.690.778-96), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Santana, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 38.505,10 (agosto de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022. 26 e 29 / 03 / 2022

1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé-SP. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº0006776-60.2021.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME DE PAULA NASCENTE NUNES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LEANDRO DE SOUZA CORDEIRO, CPF/MF nº 463.457.428-48, que Alberto Gomes da Rocha Neto, ação ora em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias úteis supra, pague o débito de R$ 77.334,36 atualizado em 01/11/2021, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo -SP. J - 26 e 29/03

Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações

CNPJ/MF nº 31.485.344/0001-61

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 28 de março de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	3.077	1.208
Contas a receber	7	629	-
Contas a receber - partes relacionadas	8	16	1
Tributos a recuperar		64	73
Adiantamento a fornecedores		12	241
Despesas antecipadas e outras		131	236
Créditos eletrônicos de transporte coletivo		144	-
Total do ativo circulante		4.073	1.759
Imobilizado	10	1.057	529
Intangível	11	1.221	1.520
Total do ativo não circulante		2.278	2.049
Total do ativo		6.351	3.808

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		625	568
Fornecedores - partes relacionadas	8	123	32
Impostos e contribuições a recolher		51	10
Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.977	2.001
Outras obrigações		2	101
Total do passivo circulante		3.778	2.702
Patrimônio líquido			
Capital social	12	70.013	32.710
Prejuízos acumulados		(67.438)	(31.604)
		2.575	1.106
Total do passivo e patrimônio líquido		6.353	3.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	17.110	-	(10.710)	6.400
Aumento do capital social em 11 de fevereiro de 2020	7.800	-	-	7.800
Aumento do capital social em 29 de junho de 2020	7.800	-	-	7.800
Aumento do capital social em 08 de dezembro de 2020	4.259	(4.259)	-	-
Prejuízo do exercício	-	(20.898)	(20.898)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.969	(4.259)	(31.608)	1.106
Integralização de capital social em 08 de janeiro de 2021	-	4.259	-	4.259
Aumento do capital social em 22 de fevereiro de 2021	13.444	(13.444)	-	-
Integralização de capital social em 05 de março de 2021	-	13.444	-	13.444
Aumento de capital social em 07 de julho de 2021	11.400	-	-	11.400
Aumento de capital social em 29 de outubro de 2021	8.200	(8.200)	-	-
Integralização de capital social em 01 de novembro de 2021	-	8.200	-	8.200
Prejuízo do exercício	-	-	(35.830)	(35.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.013	-	(67.438)	2.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	106	-
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(436)	-
Depreciação e amortização	10 e 11	(866)	(513)
Custos operacionais		(2.125)	(2.108)
Materiais, equipamentos e veículos		(1)	(1)
Licença de uso de programa		(3.319)	(202)
Outros		(9)	(9)
		(6.756)	(2.833)
Resultado bruto		(6.644)	(2.816)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(13.952)	(6.943)
Serviços		(8.960)	(6.292)
Materiais, equipamentos e veículos		(480)	(1.019)
Provisão para impairment		(398)	(2.483)
Campanhas e ações promocionais		(436)	(648)
Água, luz, telefone, internet e gás		(36)	(19)
Contribuições a entidades e associações de classe		(67)	(104)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(549)	(350)
Gastos com viagens e estadias		(8)	(16)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1)	(15)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(291)	(96)
Depreciação		(45)	(24)
Publicidade na mídia		(2.354)	(72)
Licenças de uso de programa		(574)	(1)
Outros		(538)	(66)
		(29.109)	(18.148)
Outros resultados operacionais		(1)	(1)
Resultado antes do resultado financeiro		(35.750)	(20.945)
Resultado financeiro	14	(80)	47
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(35.830)	(20.898)
Prejuízo do exercício		(35.830)	(20.898)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(35.830)	(20.898)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(35.830)	(20.898)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(35.830)	(20.898)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	911	537
Baixa de ativo imobilizado	-	5
Provisão para impairment	398	2.483
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	1
	(34.518)	(17.863)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(29)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(15)	4
Tributos a recuperar	9	(45)
Despesas antecipadas e outras	(639)	(78)
Adiantamento a fornecedores	229	(190)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	54	(178)
Fornecedores - partes relacionadas	91	(67)
Obrigações sociais e trabalhistas	976	872
Impostos e contribuições a recolher	41	(35)
Outras contas a pagar	(99)	99
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(33.824)	(17.484)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(644)	(268)
Aquisição de ativo Intangível	(896)	(1.808)
Aplicações financeiras líquidas de resgates	-	5.153
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(1.540)	3.077
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	37.303	15.600
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	37.303	15.600
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.869	1.193
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.208	16
No final do exercício	3.077	1.208
	1.869	1.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações foi constituída em 10 de agosto de 2018, como uma sociedade por ações de capital fechado e é domiciliada à Avenida Paulista, nº 2300, 6º andar, conjunto 62, Bela Vista, CEP 01310-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem em seu objeto social (i) o desenvolvimento, o gerenciamento e exploração de Programas de Fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; (ii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; (iii) o desenvolvimento, licenciamento, sublicenciamento, a manutenção e o suporte técnico de softwares; (iv) a intermediação de negócios, inclusive por meio de Marketplace e mídia digital; (v) a prestação de serviços de consultorias no ramo da tecnologia da informação e mobilidade; (vi) a promoção de estudos e pesquisas de mercado visando o aprimoramento de serviços de publicidade e sua localização no âmbito nacional; (vii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente; e (viii) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista. O aplicativo "Quicko" foi lançado em 17 de julho 2019 e em 15 de outubro de 2019 iniciou-se a campanha para divulgação. Através de suas funcionalidades de Marketplace, programa de fidelidade e venda de créditos de bilhetagem, o aplicativo tem como objetivo a integração do ecossistema de mobilidade. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já atravessou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional de suas operações. A Companhia possui caixa suporte financeiro de sua Controladora indireta CCR S.A. de forma a fazer frente a todos seus compromissos, mesmo que haja uma incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dente diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente. • Acompanhamento dos cenários gerenciais de finanças de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar impactos adversos.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nas demonstrações financeiras apresentadas. *(a) Receitas de contratos com clientes:* É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contraparte a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e, (5) reconhecimento da receita. Uma receita é reconhecida se a mensuração significativa na sua realização. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços: Comissões cobradas de seus parceiros pelo processamento de operações financeiras transacionadas na plataforma da Companhia; e Prestação de serviços de ofertas campanhas e anúncios na plataforma da Companhia. *(b) Instrumentos financeiros:* Reconhecimento e mensuração inicial: Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • o montão desto de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado ao VJR: • o montão desto de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desconsaminto contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ao saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são definidos como uma combinação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendeia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que poderiam mudar o ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • a pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido ou emitido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais o ou juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR:	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado:	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando, e • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:* • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionado. *(d) Ativo imobilizado:* • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (bens principais) do imobilizado. Ganhos e perdas líquidos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos de item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela diferença entre os recursos líquidos obtidos na alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O período de vida útil de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido substituído por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica, de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL, que são coerentes com a vida útil econômica nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. *(e) Ativos intangíveis:* A Companhia possui o seguinte ativo intangível: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. *(f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):* • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.077	1.208
Aplicações financeiras	-	-
Total de investimentos e CDB	3.077	1.208

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 98,96% do CDI, equivalente a 4,35% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (89,56% do CDI, equivalente a 2,48%, a.a., em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

Circulante	2021	2020
Vendas com parceirias comerciais (a)	26	-
Receita de venda/cessão de mídias, campanhas e anúncios (b)	600	-
Contas a receber - PagSeguro (c)	629	-

(a) Crédito a receber decorrente de parceiras comerciais. (b) Crédito a receber decorrente de venda/cessão de mídias, campanhas e anúncios. (c) Crédito a receber da PagSeguro decorrente de pagamentos das vendas realizadas através do aplicativo Quicko, de cartões de crédito.

	2021	2020
Crédito a vencer	629	-
	629	-

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2021 e 2020, relativas as operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora indireta, outras partes relacionadas e profissionais chave da administração.

	2021					
	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Despesas/custos com serviços prestados	Receitas	Contas a receber		Fornecedores e outras contas a pagar	
Controladora indireta						
CCR	97 (a)	-	-		34 (a)	
Outras partes relacionadas						
CPC	330 (b)	-	-		-	
Metrô Bahia	-	63 (b)	16	(b)	89 (b)	
Ultra Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano	165 (g)	-	-		-	
Coalizão Marketing - Eireli	35 (d)	-	-		-	
Total	627	63	16		123	

	2020					
	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/ intangível	Contas a receber		Fornecedores e outras contas a pagar	
Controladora						
CCR	92 (a)	39 (e)	1 (c)		9 (a)	
Outras partes relacionadas						
CPC	295 (b)	-	-		23 (b)	
Total	387	39	1		32	

Despesas com profissionais-chaves da administração

	2021	2020
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (d)(f)	881	827
Outros benefícios:		
Benefícios pós emprego		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	573	44
Estorno de PPR do ano anterior pago no ano	(335)	-
Previdência privada	17	15
Seguro de vida	2	2
	1.138	888
Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração	**2021**	**2020**
Remuneração dos administradores (f)	657	416

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Salários, remunerações, gratificações e participações a pagar	1.058	811
Benefícios a pagar	22	10
Encargos sociais e previdenciários	681	436
Provisão para férias	1.216	744
	2.977	2.001

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo líquido	Adições	Baixas	2021 Saldo líquido
Valor de custo					
Móveis e utensílios		54	-	-	54
Máquinas e equipamentos		326	-	-	326
Instalações e edificações		142	-	-	142
Imobilizados em andamento		80	644	-	724
Total custo		602	644	-	1.246
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	(3)	(6)	-	(9)
Máquinas e equipamentos	20	(55)	(65)	-	(120)
Instalações e edificações	4	(15)	(6)	-	(21)
Total depreciação		(73)	(77)	-	(150)
Total geral		529	567	-	1.096

	Taxa média anual de depreciação %	2019 Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	2020 Saldo líquido
Valor de custo						
Móveis e utensílios		11	-	-	43	54
Máquinas e equipamentos		273	-	(17)	70	326
Instalações e edificações		-	142	-	-	142
Imobilizados em andamento		-	126	-	(72)	54
Total custo		284	268	(17)	(1)	576
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	-	(3)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos	20	-	(58)	3	-	(55)
Instalações e edificações	14	-	(15)	-	-	(15)
Total depreciação		-	(76)	3	-	(73)
Total geral		284	192	(14)	(1)	529

(a) Reclassificações entre ativo intangível e imobilizado, em 2020.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2020 Saldo líquido	Adições	Provisão para impairment (b)	2021 Saldo líquido
Valor de custo					
Marcas e patentes		48	-	-	48
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.625	-	-	1.625
Direitos de uso de sistemas informatizados - em andamento		-	896	(668)	228 (c)
Total de custo		1.673	896	(668)	1.901
Valor de amortização					
Marcas e patentes	20	(5)	(4)	-	(9)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(148)	(791)	465	(474)
Total amortização		(153)	(795)	465	(483)
Total Intangível		1.520	(101)	(203)	1.418

	Saldo líquido	Adições	Transferências (a)	Provisão para impairment	Saldo líquido
Valor de custo					
Marcas e patentes	48	-	-	-	48
Direitos de uso de sistemas informatizados	2.675	-	1.276	(2.326)	1.625
Direitos de uso de sistemas informatizados - em andamento	-	1.808	(1.352)	(456)	-
Total de custo	2.723	1.808	(76)	(2.782)	1.673
Valor de amortização					
Marcas e patentes	20	- (5)	-	-	(5)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	- (447)	-	- 299	(148)
Total amortização		(452)	-	299	(153)
Total intangível	2.723	1.356	(76)	(2.483)	1.520

(a) Reclassificação do ativo intangível para o imobilizado, em 2020. (b) O montante provisionado é R$ 2.881, sendo R$ 398 referente a provisão de 2021 e R$ 2.483 referente a provisão de 2020, a Companhia revisou as estimativas e considerou os cenários mantendo a provisão do saldo. (c) O valor de R$ 668 refere-se a saldo provisionado em exercícios anteriores.

12. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 70.013, composto por 43.577.800 ações ordinárias e totalmente integralizadas. Durante o exercício de 2021, ocorreram os seguintes aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia: • Em 8 de janeiro de 2021, houve a integralização de capital no valor R$ 4.259, aprovado na AGE de 8 de dezembro de 2020. • Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 13.444, por suas acionistas, CIIS e Canada Participações, na proporção de suas participações acionárias, e foi emitido 13.444.000 ações ordinárias nominais, todas nominativas e totalmente integralizadas em 5 de março de 2021. • Em 7 de julho de 2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 11.400, por suas acionistas, CIIS e Canada Participações, na proporção de suas participações acionárias, e foi emitido 11.400.000 ações ordinárias nominais, todas nominativas e totalmente integralizadas na mesma data. • Em 29 de outubro de 2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 8.200, por suas acionistas, CIIS e Canada Participações, na proporção de suas participações acionárias, e foi dividido em 1.640.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$ 5,00 (cinco reais), totalmente integralizadas em 1º de novembro de 2021.

	2021 Participação acionária	2021 Quantidade de ações	2020 Participação acionária	2020 Quantidade de ações
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	80,00%	34.862.240	80,00%	26.168.000
Canadá Participações	20,00%	8.715.560	20,00%	6.542.000
	100,00%	43.577.800	100,00%	32.710.000

13. Receitas operacionais

	2021	2020
Receita com parceiras comerciais	86	-
Receita de venda/cessão de mídias, campanhas e anúncios	34	-
Receita bruta	122	-
Impostos sobre receitas	(16)	-
Deduções das receitas brutas	(16)	-
Receita operacional líquida	106	-

14. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(10)	(1)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(468)	(72)
	(478)	(73)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	251	117
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	7	-
Juros e outras receitas financeiras	140	2
	398	119
Resultado financeiro líquido	(80)	46

15. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a liquidez, a rentabilidade e a segurança dessas operações. Os controles das operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que lhes são pertinentes e que possuem relevância para o mercado, dado o caráter prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2	2021	2020
Aplicações financeiras	2.934	1.194
Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos (preços ajustados) para o ativo ou passivo, diferentes dos preços negociados (preços) ou indiretamente (derivado de preços). e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidos com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a aplicação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B de análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros, no exercício de 2021, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

			Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Exposição em R$ 31/12/2021**	**Cenário Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (1)	CDI	2.934	9,15%	25%	50%
Efeito líquido				192	384
Taxas de juros consideradas futuras (2):					
	CDI (1)		9,15%	6,86%	4,58%

(1) As taxas apresentadas acima servirão como base para o cálculo. Ao mesmo tempo utiliz

HOLDING VERDE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 19.853.465/0001-13

VERDE asset management

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho interno de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas internamente por todos e a qualquer momento, gerando o entendimento de diferentes oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2021, a Verde Asset possuía R$ 49,60 (2020 - R$ 50,37) bilhões de ativos sob gestão. ***Destaques do período:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2021 as receitas operacionais líquidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: **(a)** Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, é calculada e deduzida diariamente do patrimônio líquido do fundo. O total da taxa de administração correspondeu a R$ 684.389 (2020 - R$ 595.368) mil, e **(b)** Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R$ 112.827 (2020 - R$ 94.352) mil. **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2021 totalizaram R$10.157 (2020 - R$5.008) mil, tendo substancialmente, sido originada de por aplicações em CDB-DI e por operações compromissadas com lastro em títulos públicos ("LTN" - Letras de Tesouro Nacional). As aplicações possuem liquidez imediata. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 199.075 (2020 - R$ 170.908) mil, sendo R$ 76.209 (2020 - R$ 72.488) mil referente a despesas administrativas, R$ 168.518 (2020 - R$ 146.254) de despesas com pessoal, R$ 524 (2020 - R$ 141) mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 1.230 (2020 - R$ 1.023) mil de despesas tributárias. **Impostos:** Impostos de renda e contribuição social totalizaram R$ 179.438 (2020 - R$ 153.357) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **• Resultado do Exercício:** Apresentou um lucro líquido de R$ 341.071 (2020 - R$ 294.517) mil. **• Conjuntura Econômica:** A Companhia avaliou que os riscos e incertezas resultantes da propagação do vírus Covid-19 não resultou em evento econômico que tenha relação com a continuidade de seu negócio e/ou as estimativas contábeis. O impacto mais relevante observado foi a redução no patrimônio dos fundos de investimentos causando redução nos montantes de receitas de gestão e performance. **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram prestados a Verde outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Relatório da administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - *Em milhares de reais*

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**	**PASSIVO**	**Nota**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**
Circulante		**110.476**	**150.753**	**342.780**	**382.807**	**Circulante**		**110.280**	**150.557**	**337.475**	**372.005**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	180	144	321.968	279.118	Contas a pagar		1	-	791	635
Contas a receber	**4**	-	-	18.652	101.835	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**9.1**	-	-	123.389	113.305
Dividendos a receber	**5**	110.315	150.606	-	-	Obrigações fiscais	**9.2**	-	-	103.016	107.508
Despesas antecipadas		-	-	1.615	1.752	Dividendos a pagar	**11.3**	110.279	150.557	110.279	150.557
Tributos a recuperar	**6**	1	3	545	102	**Não circulante**		-	-	**48.914**	**30.599**
Não circulante		**5.894**	**5.894**	**49.699**	**25.887**	Provisão para contingências	**10**	-	-	38.273	30.599
Depósitos judiciais	**10**	-	-	32.911	25.426	Passivos do arrendamento	**7**	-	-	10.641	-
Investimentos	**5**	5.894	5.894	-	-	**Patrimônio líquido**	**11**	**6.090**	**6.090**	**6.090**	**6.090**
Ativos de direito de uso	**7**	-	-	10.254	-	Capital social		5.000	5.000	5.000	5.000
Imobilizado	**8**	-	-	6.434	387	Reservas de lucros		1.090	1.090	1.090	1.090
Intangível	**8**	-	-	100	74	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**116.370**	**156.647**	**392.479**	**408.694**
Total do ativo		**116.370**	**156.647**	**392.479**	**408.694**						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em milhares de reais*

			Reserva de lucros			
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Outras**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Lucro líquido do exercício					294.517	294.517
Destinação						
Dividendos pagos	**11.3**	-	-	-	(143.960)	(143.960)
Dividendos propostos	**11.3**	-	-	-	(150.557)	(150.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Lucro líquido do exercício					341.071	341.071
Destinação						
Dividendos pagos	**11.3**	-	-	-	(230.792)	(230.792)
Dividendos propostos	**11.3**	-	-	-	(110.279)	(110.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**
Receitas com prestações de serviços		-	-	797.216	689.720
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		-	-	(87.824)	(75.949)
Receita operacional líquida		**-**	**-**	**709.392**	**613.772**
Receitas/(despesas) operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial		341.183	294.630	-	-
Outras receitas despesas operacionais		-	-	35	-
Despesas administrativas	**12**	(117)	(116)	(29.987)	(23.488)
Despesas com pessoal	**13**	-	-	(168.518)	(146.254)
Despesas com depreciação e amortização		-	-	(340)	(141)
Despesas tributárias		(1)	(1)	(1.230)	(1.023)
Resultado operacional		**341.065**	**294.513**	**510.352**	**442.866**
Receitas/(despesas) financeiras	**14**	6	4	10.157	5.008
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**341.071**	**294.517**	**520.509**	**447.874**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**15**	-	-	(179.438)	(153.357)
Lucro líquido do exercício		**341.071**	**294.517**	**341.071**	**294.517**
Ações do capital social ao final do exercício		5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Lucro por ação do capital social ao final do exercício - R$		68,21	58,90	68,21	58,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em milhares de reais*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/ 2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	341.071	294.517	341.071	294.517
Total do resultado abrangente do exercício	**341.071**	**294.517**	**341.071**	**294.517**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *Em milhares de reais*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/ 2021	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	341.071	294.517	520.509	447.874
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	340	141
Resultado de equivalência patrimonial	(341.183)	(294.630)	-	-
Provisões de contingência fiscal	-	-	7.674	8.823
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício ajustado	**(112)**	**(113)**	**528.523**	**456.838**
Redução em contas a receber	-	-	83.183	71.076
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas	-	-	137	(891)
(Aumento)/Redução em outros créditos	2	4	(443)	15
(Aumento) em depósitos judiciais	-	-	(7.485)	(7.907)
(Aumento) em ativos de direito de uso	-	-	(10.254)	-
Aumento em contas a pagar	-	-	10.796	140
(Aumento)/Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	10.084	(24.842)
(Aumento)/Redução em obrigações fiscais	-	-	(10.663)	(125.508)
Caixa gerado das (aplicado nas) operações	**(110)**	**(109)**	**603.878**	**366.922**
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(173.267)	(60.082)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(110)**	**(109)**	**430.611**	**306.840**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	381.475	304.583	-	-
Aquisição de imobilizado/intangível	-	-	(6.413)	(196)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**381.475**	**304.583**	**(6.413)**	**(196)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos				
Dividendos pagos no exercício	(381.348)	(304.479)	(381.348)	(304.479)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(381.348)**	**(304.479)**	**(381.348)**	**(304.479)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16**	**(5)**	**42.850**	**2.165**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144	149	279.118	276.953
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	160	144	321.968	279.118
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16**	**(5)**	**42.850**	**2.165**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas	1	1	1.035	1.023
Prestação de serviços	-	-	1.035	1.023
Insumos adquiridos de terceiros	(117)	(116)	(29.987)	(23.488)
Despesas administrativas	(117)	(116)	(29.987)	(23.488)
Valor adicionado bruto	(116)	(115)	(28.952)	(22.465)
Depreciação e amortização	-	-	(340)	(141)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(116)	(115)	(29.292)	(22.606)
Valor adicionado recebido em transferência	341.189	294.634	10.157	5.008
Resultado de equivalência patrimonial	341.183	294.630	-	-
Receitas financeiras	6	4	10.157	5.008
Outras receitas	-	-	35	-
Valor adicionado total a distribuir	341.073	294.519	(19.100)	(17.598)
Pessoal	-	-	168.518	146.254
Remuneração direta	-	-	123.389	113.305
Benefícios	-	-	36.273	30.599
FGTS	-	-	8.856	2.350
Impostos, taxas e contribuições	1	3	179.439	153.357
Federais	1	3	179.439	153.357
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	(67.824)	(75.949)
Despesas financeiras	-	-	87.824	75.949
Aluguéis	-	-	(155.642)	(229.251)
Remuneração de capitais próprios	341.071	294.517	341.071	294.517
Lucros retidos / prejuízo do período	341.071	294.517	341.071	294.517

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	341.071	294.517	341.071	294.517
Total do resultado abrangente do exercício	**341.071**	**294.517**	**341.071**	**294.517**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *Em milhares de reais*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/ 2021	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	341.071	294.517	520.509	447.874
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	340	141
Resultado de equivalência patrimonial	(341.183)	(294.630)	-	-
Provisões de contingência fiscal	-	-	7.674	8.823
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício ajustado	**(112)**	**(113)**	**528.523**	**454.838**
Redução em contas a receber	-	-	83.183	71.076
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas	-	-	137	(891)
(Aumento)/Redução em outros créditos	2	4	(443)	15
(Aumento) em depósitos judiciais	-	-	(7.485)	(7.907)
(Aumento) em ativos de direito de uso	-	-	(10.254)	-
Aumento em contas a pagar	-	-	10.796	140
(Aumento)/Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	10.084	(24.842)
(Aumento)/Redução em obrigações fiscais	-	-	(10.663)	(125.508)
Caixa gerado das (aplicado nas) operações	**(110)**	**(109)**	**603.878**	**366.922**
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(173.267)	(60.082)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(110)**	**(109)**	**430.611**	**306.840**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	381.475	304.583	-	-
Aquisição de imobilizado/intangível	-	-	(6.413)	(196)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**381.475**	**304.583**	**(6.413)**	**(196)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos				
Dividendos pagos no exercício	(381.348)	(304.479)	(381.348)	(304.479)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(381.348)**	**(304.479)**	**(381.348)**	**(304.479)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16**	**(5)**	**42.850**	**2.165**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144	149	279.118	276.953
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	160	144	321.968	279.118
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16**	**(5)**	**42.850**	**2.165**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - conjunto 111, constituída em 26 de fevereiro de 2014 e uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

Companhias controladas	**Principais atividades desenvolvidas**	**% Participação 31/12/2021**
Verde Asset Management S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100
Verde Serviços Internacionais S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100

A Companhia mantém controle do Fundo de Investimento em Renda Fixa denominado "VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI", o qual está apresentado de forma consolidada, nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021. Tal consolidação, dá-se, pois, a capitalização detes fundo é proveniente do esforço de caixa realizado pela Companhia e suas Controladas. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis do Grupo. **2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As Demonstrações Financeiras individuais da Controladora são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas. Nas Demonstrações Financeiras individuais, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. **2.3. Demonstrações financeiras consolidadas:** As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem a Companhia, suas empresas controladas indicadas na Nota 6 e o VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI, onde as empresas do Grupo são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. A carteira desse fundo de investimento está classificada por tipo de operação e está distribuída em cada categoria nas quais originalmente foram alocados. Considera-se exista controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. **Fundo de Investimento Consolidado: i. VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI** Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias e fundo de investimento, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e fundo de investimento, se aplicável; b) eliminação dos saldos de investimentos da Controladora com os saldos de capital, reservas e lucros acumulados das controladas, assim como a eliminação dos saldos de aplicações no fundo de investimento da Controladora e c) destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras consolidadas, se aplicável. As Controladas e o Fundo de Investimento são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as partes relacionadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando ainda, devem ser reconhecidas nas Demonstrações Financeiras consolidadas. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, hibrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.5.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras e mensurados que compreendem as "contas a receber", "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 possui instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, classificados nos em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilidade de hedge. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decorrer normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. **2.7. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os pasivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos (incluindo pagamentos fixos na essência, nos quesiquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente economico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,55% a.a. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.8. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a parte da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.9. Intangível:** As licenças de software adquiridas são demonstradas pelo custo histórico deduzido nos amortização e perdas por impairment acumuladas. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida de 5 anos. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação da tributação. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável/ corrente, geram créditos ou obrigações tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente da Controladora e das controladas foi apurada com base no regime do lucro real. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias. Os ativos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários economicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.11. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução de valor, líquido de seus impostos. **2.12. Reconhecimento de receita:** CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma substitui como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas. A norma prevê um cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios economicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios especificos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em maio e dezembro de cada exercício. **2.13. Obrigações fiscais:** **(a) Ativos circulantes:** Os ativos fiscais correntes são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o passivo como provisórios. Os ativos correntes são reconhecidos contabilmente, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando for possível a estimativa do montante envolvido. Quando existe certo segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é considerado remoto não são divulgadas. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de êxito do processo judicial em andamento, e são mensuradas pelos montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.15. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/ 2021	**31/12/ 2020**	**31/12/ 2021**	**31/12/ 2020**
Conta corrente	2	-	21	16
Aplicações financeiras (*)	158	144	321.947	279.102
Total	**160**	**144**	**321.968**	**279.118**

(a) Em 31 de dezembro de 2021, e 2020, as aplicações financeiras estão representadas por aplicações em CDB-DI e operações compromissadas com lastro em títulos públicos ("LTN" - Letras de Tesouro Nacional). O resultado das operações foi de R$ 10.395 (R$ 5.122 em 31 de dezembro de 2020) e estão registradas em "Receitas Financeiras" (Nota 14).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Gestão de fundos nacionais	16.674	99.935
Gestão de fundos internacionais	1.978	1.900
Total	**18.652**	**101.835**

(a) A gestão da carteira dos fundos nacionais está sob responsabilidade da Verde Asset Management S.A., cujo a administração está sob a responsabilidade do Banco Daycoval S.A. e a custódia sob responsabilidade da Bradesco Serviços Institucionais Fundos de Investimentos DTVM S.A., cujos patrimônios líquidos dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R$ 39,76 bilhões (R$45,47 bilhões em 31 de dezembro de 2020). (b) A gestão dos fundos de investimentos internacionais está sob responsabilidade da Verde Serviços Internacionais S.A., cuja a administração está sob a responsabilidade do Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., cujo patrimônio líquido dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R$ 39,76 bilhões (R$45,47 bilhões em 31 de dezembro de 2020). (b) A gestão dos fundos de investimentos internacionais está sob responsabilidade da Verde Serviços Internacionais S.A., cuja a administração está sob a responsabilidade do Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., cujo patrimônio líquido dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R$ 39,76 bilhões (R$45,47 bilhões em 31 de dezembro de 2020) referia-se a taxa de administração e performance, que foram recebidas no mês subsequente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita de taxa de gestão e performance dos fundos nacionais e internacionais totalizou R$ 797.216 (R$ 689.720 em 31 de dezembro de 2020) e está registrada em "Receitas com prestação de serviços".

5. Investimentos em controladas: A Companhia possui os seguintes investimentos:

	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido de exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final de investimento 31/12/2021
Verde Asset	100%	2.811	562	328.914	(328.914)	3.373	328.914	3.373
Verde Serviços	100%	2.101	420	12.269	(12.269)	2.521	12.269	2.521
							341.183	5.894

	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido de exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final de investimento 31/12/2020
Verde Asset	100%	2.811	562	285.338	(285.338)	3.373	285.338	3.373
Verde Serviços	100%	2.101	420	9.292	(9.292)	2.521	9.292	2.521
							294.630	5.894

As movimentações dos saldos de investimentos nos semestres findos em 31 de dezembro foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	5.894	5.894
Equivalência patrimonial	341.183	294.630
Dividendos recebidos no exercício	(230.792)	(144.024)
Dividendos a receber	(110.279)	(150.606)
Total	**5.894**	**5.894**

a) A Verde Asset Management S.A., com sede no Estado e na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - conjunto 111, tem por objeto social a prestação de serviços de administração de carteiras e valores mobiliários próprios e/ou terceiros, especificamente (a.i) fundos de hedge, (a.ii) fundos de investimentos em participações e (a.iii) fundos de renda fixa e ações, sediados no Brasil, e (a.iv) fundos de investimento, sediados (a.iii) no Brasil e no exterior; e **iii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. **b)** A Verde Serviços Internacionais S.A., com sede no Estado e na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - conjunto 111, tem por objeto social os seguintes itens: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior,

RS Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.953	71
Aplicações financeiras	6	12.688	42.735
Tributos a recperar	7	11.928	2.122
Total do ativo circulante		33.569	49.933
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	18.979	12.371
Investimentos	9	1.248.509	1.202.218
Total do ativo não circulante		1.267.528	1.219.589
Total do ativo		1.301.147	1.269.522

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Debêntures	10	53.210	57.935
Impostos e contribuições a recolher		1.044	4.561
Total do passivo circulante		54.254	62.496
Não circulante			
Debêntures	10	533.588	577.526
Impostos diferidos	8b	3.546	4.137
Total do passivo não circulante		537.134	581.663
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	585.899	585.899
Reserva de lucros	11c	123.860	37.491
Dividendo adicional proposto	11d	-	2.184
Total do patrimônio líquido		709.759	625.574
Total do passivo e patrimônio líquido		1.301.147	1.269.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	10	-	-	-	-	10
Aumento de capital em 29 de junho de 2020	585.889	-	-	-	-	585.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.883	95.883
Destinações:						
Reserva legal	-	4.794	-	-	(4.794)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	(43.357)	(43.357)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(10.923)	(10.923)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(1.928)	(1.928)
Dividendo adicional proposto	-	-	2.184	-	(2.184)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.697	-	(32.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	585.899	4.794	32.697	2.184	-	625.574
Distribuições de dividendos em 23 de abril de 2021	-	-	(1.316)	(2.184)	-	(3.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.023	136.023
Destinações:						
Reserva legal	-	6.801	-	-	(6.801)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de novembro de 2021	-	-	-	-	(32.588)	(32.588)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(13.387)	(13.387)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(2.363)	(2.363)
Reserva de retenção de lucros	-	-	80.884	-	(80.884)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	585.899	11.595	112.265	-	-	709.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(356)	(4)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1)	(12)
Despesas bancárias		(13)	(1)
Despesas legais e judiciais		(41)	(19)
Outros		(1)	(1)
		(408)	(36)
Resultado de equivalência patrimonial	9	177.468	122.166
Resultado antes do resultado financeiro		177.060	122.130
Resultado financeiro	12	(41.561)	(22.110)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		135.499	100.020
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	8b	524	(4.137)
Lucro líquido do exercício		136.023	95.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	136.023	95.883
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	136.023	95.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter os investimentos em seus negócios, em condições de rentabilidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	8.850	14
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	103	57
Total - Caixa e equivalentes de caixa	8.953	71
Aplicações financeiras	2021	2020
Circulante		
Aplicações financeiras	(12.588)	(42.735)
Fundos de investimentos e CDB	-	-
Total - Circulante	12.688	42.735
Não circulante		
Aplicações financeiras	18.979	12.371
Conta reserva (vinculada debêntures - vide nota explicativa 10)	18.979	12.371
Total - Não Circulante	31.667	54.106
Total - Aplicações financeiras	43.645	96.841

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,50% do CDI, equivalente a 4,42% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (99,50% do CDI, equivalente a 2,75% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
Circulante		
IRPJ	3.132	-
IRRF	8.796	2.122
Total circulante	11.928	2.122

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social efetivos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	135.499	100.020
Imposto nominal	46.069	34.007
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(46.070)	(34.007)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	60.339	41.536
Juros sobre capital próprio	(13.824)	(11.611)
IR e CSSL sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	53	1
Outros ajustes tributários	26	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	524	(4.137)
Impostos correntes	(67)	-
Impostos diferidos	591	(4.137)
	524	(4.137)
Alíquota efetiva de impostos	0,39%	4,14%

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. **b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Saldo em 2021				Saldo em 2020	
	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Reconhecido no resultado	Valor líquido
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(4.137)	591	(3.546)	-	(4.137)	(3.546)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.137)	591	(3.546)	16	(4.137)	(3.530)
Compensação de impostos	-	-	-	16	-	16
Impostos diferidos líquidos ativo (passivo)	(4.137)	591	(3.546)	(3.562)	(4.137)	(3.514)

(a) A Companhia estimou recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2022. (b) Diferenças temporárias referente ao custo de transação incorrido na emissão de debêntures.

9. Investimentos: *a. Investimentos em controlada*

Controlada	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação 2021	2020
ViaSul	Concessão rodoviária	Brasil (RS)	100%	100%

b. Composição dos investimentos

	Patrimônio líquido 2021	2020	Resultado 2021	2020	Resultado líquido de equivalência 2021	2020	Resultado de equivalência patrimonial 2021	2020
ViaSul	1.248.509	1.202.218	148.599	120.278	177.468	163.575	177.468	163.575

c. Movimentação dos investimentos

	Saldo inicial 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Dividendos e juros sobre o capital próprio 2021	Saldo final 2021
ViaSul	1.207.218	177.468	(136.087)	1.248.509

d. Informações financeiras resumidas da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. ("ViaSul")

	2021 Total do ativo circulante	Total do ativo não circulante	Total do passivo circulante	Total do passivo não circulante	Total das receitas	Total do custo e despesas exercício	Lucro líquido do exercício	2020 Total do ativo circulante	Total do ativo não circulante	Total do passivo circulante	Total do passivo não circulante	Total das receitas	Total do custo e despesas exercício	Lucro líquido do exercício
ViaSul	1.342.092	93.492	708.850	177.468	1.295.947	(88.729)	639.113	863.575	177.468	163.575	1.207.218	1.207.218	120.278	148.599

10. Debêntures

Instituições financeiras	Taxa contratada	Custo efetivo de transação (%) a.a.	Custo de captação	Saldos sob incorporação	Vencimento final	2021	2020
5ª Emissão - Série única	CDI + 1,8059% ao ano	1,50% a.a.	(a) 14.017	10.474	Outubro de 2031	586.798	635.461
Total geral				10.474		586.798	635.461
Circulante						53.210	57.935
Debêntures						54.772	59.628
Custos de transação						(1.562)	(1.693)
Não Circulante						533.588	577.526
Debêntures						542.500	588.000
Custos de transação						(8.912)	(10.474)

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (IRR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram considerados para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantia** (b) Garantia real. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos principais contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro em que as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 29 de junho de 2020, após a concordância dos debenturistas, ocorreu a cessão da 5ª emissão de debêntures da Companhia de Participações em Concessões (CPC) para a Companhia, tornando-se a 1ª emissão de debêntures da Companhia, mantidas as condições originais contratadas. As garantias foram adaptadas ao contexto da cessão das debêntures, sendo: (i) a cessão fiduciária de todo e qualquer direito creditório que venha a ser pago pela ViaSul à Companhia a título de bonificação de ações ativo dividendo, juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da ViaSul à Companhia em razão da participação detida pela Companhia na ViaSul; (ii) conta reserva, de titularidade da Companhia; (iii) conta dividendos, de titularidade da Companhia; (iv) alienação fiduciária da Companhia. 5ª Emissão: Em 2021 ocorreu o pagamento parcial das parcelas de principal e juros. Em 1º de novembro de 2021, ocorreu o pagamento parcial das parcelas de principal e juros. Em 1º de novembro de 2021, ocorreu o pagamento parcial das parcelas de principal e juros. Em 1º de novembro de 2021, ocorreu o pagamento de principal no valor de R$ 56.000 e pagamento de juros no valor de R$ 30.759 conforme as previsões de amortização. Não ocorreram novos custos de transação. Abaixo estão demonstradas as valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, a partir 31 de dezembro de 2021, sem efeito de vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até em R$	2022	2023 provável	25%	50%
Debêntures - 5ª Emissão	CDI + 1,8059% a.a.	Outubro de 2021	597.272	164.160	(17.967)	(31.772)
Aplicação financeira (CDB)	CDI (b)		31.770	1.772	2.208	2.641
Custo de efeito de juros líquido (perda)				(162.387)	(22.759)	(43.131)

A taxas de juros considerada (b) (c):

CDI (c) 9,15% 11,43% 13,72%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável. (2) Refere-se a taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) Como o conceito é de receita líquida, o cenário para se mensurar o impacto na caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão detalhados dos custos de transações e não contemplam os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstrações dos fluxos de caixa. A. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações livres-de-caixa ocorram, serão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa adequadas.

	2021	2020
Transferência de investimento	-	1.207.218
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(1.207.218)
Cessão Debêntures	-	686.005
Aumento de Capital	-	846.310
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	1.532.315
A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

C. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures sobre capital próprio	Total
Saldo Inicial	(635.461)	(635.461)
Variações fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	86.759	- 86.759
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	51.838 51.838
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	86.759	51.838 138.597
Outras variações		
Despesas com juros, variação monetária e camibal	(38.096)	- (38.096)
Outras variações que não afetam caixa	-	(51.838) (51.838)
Total das outras variações	(38.096)	(51.838) (89.934)
Saldo Final	(586.798)	- (586.798)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	136.023	95.883
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(591)	4.137
Juros e variação monetária sobre debêntures	38.096	18.086
Equivalência patrimonial	(177.468)	(122.166)
Rendimento de aplicação financeira	1.067	-
	(2.883)	**(4.060)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(4.801)	(7.127)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	136.087	147.883
Aumento (redução) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.306)	4.350
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**125.097**	**141.046**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	28.990	(42.735)
Aplicações (conta reserva)	(6.608)	(12.371)
Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades de investimento	**22.382**	**(55.106)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Pagamento de principal	(56.000)	(56.000)
Pagamento de juros	(30.759)	(13.230)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(51.838)	(56.208)
Integralização de capital	-	39.559
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(138.597)**	**(85.879)**
Caixa e equivalentes de caixa	**8.882**	**81**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	71	10
No final do exercício	8.953	71
	8.882	**61**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2021, no montante de R$ 32.588 correspondentes a R$ 0,005662056864 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2021. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido do exercício	136.023
(-) Constituição de reserva legal	(6.801)
Lucro líquido ajustado	129.222
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	32.306
Juros sobre capital próprio pagos (líquido de IRRF)	13.387
Dividendos intermediários pagos	32.588
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	45.975
Dividendos pagos excedente ao mínimo obrigatório	13.669

e. Juros sobre capital próprio: Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 15.750 relativo ao lucro do exercício, sendo após a dedução do imposto de renda devido pagos excedente ao mínimo no montante de R$ 2.363, o valor líquido de R$ 13.387, pagos em 29 de novembro de 2021.

	2021	2020
12. Resultado financeiro		
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(38.096)	(18.086)
Custo efetivo sobre debêntures	(5.233)	(4.347)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3)	(39)
	(43.332)	(22.472)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.446	362
Juros e outras receitas financeiras	325	-
	1.771	362
Resultado financeiro líquido	(41.561)	(22.110)

13. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é feita através de controles internos, de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e executivos responsáveis, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e recomenda políticas de Administração de questões financeiras chave. Seu principal objetivo é refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão sendo reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021 Valor justo financeiro através do custo resultado	Passivo amortizado	2020 Valor justo financeiro através do custo resultado	Passivo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	8.850	-	14	-
Aplicações financeiras	12.791	-	42.792	-
Aplicações financeiras - conta reserva	18.979	-	12.371	-
Passivos				
Debêntures (a)	-	(586.798)	-	(635.461)
	40.620	(586.798)	55.177	(635.461)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados para estimar o valor justo de cada classe de instrumento financeiro: **a. Caixa e conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão registradas pelo valor da cota de fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com a renomina na "curva do papel" e, portanto, a Companhia considera que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. **• Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer pelo passivo pelo seu valor justo (nível 2), o saldo apurado seria o seguinte:

	2021 Valor contábil	Valor justo	2020 Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	597.272	636.885	647.628	429.418

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão quotados no nível 2, conforme detalhado no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais e trazendo a valor presente pelas taxas livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui saldo ativo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, o qual está qualificado a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	31.770	55.163

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *input*s, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*input*s não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações que poderão ocorrer. A Companhia possui dois cenários de estresse: A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco material. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstradas as valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, a partir 31 de dezembro de 2021, sem efeito de vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até em R$**	**2022 provável**	**25%**	**50%**
Debêntures - 5ª Emissão	CDI	Outubro de 2021	597.272	164.160	(17.967)	(31.772)
Aplicação financeira (CDB)	CDI		31.770	1.772	2.208	2.641
Custo de efeito de juros líquido (perda)				(162.387)	(22.759)	(43.131)

A taxas de juros considerada (b) (c):

CDI (c) 9,15% 11,43% 13,72%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável. (2) Refere-se a taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) Como o conceito é de receita líquida, o cenário para se mensurar o impacto na caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão detalhados dos custos de transações e não contemplam os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstrações dos fluxos de caixa. A. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações livres-de-caixa ocorram, serão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa adequadas.

	2021	2020
Transferência de investimento	-	1.207.218
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(1.207.218)
Cessão Debêntures	-	686.005
Aumento de Capital	-	846.310
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	1.532.315

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

C. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures sobre capital próprio	Total
Saldo Inicial	(635.461)	- (635.461)
Variações fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	86.759	- 86.759
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	51.838 51.838
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	86.759	51.838 138.597
Outras variações		
Despesas com juros, variação monetária e camibal	(38.096)	- (38.096)
Outras variações que não afetam caixa	-	(51.838) (51.838)
Total das outras variações	(38.096)	(51.838) (89.934)
Saldo Final	(586.798)	- (586.798)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Marcio Tassuhiro Ihe	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP196908/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **RS Holding e Participações S.A.** – São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente mencionadas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RS Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, e desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão aos investimentos em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial:** Veja a Nota 1 e 5 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e nº 9 a Companhia detém participação na Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. que atua no segmento de concessões rodoviárias de Porto Alegre, avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Essa controlada, em 31 de dezembro de 2021, reconheceu o montante de R$ 308.920 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos que são posteriormente amortizados ao longo do período de geração de receita adicionado ao período de concessão. A administração da controlada exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e consequentemente são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração da controlada para determinar quais os gastos que atendem os critérios para serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das principais práticas e controles do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. – Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, incluindo a natureza, consistência e competência fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e práticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nos exames efetuados, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas notas explicativas divulgadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa real para fazer isso. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação dos políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações em suas demonstrações financeiras ou, se essas divulgações forem inadequadas, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Porém, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as div

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 3121591-10.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Antônio Carrer, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Francy Meyre Nunes Monteiro, CPF 209.241.863-72, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Sugero Ltda., objetivando a cobrança de R$ 21.525,07 (junho/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2013. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sentença de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1005105-50.2019.8.26.0009** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo,Dr(a). Claudia Ribeiro, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a WILSON MOREIRA, CPF 263.667.468-34, brasileiro, casado com Edith Van Bezerra de Moreira, que lhe foi proposta uma ação de Retificação c/c Suprimento ou Restauração de Registro Civil por parte de Juvana Moreira, na qual a sendo requerida a retificação no assento de óbito de EDITE COSTA,fundado em vista o erro da declaração na certidão de óbito.Foram realizadas tentativas para localização do réu junto aos órgãos do DETRAN,INFOJUD,SISBACEN e SERASAJUD, bem como no endereço: Rua Alcide Soares,nº138,Paraisa São Paulo/Capital,todas infruíferas,por estar em lugar incerto e não sabido,não foi possível a citação pessoalmente.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para que no prazo de quinze dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,apresente resposta.Não sendo contestada a ação,o réu será reputado revel, caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(9.38)**

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião. PROCESSO Nº 1106212-34.2014.8.26.0100 (**Usuc. 1334**) A Dra. Renata Pinto Lima Zanetta MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível,da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Arsilades Ribas de Andrade e sim Zeny de Oliveira Andrade, Pedro Paulo Sader Novelli, José Gonçalves Domingues e sim Izabel Maria Domingues e Maria de Paula Santostaso e sim Cláudio Vicente Santostaso, seus sucessores, seus herdeiros, demais eventuais interessados,bem como seus cônjuges, se casados forem,herdeiros e/ou sucessores,que Claudio Roberto Gomes Leite,Cristiana Costa e Silva,Sara Gomes Leite,Ana Maria Pereira da Silva e Luciana Costa Leite ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando a aquisição do domínio do imóvel localizado no Rua Belchior de Ordas,nº's 515/521(antigo nº 122), Vila Leonor, São Paulo/ SP, com área de 248,22 m², cadastrado nº 068.205.0060-2, alegando posse mansa e pacífica no prazo mínimo exigido. Estando o(s) requerido(s) em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis,** contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 22 de março de 2022. **(9.38)**

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO - 1ª VARA CÍVEL – Avenida das Nações Unidas, nº 22.939, 12º andar - Vila Almeida - Santo Amaro - CEP 04795-100 - Fone: 5541-7990 - São Paulo-SP - E-mail: stoamaro1cv@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1049014-03.2018.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro, Dr(a). **LILIANA FEHER RECABRENA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **DIVINA ALVES DA SILVA**, brasileira, CPF 135.245.018-69, com endereço a Rua Emilio Mallet, 862, Vila Gomes Cardim, CEP 03320-000, São Paulo/SP, que lhe foi proposta uma ação **BUSCA E APREENSÃO em ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** por parte de **BANCO ITAUCARD S.A.**, alegando em síntese: que as partes celebraram Cédula de Crédito sob nº 30410-6187958213 - VIC, no valor total de R$ 20.17,95, com pagamento em 48 parcelas mensais e consecutivas, estando a requerida em atraso a partir da 13ª parcela, com vencimento em 06/09/2018 e seguintes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 dias**, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, ao 01 de fevereiro de 2022.

26 e 29/03

Campanha do TSE emite título de eleitor para quase 100 mil jovens

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que entre os dias 14 e 18 de março foram emitidos 96.425 novos títulos de eleitor, em todo o Brasil e no exterior, para jovens entre 15 e 18 anos de idade. Para votar na eleição de outubro, é preciso emitir o documento até o dia 4 de maio. O procedimento pode ser feito inteiramente online.

As novas emissões ocorreram durante uma semana de mobilização dos jovens promovida pela Justiça Eleitoral nas redes sociais, e que contou com a adesão de diversas personalidades, incluindo artistas nacionais como Anitta, Zeca Pagodinho, Whindersson Nunes, Juliette e também internacionais, como o ator norte-americano Mark Ruffalo.

Segundo informações da Justiça Eleitoral, foram realizadas 6,8 mil publicações no Twitter sobre o assunto durante a mobilização, que contou com a participação ainda de diversas instituições, incluindo clubes de futebol como Flamengo e Corinthians.

A mobilização ocorreu em um momento em que a Justiça Eleitoral registra o menor nível de participação de adolescentes no processo eleitoral dos últimos 30 anos. De acordo com as estatísticas oficias, até janeiro deste ano o TSE havia registrado pouco mais de 730 mil títulos emitidos para jovens de 15 a 17 anos de idade, cujo voto é facultativo.

O menor nível de participação de adolescentes já registrado ocorreu nas eleições municipais de 2020, quando a emissão do título de eleitor caiu drasticamente para essa faixa etária e apenas 992 mil jovens tinham o documento no dia da votação. Quatro anos antes, em 2016, o número era de 2,3 milhões.

Na última eleição presidencial, em 2018, 1,4 milhão de jovens entre 15 e 17 anos tinham o título, menor nível para as eleições gerais desde 1992, quando mais de 3,2 milhões de jovens estiveram aptos a votar.

Distribuição

Durante a semana de mobilização, o maior número dos títulos emitidos pela primeira vez foi para o público com 18 anos de idade, faixa etária que já é abarcada pelo voto obrigatório, com a emissão 35.522 documentos.

No mesmo período, foram emitidos também 33.582 títulos para adolescentes de 17 anos de idade, 22.934 mil para quem tem 16 anos de idade e ainda 4.387 títulos para jovens de 15 anos de idade, mas que completam 16 anos antes do dia primeiro turno de votação, em 2 de outubro.

A maior procura se deu por parte do público feminino, com 52.561 solicitações, enquanto 43.864 buscaram a emissão do título de eleitor. O estado com o maior número de emissões foi São Paulo (18.186), seguido por Minas Gerais (9.050) e Bahia (7.083). (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

VERDE SERVIÇOS INTERNACIONAIS S.A. - CNPJ/MF nº 19.749.561/0001-16

VERDE

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Verde Serviços Internacionais S.A. adota um modelo de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vieis fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Serviços Internacionais S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam tomadas internamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2021, a Verde Serviços Internacionais S.A. possuía R$ 9,84 (2020 – R$8,83) bilhões de ativos sob gestão. ***Destaques do período:***

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante		**14.512**	**12.599**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	12.229	10.392
Contas a receber	**4**	1.977	1.900
Outros créditos		61	31
Despesas antecipadas		245	267
Não circulante		**20.193**	**18.374**
Depósitos judiciais	**8**	19.461	18.325
Ativos de direito de uso	**5**	615	-
Imobilizado	**6**	25	46
Intangível	**6**	2	3
Total do ativo		**34.615**	**30.964**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante		**11.849**	**9.979**
Contas a pagar		63	58
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**7.1**	2.684	2.288
Obrigações fiscais	**7.2**	3.719	2.823
Dividendos a pagar	**9.3**	5.383	4.810
Não circulante		**20.245**	**18.464**
Provisão para contingências	**8**	19.607	18.454
Passivos de arrendamentos	**5**	638	-
Patrimônio líquido		**2.521**	**2.521**
Capital social	**9**	2.101	2.101
Reserva de lucros		420	420
Total do passivo e do patrimônio líquido		**34.615**	**30.964**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima Nº 3.600 – 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior, e **iv.** Prestação de serviços de controle de risco de fundos de investimento e carteiras administradas constituídos no exterior. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, hibrido de perdas esperadas e incididas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras (Nota 3) e mensurados ao custo amortizado que compreende o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2021 e 2020 possui instrumentos financeiros classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com a instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 8,15% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.7. Intangível:** As licenças de software adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumulada. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida de 5 anos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e contemplam a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de Imposto de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado com diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **2.10. Reconhecimento da receita:** CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhecerá receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca. **• Receitas Operacionais:** Em 2021 as receitas operacionais auferidas pela Verde Serviços Internacionais S.A. passaram a ser compostas pelas (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de performance, sem exposição cambial, foi de R$ 24.417 (2020 – R$18.815); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo, que ultrapasse 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja comprendida a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance sem exposição cambial foi de R$ 852 (2020 – R$1.549) mil. **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2021 totalizaram R$ 402 (2020 – R$ 170) mil, tendo sido originadas de operações compromissadas com saldo em caixa em 31 de dezembro de 2021, com remuneração de até 101% do CDI, e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Credit Suisse Hedging Griffo Corretora de Valores Mobiliários, sem vencimento, com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 6.596 (2020 – R$ 5.825) mil, sendo R$ 2.203 (2020 – R$ 2.112) mil referente a despesas administrativas, R$ 4.141 (2020 – R$ 3.513) mil de despesas com pessoal, R$ 26 (2020 – R$ 20) mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 226 (2020 – R$ 180) mil de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 6.435 (2020 – R$ 4.989) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **• Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R$ 852 R$ 12.269 (2020 – R$ 9.292) mil. **Conjuntura Econômica:** A Companhia avaliou que os riscos e incertezas resultantes da propagação do vírus Covid-19 não resulta em evento econômico que tenha relação com a continuidade de seu negócio e/ou as estimativas contábeis O impacto mais relevante observado foi a redução no patrimônio dos fundos de investimentos causando redução nos resultados em receitas de gestão e performance. **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram prestados à Verde Serviços Internacionais S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.704	14.181
Ajustes		
Despesa com depreciação / amortização	15	20
Provisão para contingências	1.443	892
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	**19.861**	**15.093**
(Aumento) em contas a receber	(77)	(557)
(Redução) em despesas antecipadas	22	12
(Aumento) em outros créditos	(30)	(9)
(Aumento) em depósitos judiciais	(1.136)	(949)
(Aumento) em ativos de direito de uso	(615)	-
(Aumento) em contas a pagar	644	(31)
(Aumento) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	396	(1.503)
(Redução) em obrigações fiscais	(2.888)	(261)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.652)	(2.058)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	**13.525**	**9.237**
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado/intangível	8	(1)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	**8**	**(1)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(11.696)	(5.798)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(11.696)**	**(5.798)**
(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**1.837**	**3.438**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10.392	6.954
Caixa e equivalente de caixa no encerramento do exercício	12.229	10.392
(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**1.837**	**3.438**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

11. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Especializados	(1.235)	(1.208)
Doações	(471)	(363)
Processamento de dados	(224)	(215)
Locação	(123)	(166)
Terceiros	(57)	(39)
Outras despesas	(51)	(42)
Publicações	(28)	(32)
Manutenção e conservação	(21)	(19)
Materiais	(2)	(4)
Transporte	(2)	(2)
Viagens	-	(22)
Total	**(2.214)**	**(2.112)**

12. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Bônus e encargos	(2.348)	(2.244)
Proventos	(748)	(837)
Provisão de PLR	(638)	-
Encargos	(243)	(263)
Benefícios	(168)	(169)
Total	**(4.141)**	**(3.513)**

13. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	402	170
Outras receitas/despesas	134	(113)
Total	**536**	**57**

14. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (nota 2.8), a Companhia é tributada com base no lucro real. O imposto de renda e contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	Imposto de renda	2021 Contribução social
Resultado antes da tributação	**18.704**	**18.704**
Adições permanentes	(292)	(292)
Adições temporárias	1.184	1.184
Resultado Fiscal	**19.596**	**19.596**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**19.596**	**19.596**
Imposto de renda (15%)	2.939	-
Imposto de renda - adicional (10%)	1.936	-
Contribuição social (9%)		1.764
Deduções por incentivos fiscais	(204)	-
Total	**4.671**	**1.764**

	Imposto de renda	2020 Contribução social
Resultado antes da tributação	**14.181**	**14.181**
Adições permanentes de renda	(205)	
Adições temporárias	886	886
Resultado Fiscal	**14.862**	**14.862**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**14.862**	**14.862**
Imposto de renda (15%)	2.229	-
Imposto de renda - adicional (10%)	1.462	-
Contribuição social (9%)		1.338
Deduções por incentivos fiscais	(140)	
Total	**3.551**	**1.338**

15. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. que detém 100% das ações ordinárias da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a companhia apresentou o saldo de dividendos a pagar no montante de R$ 5.383 (2020 – R$ 4.810). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 12.183 (2020 – R$ 10.317) sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essas cotas no período foi de R$ 399 no exercício (2020 – 168). **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração, representado pelos diretores da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Total Remuneração	120	120
Encargos sobre o total da remuneração	24	24
Total	**144**	**144**

16. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. A Companhia atenua os riscos de crédito aplicando o seu caixa em instituições financeiras de última qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. A Companhia investe apenas em operações comprimissadas indexadas ao CDI com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro, ambos com baixíssimo risco de mercado. A receita gerada pelos fundos sob gestão da companhia está sujeita a variações dos preços de mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. A Companhia aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

17. Eventos subsequentes: Não foram verificados fatos caracterizados como eventos subsequentes.

Pedro Fukui - Diretor Financeiro

Synthesis

Contador - José Luiz Gonzaga - CRC nº. 1SP132371/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Verde Serviços Internacionais S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde Serviços Internacionais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Consideramos a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo a nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional no longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de março de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e outros anexos e demais documentos pertinentes.

Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.470	70.001	75.462	93.423
Aplicações financeiras	5	16	4	16	148
Contas a receber de clientes	6	108.826	72.776	109.092	73.287
Estoques	7	132.017	107.445	150.620	119.048
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.045	5.359	10.357	5.742
Ativos biológicos	9	-	-	63.178	38.009
Partes relacionadas	19	-	799	-	-
Outras contas a receber		6.195	7.871	10.311	14.231
Total do ativo circulante		317.569	264.255	419.036	343.888
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos e contribuições a recuperar	8	132.857	6.291	132.866	6.374
Depósitos judiciais	20	47.444	46.425	47.482	46.461
Partes relacionadas	19	13.616	13.163	9.483	13.163
Estoques	7	2	34	2	34
Precatórios a receber	10	27.830	27.473	27.830	27.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	-	534
Outras contas a receber		2.488	2.010	3.898	3.388
Investimentos em controladas	11	162.011	148.411	-	-
Imobilizado	12	172.283	175.152	365.000	340.531
Direito de uso de ativos	13	7.979	9.723	54.824	26.680
Intangível	14	502	247	697	262
Total do ativo não circulante		567.012	428.929	642.082	464.900
Total do Ativo		884.581	693.184	1.061.118	808.788

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Circulante					
Empréstimos, financiamentos	15	2.912	1.291	18.477	20.719
Arrendamento a Pagar	13	2.905	2.721	9.327	4.639
Fornecedores	16	36.860	32.566	73.133	51.780
Obrigações sociais	17	17.858	15.540	19.796	17.107
Obrigações fiscais	18	34.469	21.897	34.732	22.089
Partes relacionadas	19	40.527	14.034	40.527	14.034
Outras contas a pagar		11.504	8.883	11.863	9.234
Total do passivo circulante		147.035	96.932	207.855	139.522
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos	15	4.534	3.867	53.514	41.259
Arrendamento a Pagar	13	5.026	6.942	45.705	22.040
Obrigações fiscais	18	2.969	-	2.969	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	48.865	30.482	74.296	50.352
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	5.067	7.051	5.248	7.277
Outras contas a pagar		4.538	-	4.984	428
Total do passivo não circulante		70.999	48.342	186.716	121.356
Patrimônio Líquido					
Capital social		269.865	80.819	269.865	80.819
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais		8.192	7.147	8.192	7.147
Ajuste de avaliação patrimonial		85.176	89.125	85.176	89.125
Reservas de lucros		75.953	80.819	75.953	80.819
Lucros à disposição da Assembleia	22	227.362	290.001	227.362	290.001
Total do patrimônio líquido		666.547	547.910	666.547	547.910
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		884.581	693.184	1.061.118	808.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação - ano R$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita Líquida de Vendas e Serviços	23	583.384	506.171	651.893	554.406
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	24	(377.966)	(313.712)	(424.792)	(352.770)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	9	-	-	10.846	10.162
Lucro Bruto		205.418	192.459	237.947	211.798
Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	24	132.044	24.829	131.688	24.710
		(23.987)	(114.585)	(43.605)	(124.413)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		181.431	77.874	194.342	87.385
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	25	12.456	4.634	13.733	5.925
Despesas Financeiras	25	(2.029)	(1.010)	(9.198)	(8.919)
		10.427	3.624	4.535	(2.994)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		191.858	81.498	198.877	84.391
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26	(5.887)	(20.531)	(6.811)	(20.948)
Diferidos	26	(18.385)	(2.640)	(24.480)	(5.116)
		(24.272)	(23.171)	(31.291)	(26.064)
Lucro Líquido do Exercício		167.586	58.327	167.586	58.327
Lucro Básico e Diluído Por Ação do Capital Social - R$	27	106,03	36,90		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro Líquido do Exercício	167.586	58.327	167.586	58.327
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	167.586	58.327	167.586	58.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		167.586	58.327	167.586	58.327
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social	26	24.272	23.171	31.291	26.064
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	-	-	(10.846)	(10.162)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(13.600)	(5.734)	-	-
Depreciação e amortização de bens	24	23.578	26.227	30.497	33.627
Provisão para perdas no ativo	12	(86)	80	(113)	36
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	735	1.227	735	1.227
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	610	222	463	250
Provisão para benefícios a funcionários	29	8.517	7.174	9.047	7.682
Provisão para perdas operacionais		(799)	160	(799)	160
Resultado da venda dos ativos biológicos	9	-	-	43.255	29.604
Resultado na venda de bens	9	2.065	71	1.997	54
Baixa de arrendamento	13	-	-	(1.652)	(2.320)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(8.506)	(2.550)	(8.410)	(2.597)
Juros apropriados sobre passivos monetários		956	768	6.527	4.955
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	(1.423)	1.149	(1.254)	1.296
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental		-	-	49	(5)
Reversão provisão para perdas de ativo imobilizado (impairment)		-	-	-	-
Recuperação de créditos com acionistas		(8.327)	-	(8.327)	-
Ganho em recuperação de créditos tributários		(140.789)	(27.352)	(140.789)	(27.352)
		54.789	82.940	119.257	120.846
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(36.785)	(12.597)	(36.540)	(12.515)
Estoques		(23.617)	(5.976)	(30.239)	(10.556)
Impostos a recuperar		4.675	(3.227)	4.839	(2.119)
Depósitos judiciais		553	1.435	553	1.366
Ativos biológicos	9	-	-	(57.808)	(34.932)
Outras contas a receber		(2.077)	(802)	167	(5.609)
Fornecedores		4.294	13.698	21.433	26.398
Obrigações sociais		(6.199)	(6.987)	(6.358)	(7.396)
Obrigações fiscais		34.760	3.781	34.813	3.749
Outras contas a pagar		6.725	5.590	6.488	5.712
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		37.118	77.855	56.605	84.944
Juros pagos		(932)	(499)	(4.488)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.812)	(22.336)	(20.718)	(22.888)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		16.374	55.020	31.399	59.397
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aplicações financeiras		(11)	35.635	132	48.579
Integralização e adiantamentos para futuro aumento de capital em controlada	11	-	(4.700)	-	-
Recebimento de dividendos de controlada		799	-	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12	(17.449)	(15.303)	(44.403)	(25.088)
Aquisição de intangível	14	(365)	(33)	(573)	(33)
Mútuo com partes elacionadas		(4.000)	-	-	-
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado		3.845	338	3.923	373
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(17.181)	15.937	(40.921)	23.831
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Recebimento (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos		8.814	378	8.814	378
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos		-	-	14.461	18.009
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(1.640)	(1.095)	(15.046)	(10.888)
Pagamentos de passivos de arrendamento		(2.701)	(3.460)	(3.471)	(3.733)
Pagamento de dividendos	22	(13.197)	(8.282)	(13.197)	(8.282)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento		(8.724)	(12.459)	(8.439)	(4.516)
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.531)	58.498	(17.961)	78.712
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	70.001	11.503	93.423	14.711
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	60.470	70.001	75.462	93.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia	Reservas de lucros em controladas	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Lucros à disposição da Assembleia	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2019		63.417	(1)	6.145	43.262	47.537	12.284	49.153	-	288.634	508.467
Capitalização de lucros acumulados	22.a	19.402	-	-	-	-	-	-	-	(19.402)	-
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	(1.714)	-	(16)	-	1.730	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.850)	(4.850)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.002	-	-	-	-	(1.002)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	(49.133)	49.133	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	58.327	-	58.327
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	2.917	-	(2.917)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(14.034)	-	(14.034)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	65.618	(65.618)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	-	25.619	-	25.619
Saldos em 31/12/2020		80.819	(1)	7.147	41.548	47.577	15.201	65.618	290.001	-	547.910
Capitalização de lucros acumulados	22.a	189.046	-	-	-	-	-	-	(189.046)	-	-
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	(3.936)	-	(13)	-	3.949	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.045	-	-	-	-	(1.045)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	(65.618)	65.618	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	167.586	-	167.586
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal		-	-	-	-	-	8.379	-	(8.379)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(40.528)	-	(40.528)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	52.373	(52.373)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(134.828)	134.828	-
Saldos em 31/12/2021		269.865	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	52.373	-	227.362	666.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "controladora"), sediada na cidade de Pirassununga/SP, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista, inclusive na forma de associação ("joint ventures"). A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Pirassununga/SP (Destilaria Lagoado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento da cachaça e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A unidade fabril de Cabo de Santo Agostinho/PE passou a ser explorada pela Companhia em setembro de 2017, em virtude do processo de incorporação da controlada Companhia Müller de Bebidas Nordeste. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 78,8% (82,8% em 2020) do total de produto acabado envazado pela Companhia. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 63,9% (60,3% em 2020) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 6,2% (8,3% em 2020) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 21. Participação em controladas Em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
a) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI ("Vale do Xingu")	100,00
b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")	99,99

a) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI ("Vale do Xingu") A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, e tem como atividades preponderantes: (i) plantio cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros para fornecimento à Destilaria Lagoado, filial da Companhia; e (ii) exercer a atividade de prestação de serviços de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção das lavouras para o Condomínio GMFO, também no Estado de São Paulo. b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubirat3/MT. Em 2014 teve início a cessão das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata, ate então explorada pela cindida Vale do Xingu (cisão realizada em julho de 2014) e a do projeto de exploração da atividades de grãos, aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora, ocorrido em 31/01/2014 e cronograma de implementação da atividade do projeto, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 28/05/2015. Os investimentos estão previstos para serem executados, prioritariamente, com recursos de terceiros e o restante mediante aportes de recursos pela Controladora, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. Estima-se uma relação de 40% de capital de terceiros e 60% de capital próprio, para fazer face aos investimentos previstos. O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. Estima-se um período de cinco anos, a partir da primeira safra, para que se alcance esse patamar. Em 2019, foi concluído o processo de limpeza e preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha), bem como a cessação da pecuária, tendo sido totalmente eliminada as pastagens e as instalações pecuárias. Em reunião do Conselho de Administração da Controladora, ocorrida em 29/11/2018, em complemento ao projeto de grãos, foi aprovada a implantação de um sistema de irrigação por aspersão, cujo investimento estimado é de R$24.000 e as obras tem início em 2019 com previsão de término em 2024. Para fazer face a este investimento, estima-se uma relação de 70% de capital de terceiros e 30% de capital próprio, sendo este último mediante aportes de recursos pela Controladora, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 2021 foi realizado plantio de soja, em uma área de 8.531 ha (2020 - 8.692 ha), cuja colheita está prevista para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022. No decorrer de 2021, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: Milho safrinha em uma área de 2.057 ha (2020 – 1.500 ha), (ii) algodão em uma área de 29 ha (2020 - 30 ha); (iii) feijão em uma área de 790 ha (2020 - 865 ha) e (iv) mamona em uma área de 116 ha, cujas colheitas foram realizadas em 2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **1.1. Covid 19 - impactos e medidas tomadas pela Companhia** Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março, a mesma organização elevou a classificação do surto para Pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para as operações econômicas e podem gerar os impactos relevantes nos valores recorrentes nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da pandemia em 31/12/2021, entendemos que as projeções de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o próximo exercício está acompanhando a realidade e em constante revisão para que sejam tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira da Companhia. A Companhia avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para o surto nas operações e nas demonstrações contábeis e demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: Quanto ao risco operacional, com o plano operacional devidamente aprovado para este ano de 2021, as manutenções ordinárias foram executadas normalmente, com possíveis reduções de gastos para superar este momento, inclusive com adesão aos planos de contingência do governo federal, estadual e municipal. A exceção quanto ao risco financeiro se apresentam mais sensíveis à Companhia podem estar relacionados a impactos em receitas pela redução de volumes de vendas ou pela redução da capacidade produtiva pelo isolamento compulsório. A Companhia revisou constantemente os planos de contingência, de comunicação e de continuidade do negócio e estabeleceu junto a seus clientes e fornecedores estratégias para gestão da crise. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis 2.1. Declarações de conformidade** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pronunciados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Bases de elaboração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto no tocante aos ativos biológicos, mensurados pelo valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue: **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Administração para atender a seus compromissos de caixa de curto prazo, mediante operações pressupost prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. Aplicações financeiras Representadas, basicamente, por cotas de fundos de investimento, com vencimento inferior a 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. **2.4. Instrumentos financeiros** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Controladora e de suas controladas quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares representam as compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro. • A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes quando atenderem a todos os requisitos previstos (ver item (iii) abaixo). • A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. (i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva O método da taxa de juros efetiva é utilizado/aplicado nos ativos financeiros atribuído de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (sito 6, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável) ou originados (sito 6, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável) ou reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta estimativas de recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no valor inicial do ativo financeiro ao longo da data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado pela perda de provisão. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (sito 6, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável) ou originados (sito 6, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável), a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (sito 6, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável), a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito no instrumento financeiro melhorar de forma tal que o ativo financeiro seja sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no custo amortizado do ativo financeiro. Para ativos financeiros inicial. O cálculo da taxa de juros efetiva não levará em conta as perdas de crédito esperadas, a menos que ou até que o ativo financeiro seja subsequentemente reclassificado para o resultado. (ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação do valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumento patrimonial for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios. Um ativo financeiro é mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para fins de recompra no curto prazo. • No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo. Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo sem qualquer dedução dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Quando esses títulos corporativos são baixados, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. (iii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação do valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumento patrimonial for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios. Um ativo financeiro é mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para fins de recompra no curto prazo. • No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo. Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo sem qualquer dedução dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Quando esses títulos corporativos são baixados, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. (iii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação do valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumento patrimonial for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios. Um ativo financeiro é mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para fins de recompra no curto prazo. • No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo. Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo sem qualquer dedução dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Quando esses títulos corporativos são baixados, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados. Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a CPC 48, a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Dividendos são incluídos na rubrica "Receitas financeiras - Outras". (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente: • Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Companhia designe no momento do reconhecimento inicial de um ativo financeiro não mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação

...continuação A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pelas suas controladas, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no demonstrado do resultado. O aumento ou a diminuição no valor justo de um ativo biológico é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício avaliado. **2.7. Investimentos em controladas** Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pelas controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras da Companhia. **2.8. Imobilizado** Compreende substancialmente terrenos, edificações e benfeitorias, reservatórios, tanques e tonéis e a máquinas e equipamentos agrícolas, são registrados pelo valor de custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos dos ativos, os custos de empréstimos de terceiros, quando cláusulas, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, quando aplicável, seja integralmente baixado (exceto para terrenos) ao longo da vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As depreciações são calculadas considerando os seguintes anos como vida útil-econômica estimada dos bens:

	Vida útil média em Anos
Edificações	10 a 50
Benfeitorias	3 a 50
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 20
Máquinas e implementos agrícolas	4 a 10
Reservatórios, tonnes e tanques	3 a 72
Contentores e recipientes	7 a 19
Vasilhames de vidro	3
Equipamentos de informática	5 a 8
Canaviais	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. **2.9. Intangível** Representado pelas licenças de software adquiridas, as quais são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado para determinar o montante recuperável de um ativo individualmente, e a Companhia e suas controladas calcularão o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa, pondo uma base de alocação razoável e consistente ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos a incorrer para venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou uma unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou uma unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda é reconhecida imediatamente no resultado. **2.11. Custos dos empréstimos e financamentos** Quando existentes, os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização. **2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais (R$) às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contraprartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **2.13. Provisões** Reconhecidas quando as obrigações presentes (legal ou presumida) resultarem de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia e de suas controladas espera que o valor de uma provisão seja reembolsável, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas e por seus assessores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para restauração ambiental, constituída na controlada Vale do Xingu, foi mensurada pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social** O resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Correntes A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal pelas diferenças temporárias e efeito dos incentivos fiscais comentados na nota explicativa nº 1, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, o que exceder a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. Diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo saldo líquido entre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis no ativo ou passivo não circulante, conforme aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Nas demonstrações financeiras consolidadas o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos das controladas são apresentados separadamente no ativo ou no passivo não circulante, de acordo com sua origem. **2.15. Reconhecimento de receitas** A Companhia e suas controladas reconhecem receita das principais fontes de receita a seguir: Companhia Muller de Bebidas • Comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas; cujas marcas são de propriedade da Companhia. Vale do Xingu Participação, Agricultura e Comércio Eireli: • Comercialização de cana-açúcar, de serviços de mão de obra rural e de serviços mecanizados no processo de corte de cana-de-açúcar, bem como para o plantio e tratos culturais da lavoura canaveira. Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda.: • Comercialização de soja, milho e feijão e outros. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita de vendas de produtos ou serviços quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida ao adquirente ou efetivamente presta o serviço ao cliente. Revisam periodicamente suas perdas históricas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

2.16. Apuração do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.17. Incentivo Fiscal A** Companhia para as operações realizadas pela sua filial estabelecida no Estado de Pernambuco, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE, conta com incentivo fiscal de âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 1, na receita decorrente de incentivo fiscal de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é reconhecida quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governamental concedente e de que será auferida. É registrado como receita no resultado do exercício, observando-se o regime de competência relacionado com a correspondentes despesas incorridas com esses incentivos, e, posteriormente, são destinados para a rubrica "Reserva para incentivos fiscais", no patrimônio líquido. Consequentemente, a demonstração do resultado do exercício apresenta o encargo dos tributos, líquido dos efeitos dos correspondentes incentivos. **2.18. Distribuição de dividendos** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas e, quando aplicável, no que for estabelecido em acordo de acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, estabelecido no estatuto social da Companhia ou na legislação societária, somente é provisionando quando e se aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. **2.19. Resultado básico e diluído por ação** Básico: Calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias potenciais diluídoras em circulação durante o exercício. **2.20. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração da Companhia e de suas controladas o uso de estimativas, julgamentos e pressupostos para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua realização, podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que ocorrerem e revisão e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se a: a) Provisão para perda esperada, conforme nota explicativa nº 6. b) Provisão para perda na realização dos estoques, conforme nota explicativa nº 7. c) Valor justo dos ativos biológicos, conforme nota explicativa nº 9. d) "*Impairment*" de bens do ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 12. e) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 20. f) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, conforme nota explicativa nº 26. **2.21. Arrendamentos A** Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. Reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento e parceria agrícola nos quais a Companhia e suas controladas sejam o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de mobília de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento não pagos na data de início, descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, usam sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, montante do arrendamento e determinadas por meio de uma base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos de títulos; e no ajuste específico da entidade quando o risco específico da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco do Grupo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem: • Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data inicial; • Valor esperado pelo devedor pelo arrendatário em garantias de valor residual; • Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. Remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que: • O prazo de arrendamento foi alterado ou há um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto inalterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva de modificação. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que a Companhia e suas controladas incorrem em obrigações para custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e condições do arrendamento, reconhecem a provisão mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. O ativo de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados em uma linha específica do balanço patrimonial. A Companhia e suas controlada aplicam a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao "Imobilizado". Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento associados a aluguéis variáveis no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado (ver nota explicativa nº 24). Como expediente prático, a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) permite que a arrendatário não separe componentes de não arrendamento e, em vez disso, contabilize qualquer arrendamento e o correspondentes componentes de não arrendamento como um contrato único. O Grupo não usou esse expediente prático. Para contratos que contenham um componente de arrendamento e um ou mais arrendamentos adicionais ou componentes de não arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato para cada componente arrendamento, ou componente de não arrendamento com base no preço relativo de arrendamento e preço individual total dos componentes de não arrendamento. Os cálculos estão detalhados na nota explicativa nº 13. **2.22. Receitas e despesas financeiras** A receita e despesas de juros e atualizações monetárias são reconhecidas no resultado pelo método efetivo. **2.23. Benefícios a empregados** A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência alimentação, plano de previdência privada e participação nos resultados. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência e cessa no término do vínculo empregatício. **2.24. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável à períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
IAS 28 (alterações)	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 1	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Imobilizado Recursos	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Antes do Uso Pretendido Contratos Oneroso Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade,	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020	IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros. **3. Critérios de Consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas indicadas a seguir, assim definidas porque a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de maneira a auferir benefícios de suas atividades. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no fim do exercício:

	Vale do Xingu		Centro da Mata	
	2021	2020	2021	2020
	28.139	19.723	802.028	550.677
Ativo circulante	82.723	43.089	158.491	141.293
Ativo não circulante	110.862	62.860	238.711	201.965
Passivo circulante	21.234	4.678	46.478	38.722
Passivo não circulante	42.651	16.153	77.199	56.207
Patrimônio líquido	47.976	42.029	115.034	106.392
Total do passivo e do patrimônio líquido	110.862	62.860	238.711	201.965
Receita líquida de vendas	14.552	15.823	63.862	35.869
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(11.636)	(14.274)	(45.188)	(28.299)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	5.135	524	5.711	9.638
Despesas operacionais	(144)	(195)	(5.781)	(3.841)
Resultado financeiro	(438)	(125)	(5.454)	(6.493)
Imposto de renda e contribuição social	(2.521)	(572)	(4.498)	(2.321)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.948	1.181	8.652	4.553

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as empresas por meio dos seguintes principais procedimentos: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas; e (c) eliminação do saldo de transações entre as empresas consolidadas; e (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Caixa	944	1.131	1.368	1.284
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	59.526	68.870	74.094	92.139
Total	60.470	70.001	75.462	93.423

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "rating" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários - CDBs, remuneradas a taxa média de 103,39% (101,61% em 2020) da variação do CDI.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fundos de Investimento	16	4	16	148
Total	16	4	16	148

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 116% do CDI (em 2020 87%). **6. Contas a Receber**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
No mercado interno	107.672	74.947	107.938	75.458
No mercado externo	7.977	3.651	7.977	3.651
Provisão para perda esperada	(6.223)	(5.822)	(6.223)	(5.822)
Total	109.426	72.776	109.692	73.287

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 30 dias em 2021 (28 em 2020). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores financeiros envolvidos, não foi registrado valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores devidos em decorrência de vendas. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir possíveis perdas de valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
A vencer	107.487	72.430	107.753	73.001
Vencidos até 90 dias	1.747	341	1.747	341
Vencidas de 91 a 180 dias	186	94	186	94
Vencidas há mais de 180 dias	5.629	5.673	5.629	5.673
Total das contas vencidas	7.562	6.108	7.562	6.108
Total das contas a receber de clientes	115.049	78.538	115.315	79.049

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Em 1º de janeiro	5.822	8.559	5.822	8.559
Reversão (reversão) de provisão	735	1.227	735	1.227
Baixas como incobráveis	(334)	(3.964)	(334)	(3.964)
Em 31 de dezembro	6.223	5.822	6.223	5.822

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. As vendas provisionadas são baixadas quando todos os esforços de cobrança forem esgotados e não existe expectativa de recuperação de valores a receber. **7. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Produtos acabados	4.962	7.971	4.962	7.971
Produtos em elaboração	19.497	13.737	19.497	13.737
Matérias-primas	65.469	62.986	89.977	73.182
Materiais para acondicionamento e embalagem	17.616	7.636	17.616	7.636
Materiais de almoxarifado e outros	12.036	13.883	12.971	14.374
Adiantamentos para fornecimento de estoques	11.942	4.213	5.143	4.213
Provisão para obsolescência	(3.503)	(2.893)	(3.674)	(3.210)
Total	132.019	107.415	150.527	119.083
Circulante	132.017	107.415	150.520	119.048
Não circulante	2	-	7	35
Total	132.019	107.415	150.527	119.083

(*) Refere-se a adiantamentos concedidos para fornecedores que serão realizados mediante entrega de cana-de-açúcar. Os adiantamentos são realizados em período superior a 12 meses está registrada no ativo não circulante. Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, líquido ao mercadoria é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Em 1º de janeiro	2.893	2.671	3.210	2.960
Constituição (reversão) de provisão	610	222	463	250
Em 31 de dezembro	3.503	2.893	3.673	3.210

8. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3.162	3.020	3.162	3.020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (*)	119.073	6.020	119.333	6.188
Imposto sobre Produtos Industrializado - IPI (**)	6.467	1.188	6.467	1.188
Imposto de renda e contribuição social (***)	14.187	1.409	14.239	1.699
INSS	33	33	22	31
Total	142.922	11.650	143.223	12.116
Circulante	10.045	5.359	10.357	5.742
Não circulante	132.877	6.291	132.866	6.374
Total	142.922	11.650	143.223	12.116

(*) Do total de R$119.073 (R$6.020 em 2020) o valor de R$118.980 (R$3.359 em 2020) é a crédito decorrente de ação judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, realizado sob o rito de recurso extraordinário repetitivo. Os valores das até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. Neste caso, o crédito será compensado, tão logo seja homologado o pleito de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. (ii) R$27.262 (R$3.359 em 2020) refere-se ao período de janeiro de 2015 a julho de 2017, em decorrência de trânsito em julgado de medida judicial que discutia os fatos geradores a partir de janeiro de 2015) relativo a ação judicial impetrada pela Companhia, cujo crédito no período de janeiro de 2015 a junho de 2017 e foi integralmente compensado em outubro de 2021. (**) Do total de R$6.467 (R$1.188 em 2020), o valor de R$5.253 refere-se a Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, apurado em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em dezembro de 2020, de medida judicial impetrada pela Companhia, em que discutia o direito de excluir de sua base de cálculo o valor relativo ao frete das operações de venda CIF, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Esses indébitos foram registrados no resultado sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no valor de R$127.255 (R$3.219 em 2020), que contempla créditos tributários atualizados, líquidos dos honorários e ônus e da incidência de PIS/COFINS sobre o valor das atualizações e no "Resultado Financeiro" o valor de R$2.736, referente atualização dos mesmos incorridas no período de janeiro de 2021 liquida de PIS/Cofins. (***) Do total R$14.187 (R$1.409 em 2020) o valor de R$8.275 refere-se a (i) saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL apurado em 2021, que serão compensados com Débitos Próprios de Tributos Administrados pela Receita Federal - RCF do ano calendário de 2021 e (ii) R$5.912 indébito de IRPJ e CSLL apurados em decorrência da exclusão dos juros Selic de suas bases de cálculo de período anterior, conforme decisão proferida em ação judicial. **9. Ativos biológicos** Ativos biológicos das suas controladas compreendem: (a) cultivo de soja, milho, algodão, feijão e mamona pela controlada Centro da Mata e (b) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima na produção de aguardente da Companhia. a) Composição dos saldos

	Consolidado			
	31.12.21		31.12.20	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	2.868	12.764	1.277	3.163
Lavoura de soja (hectares - ha) (i)	8.531	50.414	8.692	34.821
Lavoura de milho (hectares- ha) (i)	-	-	2.155	-
Lavoura de algodão (hectares- ha) (iii)	-	-	28,2	-
Total dos ativos biológicos		63.178		38.032
Ativo circulante		63.178		38.032
Total dos ativos biológicos		63.178		38.032

b) Movimentação dos saldos

	Consolidado					
	Cana-de-açúcar	Soja	Milho	Lavoura de feijão	Demais lavouras	Total
Saldo em 31/12/2019	4.235	29.221	-	-	-	33.456
Variações no valor justo	524	9.303	-	346	(113)	10.162
Custo de plantio	4.336	26.264	2.470	1.567	291	34.928
Custo de vendas	(4.922)	(20.974)	(2.464)	(1.244)	-	(29.604)
Custo de transferidos para os estoques	-	-	(666)	(765)	(934)	
Saldo em 31/12/2020	3.163	34.814	6	(96)	11	38.008
Variações no valor justo	5.135	5.993	-	(293)	11	10.846
Custo de plantio	9.252	37.870	5.431	1.320	935	57.808
Custo de vendas	(4.786)	(28.270)	(5.437)	(3.797)	(965)	(43.255)
Produtos colhidos e transferidos para os estoques	12.764	50.414	-	(230)	-	(63.178)
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-

Em 31/12/2021, a controlada Vale do Xingu possui 2.869 ha (1.277 ha em 2020) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 491 ha (491 ha em 2020) em terras próprias; e (ii) 2.378 ha (786 ha em 2020) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cachaça. Esse ativo está avaliado pelo valor justo, menos as despesas de vendas. Em 31/12/2021, o ativo biológico da controlada Centro da Mata é composto pela lavoura de soja plantada em 8.531 ha (2020 - 8.692 ha), com colheita prevista para o período de janeiro a março de 2022, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.057 ha (2020 – 1.500 ha), (ii) algodão em uma área de 29 ha (2020 - 30 ha); (iii) feijão em uma área de 790 ha (2020 - 865 ha) e (iv) mamona em uma área de 116 ha, cujas colheitas foram realizadas em 2021. c) Determinação do valor justo O valor justo é determinado no momento inicial do ativo biológico e remensurado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou a perda na variação do valor justo em cada exercício é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento em cada período, incluindo as variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. Os determinados circunstâncias, a estimativa do valor justo da cana-de-açúcar é o preço de venda, aproxima-se do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto desta transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. O valor justo dos ativos biológicos é formado substancialmente pela cultura de soja e cana-de-açúcar e abaixo apresentamos as premissas significativas na determinação do valor justo dessas culturas: Lavoura de cana-de-açúcar Em virtude da inexistência de mercado ativo para lavouras em formação, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da cana-de-açúcar:

	31.12.21	31.12.20
Área estimada de colheita (ha)	2.869	1.277
Produtividade prevista (t/ha) (i)	70,89	65,19
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg)	120	120
Preço médio projetado de ATR, a valor presente (R$) (ii)	0,09	0,81
Taxa de desconto (iii)	8,88%	8,62%

Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.21	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.20
15.200	(56.178)	-	15.200	15.200	(53.501)	-	15.200
126.723	(129.399)	-	126.723	128.677	(124.085)	-	75.176
55.789	(34.883)	-	55.789	56.118	(33.884)	-	22.235
18.375	(11.989)	(1)	18.374	18.349	(10.166)	(88)	10.340
3.717	(3.320)	-	397	3.564	(3.174)	-	390
14.184	(5.093)	-	9.091	14.185	(4.619)	-	4.246
4.819	(3.492)	-	1.327	4.550	(4.308)	-	242
12.642	(9.942)	-	2.700	2.441	(2.179)	-	262
418.289	(249.920)	(1)	168.368	412.952	(239.916)	(88)	172.948
3.915	1.205	-	5.120	2.205	-	-	2.205
422.204	(248.920)	(1)	173.283

Continuação

	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	2.382	2.735
Depreciação acumulada	(2.290)	(2.506)
Saldo contábil líquido	92	229

As parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora 2021	Consolidado 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
2022	-	-	2.000	15.805
2023	2.399	16.100	1.371	10.943
2024	1.326	11.893	430	6.212
2025 a 2030	709	25.922	66	13.178
Total	4.534	53.914	3.867	46.138

Em 31/12/2021 e de 2020, data da última emissão anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício é como segue:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Saldo anterior	5.158	3.693	61.978	47.744
Captações de novos financiamentos	3.898	2.560	23.366	23.249
Amortização de principal	(1.640)	(1.095)	(15.046)	(10.888)
Amortização de juros	(444)	(262)	(3.683)	(2.396)
Atualização monetária	474	262	5.376	4.269
Saldo final	**7.446**	**5.158**	**71.991**	**61.978**

16. Fornecedores

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Fornecedores de matérias-primas	28.918	22.737	63.560	40.614
Fornecedores de propaganda e divulgação	1.688	4.876	1.688	4.876
Outros fornecedores nacionais	6.247	4.924	7.873	6.181
Fornecedores em moeda estrangeira	-	20	-	1.240
Total	36.860	32.566	73.131	51.200

17. Obrigações Sociais

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Salários e encargos	2.236	2.552	2.591	2.804
Férias e encargos	7.368	6.481	7.979	7.095
Participação sobre os lucros	8.109	6.507	9.080	6.979
Outros	145	-	146	229
Total	17.858	15.540	19.796	17.107

18. Obrigações Fiscais

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	13.915	10.925	13.915	10.925
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	4	9
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	12.045	7.825	12.045	7.866
PIS e COFINS	5.811	2.121	5.887	2.206
Outras	5.641	2.025	5.829	2.092
Total	37.412	21.897	37.701	22.098
Passivo circulante	34.489	21.897	34.778	22.098
Passivo não circulante	2.969	-	2.969	-
Total	37.458	21.897	37.701	22.098

19. Partes Relacionadas a) As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com a controlada Vale do Xingu:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Receita - outras materiais adquiridos	-	-	4	9
Compra de matéria-prima - cana de-açúcar	-	-	8.716	2.878
Compra de serviços (arrendamento e carregamento de cana-de-açúcar)	-	-	204	217
Total	-	-	8.920	3.095
Ativo Circulante - Adiantamento para compra cana-de-açúcar	-	-	6.799	-
Ativo Circulante - Partes Relacionadas (*)	-	-	-	217

(*) Refere-se a provisão de dividendos, sujeitos à aprovação do empresário titular, quando da deliberação quanto às contas patrimoniais. b) As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia e controladas com a parte relacionada Condomínio GMFO:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Custo dos serviços agrícolas	-	-	6.634	8.831
Compra de matéria-prima - cana-de-açúcar	28.247	24.464	28.247	24.464
Total	28.247	24.464	34.881	33.295

As operações de compra de cana-de-açúcar com partes relacionadas são realizadas, observando-se os preços sugeridos pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. A controlada Vale do Xingu presta serviços no processo de corte e carregamento de cana-de-açúcar para a Companhia e de plantio e de tratos culturais da lavoura canavieira ao Condomínio GMFO, conforme contratos firmados entre as partes, valorizados com base nas diárias e horas máquinas incorridas. O valor é fixado com base nos custos efetivamente incorridos e nos impostos incidentes, acrescidos de 9% de margem. As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com seus acionistas - pessoas físicas:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Acionistas - pessoas físicas:				
Rendimentos financeiros do ativo não circulante	3.067	935	3.067	935
Total	3.067	935	3.067	935

c) Os saldos no fim do exercício, decorrentes das operações realizadas, são como segue:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Ativo não circulante:				
Condomínio GMFO (i)	1.262	9.570	1.262	9.570
Centro da Mata (ii)	4.133	-	-	-
Acionistas pessoas físicas (iii)	2.221	3.593	8.221	3.593
Total do ativo não circulante	13.616	13.163	9.483	13.163
Passivo circulante:				
Acionistas pessoas físicas (iv)	40.527	14.034	40.527	14.034
Total do passivo circulante	40.527	14.034	40.527	14.034

(i) Refere-se a concessão de empréstimos ao Condomínio GMFO nos termos do instrumento de contrato de mútuo, firmado entre as partes, sujeito à remuneração calculada com base em 104% da variação da taxa do CDI. (ii) Refere-se a concessão de empréstimos **à controlada Centro da Mata nos termos do** contrato de mútuo, firmado entre as partes em 25/06/2021, sujeito à remuneração calculada com base em 108% da variação da taxa do CDI. (iii) Refere-se a concessão de empréstimos à Companhia (a) R5113 (R5363 em 2020) relativos a débitos diversos, sujeitos à remuneração calculada com base em 98,5% da variação da taxa do CDI e (b) R58.108 (R53.230 em 2020) refere-se ao saldo remanescente, após transferência para o passivo circulante, sujeito aos autos da ação de responsabilidade instaurado em face das deliberações contidas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29/04/2005, na qual foi aprovada a propositura de ação de responsabilidade, fundamentada nos artigos 158 e 159 da Lei nº 6.404/76 contra o então diretor-geral comercial e membro do Conselho de Administração, Luiz Augusto Müller, impetrada pelo acionista Benedito Augusto Müller (Processo nº 940/2005). Embora tenha havido o trânsito em julgado do processo, em que as partes discutiam ainda questões relacionadas ao crédito remanescente devido a Companhia, sendo a parcela controvertida de direito e se resume à natureza dos depósitos efetuados no curso do processo em contas judiciais e as correções realizadas em demanda, o que influencia diretamente o cálculo de juros e correção monetária do valor total devido a Companhia. Em maio de 2021, foi publicado acórdão, que veio esclarecer e tornar inconteste o fato de que os depósitos judiciais, no seja, os valores devidos pelo acionista devem ser atualizados (variação da TJP e juros de 1%) até o momento em que os depósitos judiciais tornaram-se disponíveis ao credor. Nesse sentido, foram apurados e debitados ao acionista os valores devidos, conforme demonstrados no montante de R59.375 e registrados no resultado sob a rubrica "Outros Resultados Operacionais" no valor de R57.903 e no "Resultado Financeiro" o valor de R51.035, ambos líquidos de Pis/Cofins. O saldo remanescente de R$ 108 encontra-se atualizado pela variação da TJSP e juros de 1% a.m. (iv) O valor de R540.527 (R514.034 em 2020) refere-se a dividendos mínimos obrigatórios, sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, sendo que, para fins de cálculo, foi considerado a Lei das Sociedades por Ações, à razão de 25%. d) Remuneração do pessoal-chave da Administração O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração, os conselheiros fiscais e os diretores. A remuneração paga ou a pagar por seus serviços e responsabilidades está demonstrada a seguir:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Honorários	7.470	7.060	7.924	7.570
Indenizações	15.903	-	15.903	-
Encargos sociais	5.365	2.398	5.661	2.499
Total	28.738	9.458	29.488	10.069

A remuneração dos Administradores para o exercício findo em 31/12/2021 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 30/04/2021 (2020 AGO realizada em 30/04/2020). O valor referente às indenizações foi aprovado em Assembleia Geral extraordinária do conselho de administração realizada em 30/11/2021. **20. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas** Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e os pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Tipos de ação	Controladora 31.12.21 Provável	Consolidado 31.12.21 Provável	Controladora 31.12.21 Possível	Consolidado 31.12.21 Possível
Trabalhistas	20.190	59.316	18.777	30.205
Judicial	2.815	32.649	4.132	26.274
Administrativa	2.914	4.615	3.990	7.548
Cíveis	-	9.972	-	9.143
Depósitos judiciais vinculados	75.849	106.552	26.899	73.671
	(20.782)	(29.117)	(19.848)	(2.464)
Total da provisão	5.067	-	7.051	-
Passivo circulante:				
- Passivo não circulante	5.067	-	7.051	-
Total	5.067	-	7.051	-

Tipos de ação	Controladora 31.12.21 Provável	Consolidado 31.12.21 Possível	Controladora 31.12.21 Provável	Consolidado 31.12.21 Possível
Trabalhistas nas esferas:				
Judicial	20.669	59.330	18.992	30.706
Administrativa	2.814	88.430	4.133	80.718
Trabalhistas	3.104	4.741	4.220	9.364
Cíveis	-	9.972	-	9.143
	26.587	162.475	27.343	129.931
Depósitos judiciais vinculados	(21.339)	(29.138)	(20.066)	(2.489)
Total da provisão	5.248	-	7.277	-
Passivo circulante:				
Passivo não circulante	5.248	-	7.277	-
Total	5.248	-	7.277	-

O valor provisionado está substancialmente representado pelas seguintes ações: a) Contestação de autos de infração do IPI relacionado a atualização da multa TRD: A Companhia provisiona o montante de R58.680 (R58.578 em 2020), em virtude de ter efetuado a atualização monetária dos valores individualmente recolhidos a título de IPI, com base na Taxa Referencial Diária - TRD, no período anterior a 31/12/1991, contrariando o com parcelas vincendas de IPI, os quais se encontram garantidos por depósitos judiciais. b) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - diferença de adicional - Fator Acidentário de Prevenção - FAP/Seguro de Acidente do Trabalho - SAT: A Companhia e a controlada Vale do Xingu estão questionando judicialmente a exigência do adicional do SAT, cujo saldo na controladora em 31/12/2021 é de R$10.956 (R$10.200 em 2020) e no consolidado R$11.152 (R$10.340 em 2020), estando garantidos por depósitos judiciais nos montantes de R$10.920 (R$10.165 em 2020) na controladora e R$11.113 (R$10.304 em 2020) no consolidado. c) Processos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS substituído de operações de venda de combustíveis: O valor apresentado refere-se, basicamente, a autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais exigindo da Companhia o recolhimento do ICMS supostamente devido em operações de remessa de combustíveis realizadas pela Companhia e suas filiais e posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco do Estado de São Paulo. Os valores discutidos são: (i) R$3.401 em 2021 (R$3.303 em 2020), garantido integralmente por depósito judicial, em 2020 caracterizou-se de extra fiscal e o saldo remanescente de R$544 e R$2.759 como perda remota, para 2021 em virtude de decisão proferida nos autos do processo a classificação de perda foi alterada para provável o montante de R$482 (R$544 em 2020), registrado contabilmente e o valor de R$2.919 (R$2.759 em 2020) perda remota; (ii) R$774 em 2021 (R$763 em 2020 – perda remota), sem garantia, sendo o montante de R$387 classificado como perda provável, registrado contabilmente e R$387 perda possível. A reclassificação da probabilidade de perda foi efetuada em virtude de decisão proferida do recurso ordinário interposto pela Companhia. A movimentação na provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Em 1º janeiro	26.899	25.477	27.347	25.775
Constituição de provisão	1.357	1.711	1.634	1.858
Atualização	273	273	386	276
Baixa de provisão	(2.780)	(562)	(2.780)	(562)
Em 31 de dezembro	25.849	26.899	26.587	27.347
Depósitos judiciais vinculados	(20.782)	(19.848)	(21.339)	(20.070)
Em 31 de dezembro	5.067	7.051	5.248	7.277

Processos com riscos classificados como perdas possíveis As ações de perda possível, para as quais não foi constituída provisão conforme determinado pelas práticas contábeis, estão representadas substancialmente por: Processos com depósitos judiciais Representados, basicamente, por: Execução Fiscal seles de controle de IPI: Em setembro de 2019, foi ajuizada uma Execução Fiscal pela União Federal contra a Companhia exigindo o pagamento de valores devidos pelo fornecimento de selos de controle de IPI no período de fevereiro de 2003 a outubro de 2007. A Execução Fiscal (EF) ajuizada pleiteia o pagamento no valor R$70.583, atualizado em 2021 R$76.286 e recebeu que a Companhia já teria recolhido R$34.868, atualizado em 2021 R$37.815, pelo que pede a União Federal o prosseguimento da ação com a penhora do valor correspondente à diferença entre os dois montantes. Os fatos tratados na Execução Fiscal decorrem de discussão travada há muitos anos pela Companhia e que tem por objeto a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da taxa de fornecimento dos selos de IPI, bem como o processo que discutia o direito de a Companhia parcelar os débitos de selos de IPI junto ao programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Essa tese já foi julgada pelos Tribunais, tendo entendido o Supremo Tribunal Federal - STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade da cobrança da referida taxa. A Companhia apresentou, por meio de seus assessores legais, sua defesa (exceção de pré-executividade), contudo a juíza responsável pelo caso preferiu não analisar, em defesa prévia, parte dos argumentos de defesa apresentados, os quais seguiram discussão por meio de Embargos à Execução Fiscal, posteriormente apresentados. Como consequência das decisões proferidas no processo, em novembro de 2019 foram penhoradas R$35.716 da conta corrente da Companhia e, também, efetuado depósito judicial complementar de R$15, totalizando R$35.731, que atualizados perfazem o montante de R$38.471 (R$37.135 em 2020). A administração considerou que a possibilidade de perda nesse processo é remota (é possível em relação ao pedido principal da exceção de pré-executividade, no valor de R$26.621 (R$64.416 deduzido do valor de R$37.815 já recolhido), em virtude de ter ocorrido em 2021 julgamento pelas instâncias ordinárias contrário ao entendimento da Companhia e atualmente se encontra em relação a parte do subsidiário, objeto dos Embargos à Execução Fiscal, no valor de R$11.850, que trata da revisão do valor do C.D.A, uma vez que foram incluídos valores já quitados, conforme comprovado pela Companhia no processo. Processo com depósito judicial a) Auto de infração de cobrança de IPI por suposto enquadramento incial incorreto: A controladora, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE, em 2010, foi autuada pela Receita Federal do Brasil em 2007, para que fosse efetuado o pagamento judicialmente autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais, no montante atualizado de R$28.943 (R$28.545 em 2020), referente ao IPI por supostas infrações de enquadramento incorreto de produtos industrializados e de suposta ausência de prova de suspensão do suposto débito, a Companhia apresentou seguro-garantia do valor atualizado. b) Processo administrativo relacionado a não tributação da mais valia do ativo imobilizado: Em 2010 foi lavrado Auto de Infração pelas autoridades fiscais da Data: Em maio de 2019, as empresas Vale do Xingu e Centro da Mata receberam autos de infração nos quais se questionam o fato de terem deixado de tributar, o imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ") e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), eventual ganho de capital, decorrente da baixa do imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata, transferido em operação de cisão parcial da Vale do Xingu para a Centro da Mata, tendo como base de cálculo, o valor de patrimônio vertido para operação relativo ao custo atribuído ("deemed cost"). O valor atualizado de R$55.781 (R$54.445 em 2020), já considerando multa de ofício de 75% e juros SELIC. Tendo em vista o posicionamento dos autos de infração adotado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 1/07/2014, as autoridades fiscais requereram o arrolamento dos bens das referidas empresas, no montante de R$68.533, sendo R$15.648 da Vale do Xingu e R$52.885 da Centro da Mata. A administração considerando as possibilidades de perda nas defesas são possíveis, conforme corroborado pela Opinião Legal emitida pelos assessores legais da Companhia. Processos administrativos sem depósitos judicial e escrituras: Os processos administrativos com probabilidade de perda possível, são compostos, basicamente, por: Processos administrativos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento de ICMS substituição tributária: Autos de infrações lavrados pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, no período em questão, discutidos administrativamente, que exigem da Companhia o recolhimento de ICMS/ST e adicional no valor atualizado de R524.276 (R523.941 em 2020), relativo a operações realizadas com contribuintes posteriormente declarados inidôneos pela Fiscal Estadual. Depósitos judiciais - apresentados no Realizável a Longo Prazo Os depósitos judiciais apresentados no realizável a longo prazo estão vinculados a riscos com perdas consideradas possíveis e remotas, sendo:

Depósitos e bloqueios judiciais	Controladora Possíveis 2021	Controladora Remotas 2021	Consolidado Possíveis 2021	Consolidado Remotas 2021
Tributários	28.861	16.443	3.161	42.647
Trabalhistas	256	1.489	303	970
Cíveis	-	395	-	340
	29.117	18.327	3.464	43.957
Em 31 de dezembro	-	47.444	-	46.361
Total				93.818

Depósitos e bloqueios judiciais	Controladora Possíveis 2020	Controladora Remotas 2020	Consolidado Possíveis 2020	Consolidado Remotas 2020
Tributários	28.875	16.443	2.169	42.647
Trabalhistas	263	1.506	320	976
Cíveis	-	395	-	340
	29.138	18.344	2.489	43.972
Em 31 de dezembro	-	47.484	-	46.361
Total				90.333

21. Incentivos Fiscais A Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE com encerrado fiscal de âmbito estadual a seguir especifica: do: • Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE Em janeiro de 2018 AD Diper formalizou a aprovação de transferência do benefício PRODEPE, a partir de 1/09/2017 para a Companhia, por motivo de incorporação da Companhia Müller de Bebidas Nordeste. Esse benefício corresponde a redução, consoante o Decreto nº 28.150/05, o qual foi prorrogado pelo Decreto nº 35.335, de 21/07/2010, de 75% do ICMS devido sobre a operação de saída interna de produtos, nos termos do o referido incentivo apurado, como previsto na Lei nº 12.226/02, sob a forma de crédito presumido. No exercício findo em 31/12/2021 o incentivo totalizou R$1.045 (R$1.002 em 2020). O valor está registrado no Patrimônio Líquido, sob a rubrica "Reserva para Incentivos Fiscais", em 31/12/2021 totaliza R$8.192 (R$7.147 em 2020).

22. Patrimônio Líquido a) Capital social Em 31/12/2021 e de 2020, o capital social está representado por 1.580.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24/01/2013, a qual aprovou as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2008, 2009, 2010 e 2011, foi deliberada a capitalização de saldo das contas patrimoniais apresentadas nas demonstrações financeiras de 31/12/2011, deduzido da parcela de dividendo supletivo, mentar, sem a emissão de novas ações, no montante de R$101.194 ("1ª. Capitalização"). Dessa forma, o capital social foi elevado de R561.417 para R$162.611. A 1ª. Capitalização foi objeto de questionamentos por acionista, em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 19/2013. Em setembro de 2016, o Tribunal Arbitral proferiu sentença, determinando a anulação da 1ª. Capitalização no valor de R$101.194, bem como a reversão parcial da reserva legal relativa aos exercícios sociais encerrados em 2013, 2014 e 2015, no montante de R$ 7.155, essa última em reflexa à anulação da 1ª. Capitalização e, ainda, que esses valores fossem objeto de destinação pelos acionistas por meio de nova deliberação em sede de Assembleia Geral. Em decorrência do exposto, a Companhia foi obrigada a reverter o saldo da conta "Reserva Legal" para R561.417, devidamente refletido nos documentos societários. Em cumprimento à sentença arbitral referida acima, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 8 de março de 2017 com objetivo de deliberar acerca da destinação dos valores revertidos. Nesta assembleia foi deliberado a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R522.545, sendo que o saldo remanescente permanecia na conta "Lucros à disposição da Assembleia" que nova destinação fosse dada pelos acionistas em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. Ressalta-se que a questão relativa à capitalização de lucros foi objeto de novo procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SEC4, mencionado no item "e", adiante. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2020 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente do lucro líquido finda em 31/12/2019, no montante de R519.402, sem emissão de novas ações, elevando o capital social para R580.819 (R561.417 em 2019). Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2021 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente do lucro líquido finda em 31/12/2020, no montante de R571.848, sem emissão de novas ações. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020 foi aprovada a capitalização de parte do saldo da conta "Lucros à Disposição da Assembleia", no montante de R$171.848, aumentando o valor do capital social da Companhia para R$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital ("2ª Capitalização"), conforme disposto no caput do Artigo 59 do Estatuto Social. No entanto, em virtude de decisão proferida em 2021, foi determinado os efeitos da 2ª Capitalização ficaram suspensos até que ocorresse a revogação da liminar ou até que fosse proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da 2ª Capitalização. Em virtude da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ter rejeitado, em 15/09/2021, o agravo de instrumento nos autos do processo em que se discutia a 2ª Capitalização tornou eficaz essa capitalização. Dessa forma, foi efetivada a capitalização de saldo da conta "Lucros à Disposição da Assembleia", no montante de R5171.848 mil, sem emissão de novas ações, que aumentou o valor do capital social da Companhia para R$252.667 mil. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia em 31/12/2021, é de R$252.865 mil. b) Reserva para Incentivos Fiscais Corresponde aos valores decorrentes de incentivos fiscais de reduções havidas nos âmbitos do imposto sobre a renda e do ICMS, conforme demonstrado no montante de R$8.192 (R$7.147 em 2020). c) Ajuste de avaliação patrimonial Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º/01/2009 na Companhia e suas controladas, pelo valor líquido dos respectivos bens, e a realização do saldo remanescente, proporcional aos bens realizados, conforme nota explicativa nº 12. d) Reservas de lucros Reserva legal A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2021 foi destinado à reserva conta o valor de R58.379 (R52.917 em 2020), que totaliza R523.580 (R515.201 em 2020). Retenção de lucros Os orçamentos de capital para projetos de investimento e/ou capital de giro da Companhia e suas controladas totalizam R$1.521 (R$243 em 2020), que ajusta R552.373 (R570.211 em 2020) com recursos próprios. A proposta da Administração, em observância ao artigo 192 da Lei nº 6.404/76, levando em consideração a previsão de retenções constante no artigo 196 da referida Lei, é de retenção do montante de R552.373 (R565.618 em 2020), que está apresentada em rubrica específica, para aplicação nos termos do orçamento de capital que será submetido à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Lucros à disposição da Assembleia Em 31/12/2021, o saldo dessa rubrica, no montante de R5227.362 (R5290.001 em 2020), é composto pelos seguintes valores: (i) R5158.152 que se referem a saldo remanescente (após a aprovação do pagamento de dividendos e demais destinações) do lucro líquido de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleias de acionistas, a saber:

Exercício social findo em	Assembleia geral de acionista realizadas em	R$
31 de dezembro de 2012	10/setembro/2013	57.518
31 de dezembro de 2014	26/março/2015	25.121
31 de dezembro de 2015	18/maio/2016	26.096
(+) Reversão do saldo da conta "Retenção de Lucros" existente em 31/12/2021, relativo a orçamento de capital que ultrapassou com lucros do exercício social de 2020	08/março/2017	85.804
(+) Total em 31 de dezembro de 2021	25/abril/2017	44.950
(R$569.210 (R$525.619 em 2020) refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2021 (após o provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios calculados à destinação de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e que foi deliberado na Assembleia Geral que aprovar as contas do referido exercício social (prevista para ser realizada no mês de abril de 2022), podendo ser capitalizado ou distribuído como dividendos, observado o limite máximo previsto no Acordo de Acionistas e demais disposições do estatuto social da Companhia. Ressalta-se que a assembleia de acionistas realizada em 30/04/2021, no montante de R525.619 teve a seguinte destinação: (i) R517.198 integralização de capital e (ii) R58.421 distribuição de dividendos no valor de R$0,3697 por lote de mil ações, observado o limite máximo previsto no acordo de acionista de 40%. O saldo desta conta foi objeto de questionamentos por acionistas em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SEC4 e, em 29/09/2021, foi proferida sentença no âmbito do referido Procedimento Arbitral segundo a qual as Cláusulas 5.3 e 5.3.1 do Acordo de Acionistas foram declaradas válidas, determinando que: (i) o equivalente a 25% do lucro líquido ajustado deverá ser objeto de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; (ii) salvo deliberação unânime, o limite máximo de dividendos passíveis de distribuição correspondirá sempre a 40% do lucro líquido ajustado de cada exercício, sendo que a parcela retida deverá ser objeto de pagamento de capital e/ou capitalização. Em 23/12/2019 foi realizada assembleia de acionistas para deliberar sobre a destinação do saldo da conta de "Lucros à Disposição da Assembleia", observando o disposto na referida sentença arbitral. Os acionistas, por unanimidade, deliberaram pela suspensão desta assembleia determinando que ela deverá ser retomada em 30/03/2020. A referida assembleia foi reagendada para 31/07/2020, tendo sido novamente reagendada para 30/11/2021, ocasião em que foi aprovada pela totalidade do capital social votante a capitalização de parte do saldo desta conta, no montante de R5171.848, aumentando o valor do capital social da Companhia para R$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital. O saldo remanescente, no valor de R592.534 mil, permaneceu na conta "Lucros à Disposição da Assembleia" para posterior deliberação pelos acionistas. Em virtude de Decisão Liminar obtida por acionistas os efeitos da capitalização referida acima estão suspensos até que ocorra a revogação da liminar ou até que seja proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da deliberação. Em 15/09/2021, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo rejeitou o agravo de instrumento nos autos desse processo. Como consequência, foi revogada a suspensão dessa deliberação, permitindo a capitalização do valor de R5171.848. e) Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais (i) Dividendo mínimos obrigatórios propostos - a proposta de dividendo mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, ue aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31/12/2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	167.586	58.327
Reserva legal	(8.379)	(2.917)
Incentivos Fiscais	(1.045)	(1.002)
Realização do custo atribuído	3.949	1.736
Base de cálculo dos dividendos	162.111	56.138
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	40.528	14.034
Dividendo por ação em reais	25,6481	8,8848

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. (ii) Dividendo adicionais: por decisão dos acionistas em Assembleia Geral realizada a distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, limitado a 40% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do estatuto social da Companhia e do Acordo de Acionistas, a saber:

Data da realização	Valores R$	Dividendo por ação (R$)
30 de abril de 2020	4.850	3,07
30 de abril de 2021	8.421	5,33

23. Receita Líquida de Vendas e Serviços A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2021	Consolidado 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Mercado interno	868.008	762.633	945.292	812.878
Mercado externo	24.192	13.428	24.192	13.428
IPI	(163.314)	(145.471)	(163.314)	(145.471)
ICMS	(85.608)	(72.035)	(84.685)	(72.133)
COFINS	(46.172)	(40.829)	(46.778)	(41.495)
PIS	(10.024)	(8.864)	(10.160)	(9.009)
ISS	(49)	(69)	(245)	(339)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(2.820)	(1.807)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(3.649)	(2.621)	(8.579)	(2.846)
Total	583.384	506.171	651.893	554.606
Classificadas como:				
Vendas de produtos	582.416	504.512	564.411	501.511
Vendas de serviços	-	-	79.676	43.285
Vendas de serviços	968	1.659	7.806	9.808
Total	583.384	506.171	651.893	554.606

24. Apresentação da Demonstração do Resultado por Natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação baseada na natureza dos custos e despesas. As informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2021	Consolidado 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Consumo de matérias-primas e materiais	(293.287)	(233.875)	(304.592)	(243.804)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(128.273)	(102.386)	(133.789)	(108.323)
Aluguéis, seguros, reparos e manutenções	(7.344)	(5.642)	(9.784)	(8.192)
Depreciação e amortização	(23.578)	(26.227)	(30.497)	(33.627)
Despesas com vendas e exportações	(64.062)	(67.214)	(64.062)	(67.214)
Baixas de bens do imobilizado	(2.065)	(71)	(1.997)	(10)
Impostos, fretes e carretos	(12.841)	(10.535)	(15.671)	(13.168)
Energia, tarifas e locações	(8.039)	(8.043)	(11.235)	(9.957)
Despesas Agrícolas e Florestais	-	-	(19.216)	(13.250)
Outras receitas (*)	143.788	30.787	143.788	30.787
Outras despesas	(19.852)	(21.542)	(21.542)	(21.410)
Total	(415.553)	(434.031)	(468.397)	(477.184)
Consumo de matérias-primas e materiais	(293.287)	(233.875)	(304.592)	(243.804)
Custo das vendas de produtos	(376.998)	(312.053)	(367.000)	(308.538)
Custo das vendas de ativo biológico	-	-	(51.313)	(81.105)
Custo das vendas de serviços	(968)	(1.659)	(6.479)	(9.117)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(377.966)	(313.712)	(424.792)	(357.760)
Despesas com vendas	(102.199)	(102.646)	(102.199)	(102.646)
Despesas gerais e administrativas	(67.432)	(42.502)	(73.094)	(46.477)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (*)	132.044	24.829	131.688	24.710
Total	(415.553)	(434.031)	(468.397)	(477.184)

(*) Os valores referem-se substancialmente a: (i) R$28.704 em 2020, refere-se a: a) R53.219 cr

Continuação Balanços patrimoniais por segmentos

	2021			2020		
Ativo	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	65.407	10.055	75.462	82.986	10.437	93.423
Aplicações financeiras	16	-	16	45	103	148
Contas a receber de clientes	109.091	1	109.092	73.246	41	73.287
Estoques	134.907	15.713	150.620	109.925	9.123	119.048
Impostos e contribuições a recuperar	10.357	-	10.357	5.544	198	5.742
Ativos biológicos	12.764	50.414	63.178	3.163	34.846	38.009
Outras contas a receber	6.274	4.037	10.311	8.307	5.924	14.231
Total do ativo circulante	338.816	80.220	419.036	283.216	60.672	343.888
Não Circulante						
Realizável a longo prazo:						
Impostos e contribuições a recuperar	132.866	-	132.866	6.299	75	6.374
Depósitos judiciais	47.468	14	47.482	46.448	13	46.461
Partes relacionadas	13.616	-	9.483	13.163	-	13.163
Estoques	2	-	2	34	-	34
Precatórios a receber	27.830	-	27.830	27.473	-	27.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	534	-	534
Outras contas a receber	2.488	1.410	3.898	2.010	1.378	3.388
Investimentos em controladas	115.034	-	-	106.382	-	-
Imobilizado	208.494	156.506	365.000	200.997	139.534	340.531
Direito de uso de ativos	54.458	366	54.824	26.402	278	26.680
Intangível	502	195	697	247	15	262
Total do ativo não circulante	602.758	158.491	642.082	429.989	141.293	464.900
Total do Ativo	941.574	238.711	1.061.118	713.205	201.965	808.788

	2021			2020		
Passivo e Patrimônio Líquido	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	3.063	15.414	18.477	1.387	19.332	20.719
Arrendamento a Pagar	9.133	194	9.327	4.521	118	4.639
Fornecedores	43.727	29.406	73.133	33.448	18.252	51.700
Obrigações sociais	18.438	1.358	19.796	16.247	860	17.107
Obrigações fiscais	34.630	102	34.732	22.031	58	22.089
Partes relacionadas	40.527	-	40.527	14.034	-	14.034
Outras contas a pagar	11.855	4	11.863	9.132	102	9.234
Total do passivo circulante	161.377	46.478	207.855	100.800	38.722	139.522
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	4.947	48.567	53.514	4.414	36.845	41.259
Arrendamento a Pagar	45.580	125	45.705	21.901	139	22.040
Obrigações fiscais	2.969	-	2.969	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.928	24.368	74.296	30.482	19.870	50.352
Partes relacionadas	-	4.133	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.242	6	5.248	7.270	7	7.277
Provisão para restauração ambiental	4.984	-	4.984	428	-	428
Total do passivo não circulante	113.650	77.199	186.716	64.495	56.861	121.356
Patrimônio Líquido						
Capital social	269.865	68.383	269.865	80.819	63.683	80.819
Adiantamento para futuro aumento de capital					4.700	
Ações em tesouraria	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Reserva para incentivos fiscais	8.192	-	8.192	7.147	-	7.147
Ajuste de avaliação patrimonial	85.176	47.561	85.176	89.125	47.574	89.125
Reservas de lucros	75.953	-	75.953	80.819	-	80.819
Prejuízos acumulados	-	(910)	-	-	(9.575)	-
Lucros à disposição da Assembleia	227.362	-	227.362	290.001	-	290.001
Total do patrimônio líquido	666.547	115.034	666.547	547.910	106.382	547.910
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	941.574	238.711	1.061.118	713.205	201.965	808.788

Demonstrações do resultado por segmentos

	2021			2020		
	Segmento 1	**Segmento 2**	**Consolidado**	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**
Receita Líquida de Vendas e Serviços	588.031	63.862	651.893	518.537	35.865	554.402
Custo dos Produtos Vendidos e Serv. prestados	(379.604)	(45.188)	(424.792)	(324.471)	(28.299)	(352.770)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	5.135	5.711	10.846	524	9.638	10.162
Lucro Bruto	213.562	24.385	237.947	194.590	17.208	211.798
Receitas (Despesas) Operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	8.652	-	-	4.553	-	-
Com vendas	(102.199)	-	(102.199)	(102.646)	-	(102.646)
Gerais e administrativas	(67.575)	(5.519)	(73.094)	(42.624)	(3.853)	(46.477)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.955)	(261)	(11.688)	24.699	1	24.710
	(29.172)	(5.781)	(43.605)	(116.019)	(3.841)	(124.413)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	184.390	18.604	194.342	78.571	13.367	87.385
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	12.627	1.106	13.733	4.719	1.206	5.925
Despesas financeiras	(2.638)	(6.560)	(9.198)	(1.220)	(7.699)	(8.919)
	9.989	(5.454)	4.535	3.499	(6.493)	(2.994)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	194.379	13.150	198.877	82.070	6.874	84.391
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	(6.811)	-	(6.811)	(20.948)	-	(20.948)
Diferidos	(19.982)	(4.498)	(24.480)	(2.795)	(2.321)	(5.116)
	(26.793)	(4.498)	(31.291)	(23.743)	(2.321)	(26.064)
Lucro Líquido do Exercício	167.586	8.652	167.586	58.327	4.553	58.327

Demonstrações de fluxo de caixa por segmentos

	2021			2020		
	Segmento 1	**Segmento 2**	**Consolidado**	**Segmento 1**	**Segmento 2**	**Consolidado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	167.586	8.652	167.586	58.327	4.553	58.327
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:						
Provisão de imposto de renda e contribuição social	26.793	4.498	31.291	23.743	2.321	26.064
Resultado na avaliação de ativos biológicos	(5.135)	(5.711)	(10.846)	(524)	(9.638)	(10.162)
Participação em sociedades controladas	(8.652)	-	-	(4.553)	-	-
Depreciação e amortização de bens	27.824	2.673	30.497	30.991	2.636	33.627
Estorno de provisão para perdas no imobilizado	(86)	(27)	(113)	80	(44)	36
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	735	-	735	1.227	-	1.227
Provisão para obsolescência dos estoques	608	(145)	463	222	28	250
Provisão para benefícios a funcionários	8.805	242	9.047	7.499	183	7.682
Provisão para perdas operacionais	(799)	-	(799)	160	-	160
Resultado da venda dos ativos biológicos	4.786	38.469	43.255	4.922	24.682	29.604
Resultado na venda de ativo permanente	2.059	(62)	1.997	71	(17)	54
Baixa de arrendamento	(1.652)	-	(1.652)	(2.320)	-	(2.320)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários	(8.375)	(35)	(8.410)	(2.557)	(40)	(2.597)
Juros apropriados sobre passivos monetários	1.505	5.022	6.527	981	3.974	4.955
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.254)	-	(1.254)	1.266	30	1.296
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	49	-	49	(5)	-	(5)
Recuperação de crédito com acionistas	(8.327)	-	(8.327)	-	-	-
Ganho em recuperação de créditos tributários	(140.789)	-	(140.789)	(27.352)	-	(27.352)
	65.681	53.576	119.257	92.178	28.668	120.846
Variações nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:						
Contas a receber de clientes	(36.580)	40	(36.540)	(12.497)	(18)	(12.515)
Estoques	(24.024)	(6.215)	(30.239)	(7.220)	(3.336)	(10.556)
Impostos a recuperar	4.852	(13)	4.839	(2.478)	359	(2.119)
Depósitos judiciais	553	-	553	1.388	(22)	1.366
Ativo biológico	(9.252)	(48.556)	(57.808)	(4.336)	(30.596)	(34.932)
Outras contas a receber	(2.025)	2.192	167	(658)	(4.951)	(5.609)
Fornecedores	10.278	11.155	21.433	14.064	12.334	26.398
Obrigações sociais	(6.613)	255	(6.358)	(7.359)	(37)	(7.396)
Obrigações fiscais	34.769	44	34.813	3.753	(4)	3.749
Partes relacionadas	(4.000)	-	-	-	-	-
Outros passivos	6.587	(99)	6.488	5.642	70	5.712
Juros pagos sobre empréstimos	(1.283)	(3.205)	(4.488)	(555)	(2.104)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.718)	-	(20.718)	(22.888)	-	(22.888)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	18.225	9.174	31.399	59.034	363	59.397
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aplicações financeiras	29	103	132	48.200	379	48.579
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(29.914)	(14.489)	(44.403)	(18.659)	(6.429)	(25.088)
Aquisição de intangível	(365)	(208)	(573)	(33)	-	(33)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado	3.861	62	3.923	338	35	373
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.389)	(14.532)	(40.921)	29.846	(6.015)	23.831
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Recebimentos de (pagamentos a) partes relacionadas, líquidos	8.814	-	8.814	378	-	378
Mútuo com partes relacionadas	-	4.000	-	-	-	-
Integralização e adiant. para futuro aumento de capital de controladora	-	-	-	(4.700)	4.700	-
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	-	14.461	14.461	-	18.009	18.009
Pagamentos de financiamentos	(1.718)	(13.328)	(15.046)	(1.172)	(9.716)	(10.888)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(3.314)	(157)	(3.471)	(3.627)	(106)	(3.733)
Pagamento de dividendos	(13.197)	-	(13.197)	(8.282)	-	(8.282)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(9.415)	4.976	(8.439)	(17.403)	12.887	(4.516)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(17.579)	(382)	(17.961)	71.477	7.235	78.712
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.986	10.437	93.423	11.509	3.202	14.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	65.407	10.055	75.462	82.986	10.437	93.423

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos saldos das empresas: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Eireli. As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **33. Eventos Subsequentes** Em fevereiro de 2022, foi certificado o trânsito em julgado da ação ajuizada pela Companhia em relação a qual se discutia a cobrança e o pagamento de IPI-importação na operação de importação temporária de sementes sob a classificação fiscal de ração com propulsão a motor do tipo "turbofan" (tributação à alíquota zero). O valor do crédito está sendo apurado. **34. Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2021 foram autorizadas para emissão e aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/03/2022.

A Administração

Contadora

Dirlene Aparecida Voltarelli Arnoni - CRC/SP 136.977/O-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Müller de Bebidas **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia Müller de Bebidas e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Müller de Bebidas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases** *Lucros à disposição da Assembleia* Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que menciona que há sentença em processo arbitral impetrado por acionistas da Companhia sobre a capitalização ou distribuição de saldo de lucros à disposição da Assembleia classificado em rubrica do patrimônio líquido e, que parte deste saldo foi capitalizado após revogação da liminar obtida por acionistas para suspensão da capitalização, pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre o adequado uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Foganholi Asam

Contador - CRC nº 1 SP 264889/O-0

Deloitte.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA

OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

JOSÉ AUGUSTO BARROS MUNHOZ, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PROFESSOR, NASCIDO EM ITAPIRA, SP NO DIA(05/03/1947), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CAETANO MUNHOZ E DE WILMA DE TOLEDO BARROS MUNHOZ, **LAURA VAZ MACIA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/01/1950), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ARNALDO VAZ MACÍA E DE HELENA VAZ MACIA.

GLAUCO VIANA PEZZUOL, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COORDENADOR FINANCEIRO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (27/10/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE DANTE MARIO PEZZUOL E DEALZIRA VIANA PEZZUOL, **LAURA COLUCCI DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO GERENTE DE MARKETING, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/04/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CLOVIS DE OLIVEIRA E DE MARIA APARECIDA PINHAL DE OLIVEIRA.

MICAEL HAMRA PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MÉDICO, NASCIDO EM CATANDUVA, SP NO DIA(18/10/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARLEI APARECIDO MORAIS PEREIRA E DE SUSANA HAMRA PEREIRA, **CATHARINE LUZIA SILVA ABISSAMRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MAQUIADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(16/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JORGE ABISSAMRA E DE MARIA NEUMA DA SILVA.

ABELARDO FERNANDEZ REINALES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (23/03/1958), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANUEL FERNANDEZ E DE MARIADO CEU ESTEVÃO FERNANDEZ. **VIVIAN DA SILVA SEREN,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PASSAGISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA(17/03/1978), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO LUIS SEREN E DE WILMA CANDIDO DA SILVA.

BRUNO CLEMENTINO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(01/04/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE QUITÉRIO CLEMENTINO DA SILVA E DE MARIA MADALENA CLEMENTINO DA SILVA, **IDAISE MARIA SANTANA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO, NASCIDA EM UNIÃO DOS PALMARES, AL NO DIA (03/11/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM PIRACICABA, SP, FILHA DE JOSÉ LUCIANO DA SILVA E DE MARIA DO SOCORRO SANTANA DA SILVA.

EDGAR MIGUEL ALZOLAY CRESPO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ATUÁRIO, NASCIDO EM PUERTO ORDAZ, EDO BOLIVAR, VENEZUELA NO DIA (03/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDGAR ALZOLAYE DE VIRGINIA DEL VALLE CRESPO DEALZOLAY. **ANA CAROLINA PILATTI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FISIOTERAPEUTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(13/11/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JANDIR PILATTI E DE ANA LUCIA BEZERRA.

PAULO VALFRÉ, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO QUÍMICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (27/11/1963), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE HENRIQUE VALFRÉ E DE MARIA HELENA FIGUEIREDO VALFRÉ. **SILVIA HELENA NUTTI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDA EM ARARAQUARA, SP NO DIA (08/10/1965), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CÁRLOS NUTTI E DE MARIA DE LOURDES BUCALON NUTTI.

EDUARDO DE CARVALHO ANDRADE, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ECONOMISTA, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (19/06/1967), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDIVALDO DE MENDONÇA ANDRADE E DE HAYDÉE DE CARVALHO ANDRADE. **SIMONE LUCIANO DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM GOIÂNIA, GO NO DIA (22/08/1972), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERALDO ALVES DE SOUZA E DE SOLANGE LUCIANO DE SOUZA.

JUAN PABLO DMITRUK, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM SÃO MARTIN, ARGENTINA NO DIA(17/06/1939), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE PABLO DMITRUK E DE WIERA KUCHER DMITRUK, **ENEIDA JAN CIRELLO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO APOSENTADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(27/08/1957), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE ENEAS CIRELLO E DE RITAYVONE PALOPOLI CIRELLO.

JULIO EDUARDO VILLAMIZAR REYES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO NEGÓCIOS INTERNACIONAIS, NASCIDO EM BUCARAMANGA, SANTANDER – COLÔMBIANO DIA(02/12/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JULIO VILLAMIZAR CONTRERAS E DE ELIZABETH REYES HERRERA, **JAIME ANDRES SANCHEZ LESMES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO FINANCEIRO, NASCIDO EM GIRARDOT, CUNDINAMARCA - COLÔMBIA NO DIA(10/12/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS JULIO SANCHEZ ABRIL E DE MARIA CLEMENCIA LESMES QUIÑÓNES.

THIAGO DASILVA DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (11/01/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARCELO DE OLIVEIRAE DE VALDILENE MARIA DA SILVA. **EVELYN NATALIE BRAZOLIN,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(21/09/1986), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE JACKSON JOSE DA SILVAE DE REGINA ESTELA BRAZOLIN.

HIOHAN CLEBBER FERREIRA SOARES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDO EM ITAPORANGA, PB NO DIA (24/01/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ FIRMINO SOARES E DE VICENÇA FERREIRALEITE. **NATÁLIA DA SILVA NOGUEIRAGOMES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO GERENTE COMERCIAL, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(19/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE FLÁVIO PEREIRADOS SANTOS E DE NADJANEIDE DA SILVASANTOS.

ANDREY NIKOLAY TORRES DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (27/09/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE BAMAM TORRES DA SILVA E DE EDNAGONÇALVES TORRES DA SILVA. **GIOVANA SCARDOELI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO HOTELEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA(22/12/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDSON SCARDOELI E DE CÁSSIAAPARECIDA CECILIO SCARDOELI.

JOÃO VICTOR VELASCO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO CLARO, SP NO DIA (11/02/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM RIO CLARO, SP, FILHO DE CESARANTONIO VELASCO MARTINELLI E DE ROSÂNGELAAPARECIDAVICTOR VELASCO. **MARIA EDUARDA OLIVEIRA FERNANDES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM PRESIDENTE PRUDENTE, SP NO DIA (03/07/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JURANDIR FERNANDES E DE MARIA DE FATIMA SOUZA OLIVEIRA FERNANDES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Editora Schwarcz S.A.

CNPJ nº 55.789.390/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras desta Sociedade relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecendo ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. São Paulo, 29 de março de 2022. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	**2021**	**2020**	**Passivo e patrimônio líquido**	**2021**	**2020**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	38.467	29.662	Fornecedores	13.378	13.888
Contas a receber de clientes	63.392	54.331	Direitos autorais a pagar	28.715	23.760
Estoques	51.713	38.715	*Advances* contratados a pagar	5.778	3.808
Adiantamentos de direitos autorais	21.647	16.185	Salários e encargos sociais	32.545	7.409
Advances contratados	5.778	3.808	Obrigações com arrendamento	1.037	1.464
Outras contas a receber	4.467	7.229	Tributos a recolher	860	637
	185.464	**149.930**	Imposto de renda e contribuição social	2.844	1.729
			Dividendos proposto	5.630	4.833
Não circulante			Adiantamento de clientes	629	370
Contas a receber de clientes	1.423	1.692	Outras contas pagar	494	1.249
Advances contratados	287	556		**91.900**	**59.141**
Impostos diferidos	22.790	16.202	**Não circulante**		
Outras contas a receber	213	307	*Advances* contratados a pagar	287	556
Investimentos	20.633	13.521	Obrigações com arrendamento	5.996	6.871
Imobilizado	2.022	1.829	Outras contas pagar	1.813	2.731
Direito de uso arrendamento	6.221	7.574	Provisão contingência fiscais	17.554	654
Intangível	14.823	3.078		**25.650**	**10.812**
Mais valia	10.700	11.384	**Total do passivo**	**117.550**	**69.953**
	79.112	**56.143**	**Pat

Saraiva Livreiros S.A.
em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26
Companhia Aberta

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.jornalodiasp.com.br | http://www.saraivari.com.br | http://www.cvm.gov.br | http://www.b3.com.br.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.550	121	8.022	28.603
Contas a receber de clientes	–	–	710	7.333
Estoques	–	–	18.852	45.649
Impostos e contribuições a recuperar	179	179	50.083	33.309
Outros ativos circulantes	1.185	23.385	6.351	30.703
Total do ativo circulante	**8.914**	**23.685**	**84.018**	**145.597**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo	67.319	80.214	81.918	73.832
Investimentos	23	23	150	150
Imobilizado	100	153	7.288	12.082
Direito de uso em arrendamento	–	–	73.281	101.532
Total do ativo não circulante	**67.442**	**80.390**	**162.637**	**187.596**
Total do Ativo	**76.356**	**104.075**	**246.655**	**333.193**

Passivo e Passivo a Descoberto	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante				
Fornecedores	1.145	1.254	69.280	104.394
Empréstimos e financiamentos	–	–	31.387	33.831
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	–	–	17.167	18.985
Obrigações sociais e trabalhistas	232	400	3.521	5.770
Impostos e contribuições a recolher	188	165	1.297	1.190
Credores por recuperação judicial	1.092	1.136	16.737	10.384
Outros passivos circulantes	–	26.564	29.869	39.295
Total do passivo circulante	**2.657**	**29.519**	**169.258**	**213.849**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	146.950	129.188
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	–	–	66.375	94.673
Provisão para perda com investimento em coligada	527.006	554.874	–	–
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	42.829	62.160	168.001	247.148
Credores por recuperação judicial	2.741	2.596	191.241	187.559
Outros passivos não circulantes	–	–	3.750	5.895
Total do passivo não circulante	**572.576**	**619.630**	**576.317**	**664.463**
Passivo a Descoberto				
Capital social	301.976	301.976	301.976	301.976
Prejuízos acumulados	(846.983)	(904.459)	(846.983)	(904.459)
Outros Itens do Passivo a Descoberto	46.130	57.409	46.087	57.364
Total do Passivo a Descoberto	**(498.877)**	**(545.074)**	**(498.920)**	**(545.119)**
Total do passivo e Passivo a Descoberto	**76.356**	**104.075**	**246.655**	**333.193**

Demonstrações do Resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita Operacional Líquida	–	–	88.883	246.325
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	–	–	(53.537)	(170.234)
Lucro Bruto	–	–	35.346	76.091
Despesas Operacionais				
Vendas	–	–	(49.418)	(113.147)
Gerais e administrativas	(6.001)	(3.881)	(32.511)	(63.453)
Depreciações e amortizações	(53)	(59)	(19.195)	(43.197)
Equivalência patrimonial	27.868	(407.039)	–	–
Outras despesas operacionais	(322)	(1.397)	(89.521)	(277.245)
Outras receitas operacionais	4.111	–	163.973	38.530
	25.603	(412.376)	(26.672)	(458.512)
Lucro (Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro	25.603	(412.376)	8.674	(382.421)
Resultado Financeiro	898	294	17.829	(29.694)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**26.501**	**(412.082)**	**26.503**	**(412.115)**
Operações Descontinuadas	**19.696**	**(7.513)**	**19.696**	**(7.513)**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**46.197**	**(419.595)**	**46.199**	**(419.628)**
Atribuível a:				
Participação controladora			46.197	(419.595)
Participação não controladora			2	(33)
			46.199	(419.628)

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Bônus de subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do Passivo a Descoberto
Saldos em 31 de dezembro de 2019	282.969	12.738	(233)	5.329	75	11.279	(484.864)	(172.677)	(12)	(172.689)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	(419.595)	(419.595)	(33)	(419.628)
Bônus de subscrição	–	–	–	–	42.182	–	–	42.182	–	42.182
Aumento de capital com reservas e bônus de subscrição	18.977	(12.738)	–	–	(1.223)	–	–	5.016	–	5.016
Saldos em 31 de dezembro de 2020	301.976	–	(233)	5.329	41.034	11.279	(904.459)	(545.074)	(45)	(545.119)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	46.197	46.197	2	46.199
Baixa do custo atribuído "deemed cost"	–	–	–	–	–	(11.279)	11.279	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	301.976	–	(233)	5.329	41.034	–	(846.983)	(498.877)	(43)	(498.920)

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	46.197	(419.595)	46.199	(419.628)
Resultado Abrangente Total	**46.197**	**(419.595)**	**46.199**	**(419.628)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			46.197	(419.595)
Acionistas não controladores			2	(33)
			46.199	**(419.628)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(32.081)	19.840	(19.986)	3.935
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	25.500	32	25.328	(487)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	14.010	(22.354)	(25.923)	4.691
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**7.429**	**(2.482)**	**(20.581)**	**8.139**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	121	2.603	28.603	20.464
Saldo final	7.550	121	8.022	28.603
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**7.429**	**(2.482)**	**(20.581)**	**8.139**

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Geração do Valor Adicionado	25.538	81	276.088	293.538
Insumos Adquiridos de Terceiros	(26.440)	(3.915)	(214.728)	(544.379)
Valor adicionado bruto gerado	(902)	(3.834)	61.360	(250.841)
Depreciações e amortizações	(53)	(59)	(20.974)	(46.048)
Resultado das operações descontinuadas	19.696	(7.513)	19.696	(7.513)
Valor Adicionado Líquido Gerado	18.741	(11.406)	60.082	(304.402)
Valor Adicionado recebido em transferência	30.863	(405.583)	55.033	4.504
Valor Adicionado Total a distribuir	49.604	(416.989)	115.115	(299.898)
Distribuição do valor adicionado				
Empregados – pessoal e encargos sociais	1.145	1.296	26.089	69.347
Governo – impostos, taxas e contribuições	165	198	6.049	14.715
Credores financeiros – despesas financeiras, excluindo o IOF	2.097	1.112	36.260	33.468
Locatários – aluguéis	–	–	518	2.200
Acionistas – absorção de prejuízos	46.197	(419.595)	46.197	(419.595)
Participação não controladora	–	–	2	(33)
	49.604	(416.989)	115.115	(299.898)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Resumidas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

:: 1. Contexto operacional

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia") é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão ("B3"), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial ("Varejo" ou "Controlada").

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 36 lojas e de seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Segundo Aditamento ao PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e submetido à homologação judicial. (Nota explicativa 30).

Em paralelo, a Companhia mantém ativas as iniciativas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Segundo Aditamento do PRJ, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e o Varejo, por meio da inserção de uma cultura de restruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

Impactos da COVID 19.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19, em decorrência do avanço da vacinação em massa, a Administração da Companhia e do Varejo mantém apenas as medidas sanitárias exigidas pelos órgãos da administração pública e Ministério da Saúde, observando atentamente a todas as orientações e protocolos de segurança definidos pelos governos estaduais. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confiando na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

:: 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. ***Declaração de conformidade***

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e do Varejo.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021.

2.2. ***Base de mensuração***

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. ***Moeda funcional e de apresentação***

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R$).

2.4. ***Principais fontes de julgamento e estimativas***

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 11
e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 13
f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 17
g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 26

:: 3. Principais políticas contábeis

As políticas a seguir são adotadas pela Companhia e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis da Controlada são definidas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis da Controlada encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com a Controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a EditoraÁtica S.A. em 2015.

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contraparti da que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 (cinco) etapas, estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contraprtida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e, somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos fluxos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com a Controlada é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Companhia e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 12).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível; a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

I. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Companhia e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

II. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 17.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil – passivo de arrendamento

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 12)

p) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

• Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, ajustado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

• Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias da Companhia e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida – programa de fidelização" pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia e do Varejo, quando aplicável é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "Dividendos Adicionais Propostos".

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação (IAS 33) (Nota explicativa nº 25).

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e

Saraiva Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 – Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

:: 4. Processo de recuperação judicial

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, com forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia decidiu por aditar, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPTs Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPTs, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que permitiria os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento dos credores, assim como, para a geração de receitas e a continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será homologado judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

i) A reestruturação do passivo;

ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e

iii) A alienação de UPTs: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados para o cumprimento do Plano de Recuperação.

Para o caso da alienação das UPTs, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R$ 160 por Crédor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias do pagamento após conclusão do processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R$5 e posteriormente, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R$ 160 por Crédor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias do pagamento após conclusão do processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R$5 e posteriormente, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31). Opção A – Com venda de ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	5.275	1.237	6.513
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	24.181	333.486	357.667
Total	29.456	334.723	364.180

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R$156.204 (R$142.221 em 31 de dezembro de 2020) foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 31), estão incluídos na Classe III, considerando a garantia prestada pela Holding e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2020	AVP	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	31/12/2021
Dívida	622.392	–	(1.803)	14.855	1.499	636.943
Ajuste a valor presente	(282.228)	9.465	–	–	–	(272.763)
	340.164	9.465	(1.803)	14.855	1.499	364.180

A integra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de Varejo encontram-se à disposição dos credores e demais interessados na página de Relações com Investidores da Companhia (http://www.saralivri.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

:: 5. Eventos subsequentes

Em 7 de março de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R$4,4 Milhões. Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPTs ‖ Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R$29,0 Milhões; e ii) Direitos Creditórios, pelo valor de R$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos Credores o Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 30).

Diretoria

Jorge Saraiva Neto
Diretor Presidente

Jorge Eduardo Saraiva
Diretor Vice-Presidente

Conselho de Administração

Olga Maria Barbosa Saraiva – Presidente
Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior

Jorge Saraiva Neto – Vice-Presidente
Frederico Wolfgang Wickert
João Adalberto Elek Junior

Contador

Davi Hernandes Garcia
CRC 1SP 146.453/O-4

Relatório Resumido do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi emitido em 28 de março de 2022, com abstenção de opinião devido é relevância do assunto, Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e a homologação pelo Juízo no 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

São Paulo, 28 de março de 2022.
RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples – CRC 2SP 030.002/O-7
Luiz Claudio Fontes – Contador CRC 1RJ 032.470/O-9

www.saraiva.com.br

Programas e linhas de crédito da Fomento Paraná são modelos para agência de Alagoas

A Fomento Paraná recebeu na segunda-feira (28) uma comitiva da Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve-AL, capitaneada pelo presidente, José Humberto Maurício de Lira. A visita é parte de um processo de integração entre instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF), que reúne agências e bancos de desenvolvimento de todo o país, visando a troca de experiências, uma vez que não há concorrência entre as entidades e o objetivo dessas instituições é semelhante.

Também integraram a comitiva os gerentes de Microcrédito, Roberta Santos, e de Riscos, Wyvian Acioly, e os assessores Carlos Moraes, da presidência, e Valdick Sales, de Tecnologia da Informação.

"A Fomento Paraná é um modelo. Entendemos que o Paraná tem programas que a gente pode implementar em Alagoas, e fazer com que melhoremos o nosso Sistema Nacional de Fomento", afirma Lira. "A Fomento Paraná é também uma escolha muito pessoal, pelo que o Paraná representa em termos de gestão e de qualidade de crédito", destacou.

A equipe de Alagoas terá diversas reuniões com a agência paranaense, com o objetivo de entender os processos no âmbito das operações de microcrédito e de parcerias e, ainda, nas áreas de risco e de sistemas de tecnologia da informação. Além disso, estão previstas agendas com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e o Paranacidade, para conhecer melhor o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM).

De acordo com o diretor-presidente da Fomento Paraná, Heraldo Neves, que recepcionou o grupo, a instituição vem dando alguns exemplos em relação a boas práticas, serviços e linhas de crédito. "Sem dúvida, nosso principal ponto é o Sistema de Financiamento aos Municípios, que é referência nacional em financiar mobilidade urbana e desenvolvimento urbano e que gostamos de dividir, assim como as nossas políticas de atenção ao empreendedor de micro e pequeno porte", afirma Neves.

Ainda segundo o diretor-presidente, a Fomento Paraná tem muito a contribuir e também muito o que aprender. "Graças à nossa participação na ABDE (entidade que reúne instituições do SNF) conseguimos trazer boas práticas de outras entidades do sistema nacional, como a linha de Juro Zero, de Santa Catarina, e a linha para taxistas, da Bahia, que são programas bem-sucedidos no país e que implantamos a partir dessa troca de experiências."

A Fomento Paraná conta com uma carteira ativa de mais de 53 mil clientes que vão desde informais, MEIs, micro e pequenas empresas ou de médio porte. É responsável pela gestão de uma série de fundos estaduais e está em permanente busca de novos aprendizados. (AENPR)

GOLD LEILÕES

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRONICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro OficialGOLD LEILÕES, sob a coordenação do Juízo da Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente/SP, nos termos do artigo 882 do Código de Processo Civil – CPC e Resolução CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor do porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos Lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência, tais como recolhimento de ITBI, forro, laudêmio, taxas de ocupação, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todos as especificações aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Edital de 1º e 2º Praça dos direitos do bem imóvel e para intimação do executado ORIVALDO APARECIDO BIAGI (CPF nº 121.737.238-55) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – ESPÉCIES DE CONTRATOS, Processo nº: 0003567-18.2012.8.26.0358, ajuizado pelos exequentes CRISTOVÃO MOREINA DE FRANÇA NINO (CPF nº 186.188.048-00), MARIA REGINA LOIS BUENO (CPF nº 202.662.678-23), O Dr. Marcos Takaoka, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mirassol/SP na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e estar de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 06/04/2022 às 14:00h, e com término no dia 08/04/2022 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 08/04/2022 às 14:01h, e com término no dia 28/04/2022 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 23.965 do CRI de Mirassol – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 264.051,36 (duzentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2022).

EDITAL DE LEILÃO, PARA INTIMAÇÃO E CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS, E, NÃO SENDO ABAIXO DESCRITOS, PERTENCENTES À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GODOY & BAPTISTELLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA (CNPJ nº 10.619.983/0001-00), GODOY & BAPTISTELLA TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA (CNPJ nº 04.802.081/0002-85), Administrador Judicial nomeado ADNAN ABDEL KADER SALEM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CREDORES, FAZENDAS PÚBLICAS E MINISTÉRIO PÚBLICO, BEM COMO PARA INTIMAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS - PROCESSO Nº 0001375-11.2013.8.26.0584. O Dr. Luis Carlos Martins, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Pedro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e estar de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 20/04/2022 às 14:00h, e com término no dia 22/04/2022 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 22/04/2022 às 14:01h, e com término no dia 10/05/2022 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRÍCULA Nº 11.987 DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 2.579.180,65 (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e cento e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2022).

EDITAL DE LEILÃO, PARA INTIMAÇÃO E CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS - PROCESSO Nº 0001375-11.2013.8.26.0584. O Dr. Luis Carlos Martins, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Pedro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e estar de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 20/04/2022 às 14:00h, e com término no dia 22/04/2022 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 22/04/2022 às 14:01h, e com término no dia 10/05/2022 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRÍCULA Nº 11.979 DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 2.579.180,65 (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e cento e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2022). LOTE3: MATRÍCULA Nº 11.979 DO CRI DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 45.838,88 (quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro/ 2022). LOTE4: MATRÍCULA Nº 11.979 DO CRI DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 45.838,88 (quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro/ 2022). Do Valor da Avaliação- Fica ciente que o valor da avaliação do imóvel, conforme avaliação de fls. 1.169 e 1.170 dos autos, foi atualizado para o mês de fevereiro/2022, conforme tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo. Do Pagamento- O pagamento do lance deverá ser feito em moeda nacional, à vista, no prazo de 24 horas, contadas da data em que for comunicado pelo Leiloeiro Oficial, sob pena de perdas e danos e multa de 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, em benefício da Massa Falida, nos termos do artigo 39 do CPC. Do Pagamento da Comissão- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Das Penalidades- Ficam o(s) arrematante(s) ciente(s) que, em caso de desistência, ou não cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que permitiria os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento dos credores, assim como, para a geração de receitas e a continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será homologado judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

i) A reestruturação do passivo;

ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e

iii) A alienação de UPTs: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados para o cumprimento do Plano de Recuperação.

Para o caso da alienação das UPTs, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R$ 160 por Crédor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias do pagamento após conclusão do processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R$5 e posteriormente, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31). Opção A – Com venda de ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	5.275	1.237	6.513
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	24.181	333.486	357.667
Total	29.456	334.723	364.180

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R$156.204 (R$142.221 em 31 de dezembro de 2020) foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 31), estão incluídos na Classe III, considerando a garantia prestada pela Holding e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2020	AVP	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	31/12/2021
Dívida	622.392	–	(1.803)	14.855	1.499	636.943
Ajuste a valor presente	(282.228)	9.465	–	–	–	(272.763)
	340.164	9.465	(1.803)	14.855	1.499	364.180

A integra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de Varejo encontram-se à disposição dos credores e demais interessados na página de Relações com Investidores da Companhia (http://www.saralivri.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

:: 5. Eventos subsequentes

Em 7 de março de 2022, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósito judicial em favor da Companhia, que foi objeto de indicação pela Fazenda Nacional como bem a ser penhorado em execuções fiscais, conforme ofício expedido pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, que determinou a transferência para a conta da Companhia do montante de R$4,4 Milhões. Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPTs ‖ Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R$29,0 Milhões; e ii) Direitos Creditórios, pelo valor de R$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos Credores o Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 30).

Edital de 1º e 2º Praça dos direitos do bem imóvel e para intimação do executado ORIVALDO APARECIDO BIAGI (CPF nº 121.737.238-55) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – ESPÉCIES DE CONTRATOS, Processo nº: 0003567-18.2012.8.26.0358, ajuizado pelos exequentes CRISTOVÃO MOREINA DE FRANÇA NINO (CPF nº 186.188.048-00), MARIA REGINA LOIS BUENO (CPF nº 202.662.678-23), O Dr. Marcos Takaoka, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mirassol/SP na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e estar de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 06/04/2022 às 14:00h, e com término no dia 08/04/2022 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 08/04/2022 às 14:01h, e com término no dia 28/04/2022 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 23.965 do CRI de Mirassol – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 264.051,36 (duzentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2022).

EDITAL DE LEILÃO, PARA INTIMAÇÃO E CONHECIMENTO DE TODOS OS INTERESSADOS, E, NÃO SENDO ABAIXO DESCRITOS, PERTENCENTES À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GODOY & BAPTISTELLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA (CNPJ nº 10.619.983/0001-00), GODOY & BAPTISTELLA TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA (CNPJ nº 04.802.081/0002-85), Administrador Judicial nomeado ADNAN ABDEL KADER SALEM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CREDORES, FAZENDAS PÚBLICAS E MINISTÉRIO PÚBLICO, BEM COMO PARA INTIMAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS - PROCESSO Nº 0001375-11.2013.8.26.0584. O Dr. Luis Carlos Martins, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Pedro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e estar de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 20/04/2022 às 14:00h, e com término no dia 22/04/2022 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 22/04/2022 às 14:01h, e com término no dia 10/05/2022 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRÍCULA Nº 11.987 DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 2.579.180,65 (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e cento e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2022). LOTE2: MATRÍCULA Nº 11.979 DO CRI DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 45.838,88 (quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro/ 2022). LOTE3: MATRÍCULA Nº 11.979 DO CRI DE MARTINÓPOLIS/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 45.838,88 (quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro/ 2022). Do Valor da Avaliação- Fica ciente que o valor da avaliação do imóvel, conforme avaliação de fls. 1.169 e 1.170 dos autos, foi atualizado para o mês de fevereiro/2022, conforme tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo. Do Pagamento- O pagamento do lance deverá ser feito em moeda nacional, à vista, no prazo de 24 horas, contadas da data em que for comunicado pelo Leiloeiro Oficial, sob pena de perdas e danos e multa de 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, em benefício da Massa Falida, nos termos do artigo 39 do CPC. Do Pagamento da Comissão- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Das Penalidades- Ficam o(s) arrematante(s) ciente(s) que, em caso de desistência, ou não cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que permitiria os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento dos credores, assim como, para a geração de receitas e a continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será homologado judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

i) A reestruturação do passivo;

ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e

iii) A alienação de UPTs: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados para o cumprimento do Plano de Recuperação.

Para o caso da alienação das UPTs, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R$ 160 por Crédor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias do pagamento após conclusão do processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R$5 e posteriormente, fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31). Opção A – Com venda de ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	5.275	1.237	6.513
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	24.181	333.486	357.667
Total	29.456	334.723	364.180

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R$156.204 (R$142.221 em 31 de dezembro de 2020) foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 31), estão incluídos na Classe III, considerando a garantia prestada pela Holding e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2020	AVP	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	31/12/2021
Dívida	622.392	–	(1.803)	14.855	1.499	636.943
Ajuste a valor presente	(282.228)	9.465	–	–	–	(272.763)
	340.164	9.465	(1.803)	14.855	1.499	364.180

A integra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estab

VOTORANTIM energia

VTRM Energia Participações S.A.
(nova denominação: Auren Energia S.A.)
CNPJ nº 01.310.772/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		383.149	101.711	1.595.818	1.102.652
Aplicações financeiras		–	–	77.751	–
Fundo de liquidez - Conta reserva		–	–	6.153	6.740
Contas a receber de clientes		–	–	328.631	384.390
Tributos a recuperar		4.898	3.322	36.714	65.624
Dividendos a receber		160.963	246.679	–	–
Partes relacionadas		–	–	3.678	7.043
Ordens de projetos - P&D		–	–	5.076	52.685
Contratos futuros de energia		–	–	270.815	103.139
Outros ativos		6.163	660	18.935	21.712
		555.173	352.372	2.343.571	1.743.985
Ativos disponíveis para venda		–	–	8.428	–
		555.173	352.372	2.351.999	1.743.985
Não circulante					
Realizável à longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva		–	–	100.048	76.295
Partes relacionadas		58.590	–	66.311	11.421
Cauções e depósitos judiciais		–	–	195.968	260.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	3.408.893	3.954.680
Almoxarifado		–	–	6.042	6.199
Contratos futuros de energia		–	–	341.292	25.297
Ativo sujeito à indenização		–	–	1.739.161	1.739.161
Outros ativos		–	–	842	355
		58.590	–	5.858.557	6.073.904
Investimentos	4	4.405.443	3.943.471	–	–
Imobilizado	5	3.331	159.969	8.980.282	8.825.418
Intangível	6	281.748	122.967	2.366.432	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		27	110	5.283	6.433
		4.749.139	4.226.517	17.210.554	16.676.523
Total do ativo		5.304.312	4.578.889	19.562.553	18.420.508

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	7	–	–	208.959	128.977
Fornecedores		8.146	37.544	225.578	147.934
Arrendamentos		31	87	1.824	1.787
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	12.699	95.084
Contratos futuros de energia		–	–	282.619	120.475
Obrigações estimadas e folha de pagamento		1.512	2.342	23.893	25.729
Tributos a recolher		4.781	7.706	37.709	53.614
Encargos setoriais		–	–	20.170	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio		13.952	279.302	249.692	632.008
UBP - Uso do bem público		–	–	42.462	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos		–	–	44.065	34.478
Provisão de reservacimento		–	–	325.557	64.582
Outros passivos		28.196	48	126.728	24.381
		56.618	327.029	1.601.955	1.446.863
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	7	299.674	–	4.501.915	3.620.711
Fornecedores		74.216	41.538	74.216	41.538
Arrendamentos		–	31	3.674	4.820
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	–	9.141
Contratos futuros de energia		–	–	337.697	29.405
Tributos a recolher		–	–	13.396	10.525
Encargos setoriais		–	–	–	1.240
Partes relacionadas		46.658	–	64.182	16.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 (b)	330.998	330.317	352.024	357.238
UBP - Uso do bem público		–	–	87.531	114.057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos		–	–	270.276	229.335
Provisão de reservacimento		–	–	7.970	76.221
Provisões	9	–	–	1.329.412	1.748.306
Benefícios pós-emprego	10	–	–	1.785.499	2.412.379
Outros passivos		38.745	617	86.291	48.103
		790.291	372.503	8.914.083	8.719.989
Total do passivo		846.909	699.532	10.516.038	10.166.852
Patrimônio líquido					
Capital social		3.000.836	2.977.983	3.000.836	2.977.983
Reservas de lucros		1.861.941	1.537.852	1.861.941	1.537.852
Ajustes de avaliação patrimonial		(405.374)	(636.478)	(405.374)	(636.478)
		4.457.403	3.879.357	4.457.403	3.879.357
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.457.403	3.879.357	4.457.403	3.879.357
Participação dos acionistas não controladores		–	–	4.589.112	4.374.299
Total do patrimônio líquido		4.457.403	3.879.357	9.046.515	8.253.656
Total do passivo e patrimônio líquido		5.304.312	4.578.889	19.562.553	18.420.508

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	11	–	–	2.624.114	2.307.057
Custo com energia elétrica	12	–	–	(1.328.735)	(779.350)
Custo com operação	12	–	–	(682.676)	(628.426)
Repactuação do risco hidrológico	12	–	–	781.974	–
Lucro bruto		–	–	1.394.677	899.281
Receitas (despesas) operacionais	12				
Despesas gerais e administrativas		(34.934)	(25.847)	(168.597)	(151.054)
Outras receitas operacionais, líquidas		30.898	3.476	133.821	165.878
		(4.036)	(22.371)	(34.776)	14.824
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(4.036)	(22.371)	1.359.901	914.105
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		48.882	653.952	–	–
		48.882	653.952	–	–
Resultado financeiro líquido	13				
Receitas financeiras		30.849	3.863	95.079	44.304
Despesas financeiras		(16.325)	(6.015)	(862.126)	(766.710)
		14.524	(2.152)	(767.047)	(722.406)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.370	629.429	592.854	191.699
Imposto de renda e contribuição social	8 (a)				
Correntes		50	(8.236)	(40.325)	(47.049)
Diferidos		(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas		58.739	624.809	311.646	1.650.470
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		58.739	624.809	58.739	624.809
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		–	–	252.907	1.025.661
Lucro líquido do exercício		58.739	624.809	311.646	1.650.470
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		0,0296	0,3148	0,1570	0,8314

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	58.739	624.809	311.646	1.650.470
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	24.914	(35.162)	62.276	(87.777)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado				
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	207.820	(394.188)	519.474	(982.899)
Perda em participação de investida	(1.630)	–	(3.345)	–
Total do resultado abrangente do exercício	289.843	195.459	890.051	579.794
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores			289.843	195.459
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores			600.208	384.335
			890.051	579.794

Demonstração do Valor Adicionado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Geração do valor adicionado					
Receita bruta	11	–	–	3.146.076	2.702.460
Provisão de ressarcimento	11	–	–	(192.724)	(91.598)
Outras receitas operacionais	12	46.253	3.476	55.371	15.504
		46.253	3.476	3.008.723	2.626.366
Insumos	12				
Energia comprada e encargos de rede de uso elétrico		–	–	(1.328.735)	(779.350)
Repactuação do risco hidrológico		–	–	781.974	–
Serviços de terceiros		(30.443)	(16.693)	(148.877)	(103.969)
Outros custos operacionais		(9.663)	(1.533)	(36.655)	(39.535)
		(40.106)	(18.226)	(732.293)	(922.854)
Valor adicionado bruto		6.147	(14.750)	2.276.430	1.703.512
Retenções	12				
Depreciação e amortização		(3.604)	(377)	(558.995)	(531.817)
Amortização de ágio		–	–	(34.959)	(34.848)
Contratos futuros de energia		–	–	13.235	(21.444)
		(3.604)	(377)	(580.719)	(588.109)
Valor adicionado líquido gerado		2.543	(15.127)	1.695.711	1.115.403
Transferências					
Equivalência patrimonial	4 (a)	48.882	653.952	–	–
Receitas financeiras	13	30.849	3.863	95.079	44.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	8 (a)	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
		79.050	661.431	(145.804)	1.550.124
Outras	12				
Reversão da provisão para litígios		–	–	425.693	266.644
Baixa com depósitos judiciais		–	–	(60.256)	(63.284)
(Provisão) reversão de *impairment* de ativo imobilizado e intangível		–	–	(248.520)	7.589
Seguros		–	–	(9.362)	(9.605)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		–	–	(7.607)	(4.206)
		–	–	99.948	197.138
Valor adicionado a distribuir		81.593	646.304	1.649.855	2.862.665
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	12				
Remuneração direta		3.767	6.311	53.352	55.518
Encargos sociais		2.217	803	25.273	21.326
Benefícios		595	130	17.706	8.277
		6.579	7.244	96.331	85.121
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e atualização monetária	13	4.921	617	793.718	672.580
Outras despesas financeiras	13	11.404	5.398	68.408	94.130
Aluguéis	12	–	–	10.189	9.510
		16.325	6.015	872.315	776.220
Intrasetoriais - Encargos regulamentares	11				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		–	–	37.618	51.389
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		–	–	15.706	15.098
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		–	–	7.180	6.656
Reserva Global de Reversão - RGR		–	–	1.773	2.579
		–	–	62.277	75.722
Tributos e contribuições sociais					
Federais		(50)	8.236	307.129	275.048
Municipais		–	–	157	84
		(50)	8.236	307.286	275.132
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		13.952	148.393	13.952	148.393
Retenção de lucros		44.787	476.416	44.787	476.416
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		–	–	252.907	1.025.661
		58.739	624.809	311.646	1.650.470
Valor adicionado distribuído		81.593	646.304	1.649.855	2.862.665

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.370	629.429	592.854	191.699
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	12	3.604	377	558.995	531.523
Amortização de ágio	12	–	–	34.959	34.848
Baixa de imobilizado		–	–	(3.248)	592
Repactuação do risco hidrológico	12	–	–	(781.974)	–
Provisão (reversão) de *impairment* de ativo imobilizado e intangível	12	–	–	248.520	(7.589)
Equivalência patrimonial	4 (a)	(48.882)	(653.952)	–	–
Juros e variações monetárias		4.921	–	421.627	287.518
Apropriação de custos de captação		–	–	13.739	26.333
Baixa de depósitos judiciais		–	–	75.185	86.936
Hedge accounting operacional		–	–	114.905	116.295
Contratos futuros de energia	12	–	–	(13.235)	21.444
Custo de serviços de benefícios pós-emprego	10 (a)	–	–	3.613	(489)
Constituição (reversão) de provisões					
Reversão da provisão para litígios	9 (a)	–	–	(425.693)	(266.595)
Provisão de ressarcimento		–	–	192.724	91.598
Provisão de obrigações socioambientais				7.607	4.206
Atualizações de saldos					
Provisão para litígios	9 (a)	–	–	167.516	315.757
Benefícios pós-emprego	10 (a)	–	–	158.122	59.622
Depósitos judiciais		–	–	(9.221)	(7.623)
Ajuste a valor presente					
Obrigações socioambientais		–	–	10.354	13.819
UBP - Uso do bem público		–	–	5.631	6.791
Operações com partes relacionadas		(11.932)	–	(11.749)	(1.945)
Arrendamentos		6	12	247	264
		7.087	(24.134)	1.361.478	1.505.004
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		–	–	55.759	(72.303)
Tributos a recuperar		(1.576)	8.382	31.479	(7.093)
Almoxarifado		–	–	157	1.412
Cauções e depósitos judiciais		–	–	(1.436)	4.170
Partes relacionadas		–	–	7.436	3.933
Demais créditos e outros ativos		(5.482)	5.855	55.924	14.796
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(177)	74.198	106.865	110.618
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(112.073)	(105.123)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(830)	639	(1.836)	2.529
Tributos a recolher		(2.875)	(784)	(13.358)	13.642
Encargos setoriais		–	–	(62.116)	(13.130)
Pagamento de obrigações socioambientais		–	–	(17.291)	(9.644)
Pagamento de UBP - Uso do bem público		–	–	(42.155)	(29.263)
Pagamento de litígios	9 (a)	–	–	(160.717)	(115.231)
Pagamento de benefícios pós-emprego		–	–	(1.533)	(1.330)
Demais obrigações e outros passivos		568	316	71.482	(76.834)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(3.285)	64.472	1.278.065	1.226.153
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		–	–	(221.180)	(208.973)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(40.001)	(86.772)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(3.285)	64.472	1.016.884	930.408
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		–	–	(75.328)	–
(Resgate) aplicação de conta reserva		–	–	(19.065)	(1.389)
Aquisição de imobilizado e intangível		(100.353)	(159.969)	(672.661)	(179.080)
Venda de imobilizado		–	–	11.712	–
Aquisição de investimento Ventos do Piauí II e III		–	(125.060)	–	(123.261)
Aquisição de investimento Jaíba V Holding S.A.		(39.873)	–	–	–
Aumento de capital em investidas		(282.678)	(48.452)	–	–
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		386.657	258.550	–	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(36.247)	(74.931)	(755.342)	(303.730)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos		300.000	–	838.860	1.501.290
Liquidação de empréstimos e financiamentos		–	–	(104.991)	(1.596.052)
Custo da captação de recursos		(1.790)	–	(20.988)	(51.210)
Aumento de capital social		22.853	–	22.853	–
Liquidação de arrendamentos		(93)	(94)	(1.748)	(1.661)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		–	–	(502.362)	(363.749)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		320.970	(94)	231.624	(511.382)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		281.438	(10.553)	493.166	115.296
Caixa incluído pela incorporação da SF Ninety Two Participações S.A.		–	60.151	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		101.711	52.113	1.102.652	987.356
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		383.149	101.711	1.595.818	1.102.652
Principais transações que não afetaram o caixa					
Aporte de capital Ventos do Piauí II e III		192.781	–	160.397	–
Cisão parcial da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.		(32.384)	–	–	–
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Investimento na CESP		–	1.429.188	–	–
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Mais-valia CESP		–	30.582	–	–
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A.		–	(1.401.107)	–	–

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Considerações gerais: A VTRM Energia Participações S.A. (nova denominação: Auren Energia S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2022), "Companhia" ou "VTRM", com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma holding que tem por objetivo ser plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas. A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e pelo Canada *Pension Plan Investment Board* ("CPP Investments"). A partir de 03 de fevereiro de 2022, a Votorantim S.A. ("VSA") passou a ser detentora das ações que eram da VGE, conforme descrito na nota 31.1 (a) - Reorganização societária decorrente das operações VTRM e CESP. Dessa forma a Companhia é controlada em conjunto pela VSA e pelo CPP Investments. A Companhia obteve, em 25 fevereiro, um memorando de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). Maiores detalhes na Nota 31 - Eventos subsequentes. Em 23 de março de 2022, foi comunicado ao mercado que as ações da Companhia serão listadas, sob o ticker AURE3, no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e o início de negociação acontece no dia 28 de março de 2022. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo de 2021: 1.1.1 Principais eventos operacionais: (a) Reorganização societária - consolidação de ativos de energia e listagem de ações no Novo Mercado:** Em 18 de outubro de 2021, os acionistas controladores internos da VTRM, Votorantim S.A. ("VSA") e CPP Investments, celebraram um memorando de entendimentos não vinculativo para reorganização societária visando (i) a consolidação de determinados ativos de energia, pelo qual os acionistas da VTRM acordaram em exercer seus votos para combinar as operações de forma reversa, onde a VTRM incorpora os saldos de sua acionista VGE e, (ii) a obtenção pela VTRM do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Nos termos do acordo firmado entre VSA e CPP Investments, a reorganização estava prevista para ocorrer em duas etapas que são denominadas "Operação VTRM" e "Operação CESP": **Operação VTRM: (a)** Contribuição de ativos por meio da incorporação reversa da VGE pela VTRM, de forma que a VTRM passe a deter participação nos seguintes ativos: **(i)** participação de 50% do capital social da empresa Pinheiro Machado Participações S.A. ("Pinheiro Machado"), cujos ativos de geração incluem a UHE Machadinho (Consórcio Machadinho), correspondentes a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(iii)** participação de 66,6667% do capital social da Polaria S.A. ("Polaria"), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **e (iv)** participação de 100% do capital social da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão. Em consequência da incorporação reversa da VGE, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM a serem atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA. **(b)** Em seu ato subsequente, a contribuição de caixa por meio da realização de aumento do capital social da VTRM, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelo CPP Investments, no montante de R$ 1,5 bilhão, mediante a emissão de 365.803.013 novas ações atribuídas ao CPP Investments; Após a implementação da Operação VTRM, VSA e CPP Investments passam a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente. **Operação CESP: (a)** Abertura de capital da VTRM e listagem no Novo Mercado, através da submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" à CVM e listagem no Novo Mercado da B3, sendo a efetiva listagem e negociação de ações da VTRM no Novo Mercado, condicionadas à conclusão da etapa Operação CESP; **(b)** Incorporação das ações de emissão da CESP pela VTRM, de forma que a CESP passe a ser subsidiária integral da VTRM, mediante a entrega aos acionistas não controladores da CESP de novas ações ordinárias e preferenciais resgatáveis de emissão da VTRM, em substituição às ações incorporadas de emissão da CESP de que sejam titulares. Após a implementação da Operação VTRM e Operação CESP, é esperado que a VSA, o CPP Investments e os acionistas não controladores detenham participações societárias de aproximadamente 37,74%, 31,94% e 30,32% no capital social da VTRM, respectivamente (a serem confirmados conforme os valores atualizados na data das transações). Os detalhes em relação às etapas da reorganização societária após 31 de dezembro de 2021 estão descritos na nota 31.1 - Eventos Subsequentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2022. **2.2 Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R$"). **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A controlada indireta CESP Comercializadora, revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom de IPCA do período. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
6	Contas a receber de clientes
11	Imobilizado
12	Intangível
16	Contratos futuros de energia
18	UBP - Uso do bem público
19	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos
20	Provisão de ressarcimento
21	Provisões
22	Benefícios de pós-emprego

2.5 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Operação em conjunto (*joint operation*):** Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. As controladas da Companhia integrantes dos consórcios eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto as empresas Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcios"). Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos de uso comum, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, a linha de transmissão e a rede média tensão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas. **2.6 Reapresentação espontânea de saldos comparativos:** Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Companhia optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde antes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial. Estas alterações não afetaram as demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e demonstração de mutações do patrimônio líquido.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em práticas operacionais e contábeis. **3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

4. Investimentos: Política contábil: As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da VTRM são classificados como acionista não controlador no Patrimônio Líquido. *Impairment* **e Investimento (ágio):** Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são reversíveis. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperado dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

(a) Composição:

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%) 2021	Percentual de participação total (%) 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Resultado de equivalência patrimonial 2020	Controladora Saldo 2021	Controladora Saldo 2020
Controladas								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	444.388	(128.726)	100,00	100,00	(128.726)	(37.659)	444.388	540.364
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	303.310	26.323	100,00	100,00	26.323	19.463	303.310	321.448
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	87.050	(2.376)	100,00	100,00	(2.376)	(2.474)	87.050	46.699
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	100.017	(812)	51,00	100,00	(812)	(25)	100.017	551
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	93.664	(1.355)	100,00	100,00	(1.355)	(8)	93.664	456
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	28.626	(321)	51,00	100,00	(321)	(9)	28.626	406
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	253	(86)	100,00	100,00	(86)	(11)	253	340
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	994	(5)	100,00	100,00	(5)	–	994	–
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. (ii)	39.701	(931)	50,00	50,00	(417)	–	19.851	–
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. (ii)	39.504	(834)	50,00	50,00	(369)	–	19.752	–
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. (ii)	39.561	(938)	50,00	50,00	(433)	–	19.781	–
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (ii)	39.702	(776)	50,00	50,00	(341)	–	19.851	–
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A. (ii)	39.556	(798

...continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da VTRM Energia Participações S.A.**

5. Imobilizado: Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido da CESP. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme quando é provável que lógo gerar benefícios econômicos futuros associados aos itens e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil-econômica restante do ativo relacionado. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil-econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil-econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(a) Composição e movimentação:

	Controladora											Consolidado	
	2021	2020						Desmobilização				2021	2020
	Obras em andamento	Obras em andamento	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Aerogeradores	de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício													
Custo	159.969	–	273.472	2.068.885	2.525.716	8.069.394	2.738.398	206.010	6.984	5.179	179.970	16.074.008	15.920.554
Depreciação acumulada	–	–	(15.921)	(1.440.742)	(1.579.669)	(3.862.435)	(434.304)	(36.333)	(4.885)	(2.966)	–	(7.377.255)	(6.907.458)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	–	–	858.924	–	312.619	(982.722)	–	–	–	–	–	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	–	–	(55.414)	–	(63.380)	58.638	–	–	–	–	–	(60.156)	(31.066)
Saldo líquido no início do exercício	159.969	–	1.061.061	628.143	1.195.286	3.282.875	2.304.094	169.677	2.099	2.213	179.970	8.825.418	9.170.851
Adições (i)	3.759	159.969	–	–	675	–	–	49.858	–	–	723.336	773.869	176.001
Baixa	–	–	(4)	(2.651)	(5.510)	–	–	–	–	–	(1.655)	(9.820)	(10.365)
Depreciação	–	–	(5.760)	(51.336)	(44.790)	(223.708)	(118.685)	(16.338)	(442)	(139)	–	(461.198)	(469.797)
Amortização de ajuste a valor justo	–	–	(28.316)	–	(25.757)	24.874	–	–	–	–	–	(29.199)	(29.090)
Reversão (provisão) de *impairment* (Nota 11(c))	–	–	–	–	–	50.932	–	–	–	–	–	50.932	7.589
Transferências (ii)	(160.397)	–	–	265	15.302	–	–	–	–	–	(176.800)	(161.233)	(19.771)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	–	–	(7.679)	(808)	–	–	–	–	–	–	–	(8.487)	–
	3.331	159.969	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	724.851	8.980.282	8.825.418
Custo	3.331	159.969	265.789	2.065.691	2.536.183	8.120.326	2.738.398	255.868	6.984	5.179	724.851	16.719.269	16.074.008
Depreciação acumulada	–	–	(21.681)	(1.492.078)	(1.624.459)	(4.086.143)	(552.989)	(52.671)	(5.327)	(3.105)	–	(7.838.453)	(7.377.255)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	–	–	858.924	–	312.619	(982.722)	–	–	–	–	–	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	–	–	(83.730)	–	(89.137)	83.512	–	–	–	–	–	(89.355)	(60.156)
Saldo líquido no final do exercício	3.331	159.969	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	724.851	8.980.282	8.825.418
Taxas médias anuais de depreciação - %			3	3	5	2	5	10	20	20			

(i) Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados no imobilizado durante o exercício, representouo o montante de R$ 28.413. Não houve capitalização de juros no período comparativo. **(ii)** A VTRM transferiu o montante de R$ 160.397 de seu ativo imobilizado em andamento, sob a forma de aporte de capital, para as empresas controladas de Piauí I e III, conforme nota 1.1.2 (b), o montante de R$ 836 são transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para a classe de "Softwares" do intangível, totalizando R$ 161.233 de transferências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Intangível: Política contábil: Direitos sobre recursos naturais: Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. ***Softwares:*** As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente associados aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **Repactuação risco hidrológico:** Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença. A Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as generadoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de usinas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor*, ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a fins de realização de benefícios de negócios de acordo com o método de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios de onde o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização ANEEL e *Purchase Price Allocation*. **Uso do Bem Público - UBP:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), ou contrato é acertado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente. A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. **Direito de outorga:** O Decreto nº 81.689, de 19 de maio de 1978, outorgou à controlada Cesp a concessão (direito de outorga) para o aproveitamento da energia hidráulica por meio da Usina de Jupiá e a confluência do rio Paranapanema, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (UHE Porto Primavera). O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela Aneel e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica. A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

(a) Composição e movimentação

	Controladora												Consolidado	
	2021			2020								2021	2020	
	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	Total	Direitos de exploração e de recursos naturais	Direitos de exploração e de recursos naturais	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	*Softwares*	Direitos de outorga	UBP	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício														
Custo	123.261	–	123.261	–	168.022	17.633	96.778	26.134	27.149	1.398.703	171.966	5.396	1.911.781	1.795.564
Amortização acumulada	(294)	–	(294)	–	(6.476)	(1.616)	(14.220)	(10.251)	(19.752)	(78.279)	(10.419)	–	(141.013)	(75.120)
Saldo líquido no início do exercício	122.967	–	122.967	–	161.546	16.017	82.558	15.883	7.397	1.320.424	161.547	5.396	1.770.768	1.720.444
Adições (i)	87.665	74.637	162.302	123.267	87.665	–	–	781.974	–	–	11.153	75.427	956.219	126.140
Amortização	(3.521)	–	(3.521)	(294)	(4.801)	–	–	(34.693)	(4.375)	(46.623)	(5.763)	–	(96.255)	(60.264)
Amortização de ágio	–	–	–	–	–	(564)	(5.196)	–	–	–	–	–	(5.760)	(5.758)
Provisão de *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	(299.452)	–	–	–	–	(299.452)	(9.794)
Empresas adquiridas incluídas na consolidação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	40.076	40.076	–
Transferências (ii)	–	–	–	–	–	–	–	–	4.016	–	–	(3.180)	836	–
Saldo final do exercício	207.111	74.637	281.748	122.967	244.410	15.453	77.362	463.712	7.038	1.273.801	166.937	117.719	2.366.432	1.770.768
Custo	210.926	74.637	285.563	123.261	255.687	17.633	96.778	508.656	31.165	1.398.703	183.119	117.719	2.609.460	1.911.910
Amortização acumulada	(3.815)	–	(3.815)	(294)	(11.277)	(2.180)	(19.416)	(44.944)	(24.127)	(124.902)	(16.182)	–	(243.028)	(141.142)
Saldo líquido no final do exercício	207.111	74.637	281.748	122.967	244.410	15.453	77.362	463.712	7.038	1.273.801	166.937	117.719	2.366.432	1.770.768
Taxas médias anuais de amortização - %	3	4	3	3	3	–	4	5	3	3	2			

(i) As adições da controladora, ocorridas ao decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se aos custos com os direitos adquiridos relativos à exploração de recursos renováveis do projeto Jaíba V (nota 1.1.2 (e)). **(ii)** Transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para a classe de "Softwares" do intangível.

7. Empréstimos e financiamentos: Política Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição:

			Controladora			
				2021		
				Não circulante		
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total
Moeda nacional					
Debêntures	CDI+1,48%	1.464	(1.790)	300.000	299.674
		1.464	(1.790)	300.000	299.674

									Consolidado	
									2021	
			Circulante			Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
Moeda nacional									
BNDES	TJLP+2,53%	5.433	(7.217)	101.861	100.077	(66.333)	1.521.611	1.455.278	1.555.355
BNDES	TLP+4,56%	–	(72)	198	126	(18.824)	568.641	549.817	549.943
Debêntures	IPCA+4,61%/CDI+1,56%	38.011	(6.256)	77.001	108.756	(46.517)	2.543.337	2.496.820	2.605.576
		43.444	(13.545)	179.060	208.959	(131.674)	4.633.589	4.501.915	4.710.874

									Consolidado
									2020
			Circulante			Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
Moeda nacional									
BNDES	TJLP+2,54%	5.210	(7.214)	100.244	98.240	(73.517)	1.621.711	1.548.194	1.646.434
Debêntures	IPCA+4,62%/CDI+1,64%	32.464	(6.257)	4.530	30.737	(50.983)	2.123.500	2.072.517	2.103.254
		37.674	(13.471)	104.774	128.977	(124.500)	3.745.211	3.620.711	3.749.688

8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Política contábil: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As controladas de Piauí I, II e III e Araripe III, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.370	629.429	592.854	191.699
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(20.186)	(214.006)	(201.570)	(65.178)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	16.620	222.344	–	–
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos (Nota 15(b))	–	–	–	1.513.477
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(294)	3.543	(17.560)	(7.110)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	129	1.272	(20.081)	3.049
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	–	–	(44.207)	(12.053)
Incentivo fiscal	16	–	434	51.000
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	3.084	(17.773)	1.776	(24.414)
IRPJ e CSLL apurados	(631)	(4.620)	(281.208)	1.459.771
Correntes	50	(8.236)	(40.325)	(47.049)
Diferidos	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
IRPJ e CSLL no resultado	(631)	(4.620)	(281.208)	1.459.771
Taxa efetiva %	(1,06%)	(0,73%)	(47,43%)	760,97%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Prejuízos fiscal e base negativa	–	–	1.035.256	1.040.974
Provisão *impairment*	–	–	588.560	508.951
Provisão ativo regulatório	–	–	461.031	461.031
Provisão para processos judiciais	–	–	451.982	594.407
Atualização de benefícios pós-emprego	–	–	74.085	–
Contratos futuros de energia	–	–	2.790	7.291
Hedge accounting	–	–	4.318	3.355
Outras provisões	–	–	72.149	78.745
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	–	–	(254.587)	–
Atualização de saldo de depósitos judiciais	–	–	(18.291)	(66.781)
Reconhecimento e realização de ágio	(14.136)	(17.512)	(34.445)	(43.779)
Alienação de investidas	(4.057)	–	(4.774)	–
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios de pós-emprego (i)	–	–	532.985	820.209
Custo atribuído de imobilizado	–	–	458.615	473.762
Hedge accounting	–	–	–	32.080
Líquido	(330.998)	(330.317)	3.056.869	3.597.442
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	–	–	3.408.893	3.954.680
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(330.998)	(330.317)	(352.024)	(357.238)

(i) Tais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e não ocorrer no curso normal do negócio.

9. Provisões: Política contábil: As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação:

					Consolidado
					2021
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributários	Total
Saldo no início do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306
Atualizações	160.708	5.595	1.132	81	167.516
Provisão/(reversão)	(476.717)	(4.764)	54.611	1.177	(425.693)
(–) Pagamentos	(135.426)	(22.115)	(3.021)	(155)	(160.717)
Saldo no final do exercício	1.164.728	92.104	66.909	5.671	1.329.412

					Consolidado
					2020
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributários	Total
Saldo no início do exercício	1.226.716	138.597	443.627	5.435	1.814.375
Atualizações	260.006	16.923	38.339	489	315.757
Provisão/(reversão)	202.164	(1.925)	(466.622)	(1.212)	(266.595)
(–) Pagamentos	(72.723)	(40.207)	(2.157)	(144)	(115.231)
Saldo no final do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306

10. Benefícios pós-empregado: A controlada CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997. **Política contábil:** Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R)/IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

(a) Demonstração do passivo atuarial:

				Consolidado
				2021
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente (c)	–	1.564	188	1.752
Custo do serviço passado	–	1.861	–	1.861
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes	–	1.179	–	1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos)/perdas atuariais (d)	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Juros sobre ativos do plano (c)	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes	–	(1.179)	–	(1.179)
Contribuições do patrocinador	–	(527)	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano (d)	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Total do passivo líquido	1.645.163	95.521	44.815	1.785.499

				Consolidado
				2020
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Custo do serviço corrente (c)	–	(667)	178	(489)
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	388.022	63.703	9.082	460.807
Contribuições de participantes	–	2.468	–	2.468
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
(Ganhos)/perdas atuariais (d)	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
Obrigação total no exercício	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.818.057)	(949.467)	(98.938)	(5.866.462)
Juros sobre ativos do plano (c)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes	–	(2.468)	–	(2.468)
Contribuições do patrocinador	–	(905)	(425)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano (d)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Saldo inicial do superávit irrecuperável	–	37.644	–	37.644
Juros sobre o superávit irrecuperável (c)	–	2.695	–	2.695
Mudança de superávit irrecuperável durante o exercício (d)	–	(40.339)	–	(40.339)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido	–	–	–	–
Total do passivo líquido	2.150.653	183.518	78.208	2.412.379

11. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado. A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

		Consolidado
	2021	2020
Receita bruta		
ACR		
Leilão de Energia Reserva (LER)	87.629	87.689
Leilão de Energia Nova (LEN)	385.291	392.147
Provisão de ressarcimento (20 (c))	(192.724)	(91.598)
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	522.038	498.445
Energia de curto prazo	72.489	55.296
	874.723	917.112
ACL		
Contratos bilaterais	1.677.580	1.601.669
Operações de *trading*	363.742	112.152
Partes relacionadas (Nota 23)	109.172	68.215
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	22.670	18.066
	2.173.164	1.800.102
Venda de energia	3.047.887	2.717.214
Instrumentos financeiros derivativos	(114.905)	(116.295)
Venda de crédito de carbono	17.028	–
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	–	7.190
Outras receitas	3.342	2.753
	(94.535)	(106.352)
	2.953.352	2.610.862
Deduções sobre a receita bruta		
COFINS sobre receitas operacionais	(219.680)	(187.801)
PIS sobre receitas operacionais	(47.124)	(40.198)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(37.618)	(51.389)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(15.706)	(15.098)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(1.773)	(2.579)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(7.180)	(6.656)
Imposto sobre serviços - ISS	(157)	(84)
	(329.238)	(303.805)
Receita líquida	2.624.114	2.307.057

12. Custos e despesas:

					Controladora
			2021		2020
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Indenização de seguro	–	–	–	–	–	–
Serviços de terceiros	(21.852)	(8.591)	(30.443)	(16.693)	–	(16.693)
Benefícios a empregados	(3.878)	–	(3.878)	(3.039)	–	(3.039)
Impostos, taxas e contribuições	(152)	(4.278)	(4.430)	(18)	–	(18)
Administradores	(2.701)	–	(2.701)	(4.205)	–	(4.205)
Depreciação e amortização	(3.604)	–	(3.604)	(377)	–	(377)
Venda de crédito de carbono	–	–	–	–	3.482	3.482
Outras despesas	(2.747)	(2.486)	(5.233)	(1.515)	(6)	(1.521)
	(34.934)	30.989	(4.036)	(25.847)	3.476	(22.371)

					Consolidado
					2021
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Energia comprada	(1.129.626)	–	–	–	(1.129.626)
Repactuação de risco hidrológico	781.974	–	–	–	781.974
Depreciação e amortização	–	(552.596)	(10.132)	3.733	(558.995)
Reversão da provisão para litígios	–	–	–	425.693	425.693
Reversão (provisão) de *impairment*	–	–	–	(248.520)	(248.520)
Encargos da rede de uso elétrica	(199.109)	–	–	–	(199.109)
Serviços de terceiros	–	(22.881)	(65.998)	(8.591)	(97.470)
Benefícios a empregados	–	(23.835)	(61.003)	–	(84.838)
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	(60.256)	(60.256)
Serviços de operação e manutenção - O&M	–	(51.407)	–	–	(51.407)
Indenização de seguro	–	–	–	46.253	46.253
Amortização de ágio	–	–	–	(34.959)	(34.959)
Materiais, manutenção e conservação	–	(11.724)	(3.253)	–	(14.977)
Contratos futuros de energia	–	–	–	13.235	13.235
Administradores	–	–	(11.493)	–	(11.493)
Aluguéis e arrendamentos	–	(9.231)	(958)	–	(10.189)
Seguros	–	(4.972)	(4.390)	–	(9.362)
Impostos, taxas e contribuições	–	(1.199)	(3.578)	(4.278)	(9.055)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	–	–	–	(7.607)	(7.607)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	–	(4.831)	(7.792)	9.118	(3.505)
	(546.761)	(682.676)	(168.597)	133.821	(1.264.213)

continua→

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da VTRM Energia Participações S.A.

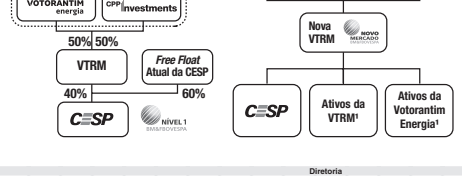
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Consolidado 2020 Total
Energia comprada	(609.489)	–	–	–	(609.489)
Depreciação e amortização	–	(522.896)	(8.844)	(77)	(531.817)
Reversão da provisão para litígios	–	–	–	266.644	266.644
Reversão (provisão) de *impairment*	–	–	–	7.589	7.589
Encargos da rede de uso elétrica	(169.861)	–	–	–	(169.861)
Serviços de terceiros	–	(12.617)	(47.331)	–	(59.948)
Benefícios a empregados	–	(24.123)	(48.028)	–	(72.151)
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	(63.284)	(63.284)
Serviços de operação e manutenção - O&M	–	(44.021)	–	–	(44.021)
Amortização de ágio	–	–	–	(34.848)	(34.848)
Materiais, manutenção e conservação	–	(4.633)	(1.437)	–	(6.070)
PDV - Programa de demissão voluntária	–	(3.578)	(11.420)	–	(14.998)
Contratos futuros de energia	–	–	–	(21.444)	(21.444)
Administradores	–	–	(12.970)	–	(12.970)
Aluguéis e arrendamentos	–	(7.867)	(1.643)	–	(9.510)
Seguros	–	(1.075)	(8.530)	–	(9.605)
Impostos, taxas e contribuições	–	2.737	(3.822)	–	(1.085)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	–	–	–	(4.206)	(4.206)
Venda de crédito de carbono	–	–	–	3.482	3.482
Outras (despesas) e receitas, líquidas	–	(10.353)	(7.029)	12.022	(5.360)
	(779.350)	(628.426)	(151.054)	165.878	(1.392.952)

13. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.326	3.817	60.438	32.272
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	22.387	–	22.758	3.132
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	–	–	9.221	7.623
Atualização monetária sobre ativos	–	–	2.639	1.223
Outras receitas financeiras	136	46	23	54
	30.849	3.863	95.079	44.304
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.464)	–	(254.894)	(227.464)
Atualização monetária sobre debêntures	–	–	(200.852)	(60.054)
Atualização monetária sobre provisões para litígios	–	–	(167.516)	(315.757)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	–	–	(158.122)	(59.622)
Capitalização de juros sobre empréstimos - CPC 20	–	–	28.413	–
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	–	–	(22.500)	–
Apropriação de custos de captações	–	–	(13.739)	(26.333)
Baixa de depósitos judiciais	–	–	(14.929)	(23.652)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	(10.455)	–	(11.009)	(1.208)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	–	–	(10.354)	(13.819)
Atualização monetária sobre arrendamentos	–	–	(8.877)	(9.066)
Ajuste a valor presente sobre UBP	–	–	(5.631)	(6.791)
Atualização monetária sobre fornecedores	(3.457)	(617)	(3.457)	(617)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(393)	(5.347)	(1.606)	(6.516)
Outras despesas financeiras, líquidas	(556)	(51)	(17.053)	(15.811)
	(16.325)	(6.015)	(862.126)	(766.710)
	14.524	(2.152)	(767.047)	(722.406)

14. Eventos subsequentes: 14.1 Reorganização societária decorrente das Operações VTRM e CESP: Conforme mencionado no item 1.1.1 (g) a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3. Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: CBA, Votorantim Cimentos e Nexa Resources assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia.

A seguir, um quadro ilustrativo de como aconteceu esta transação de reestruturação societária:



A consolidação pretende acontecer por meio de duas etapas principais as quais detalhamos nos tópicos seguintes. **Operação VTRM: a) Incorporação reversa VGE:** Em 03 de fevereiro de 2022 a VTRM incorporou de forma reversa a VGE e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação: **(i)** Participação de 50% do capital social da Pinheiro Machado, cujo ativo de geração inclui UHE Machadinho, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia, cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(iii)** Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix, cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; **(iv)** Participação de 100% do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão. Em consequência desta incorporação reversa, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE foram canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM e atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela VTRM, foram emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA ("Novas Ações VTRM"). O valor econômico atribuído (*equity value*) aos Ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM) foi de aproximadamente R$ 2,7 bilhões, o que correspondeu a um aumento no capital social da VTRM de R$ 1,2 bilhões, correspondente ao valor contábil dos ativos incorporados na data-base da avaliação e, R$ 1,5 bilhões que foi registrado como reserva de capital e cujos valores tiveram como base laudo de avaliação do valor justo dos ativos incorporados emitido por assessor independente. Abaixo segue resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE:

Incorporação reversa	Valor
Ativos remanescentes de VGE	1.262.087
Passivos remanescentes de VGE	(67.081)
Valor justo econômico de VGE	1.503.475
	2.698.481

b) Aporte de capital pelo CPP Investments: Ainda em 03 de fevereiro de 2022, houve aumento de capital social da VTRM no montante R$ 1,5 bilhão, com a emissão de 365.803.013 novas ações, totalmente subscritas pelo CPP Investments, com integralização em moeda corrente nacional. Após a implementação da Transação VTRM, VSA e CPP Investments passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente. **Operação CESP: a) Registro da VTRM como companhia aberta e Listagem no Novo Mercado:** Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). A Listagem no Novo Mercado da Companhia está condicionada à eleição dos conselheiros independentes e dos membros do Comitê de Auditoria da VTRM e à operacionalização da Incorporação de Ações da CESP. **b) Proposta de incorporação de Ações da CESP pela VTRM:** Como ato subsequente à abertura de capital da VTRM, e de modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da "Nova VTRM", foi apresentada uma proposta para a incorporação de ações, com a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM, e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, dessas novas ações. Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP a aprovou a criação de um Comitê Especial independente da controlada CESP ("Comitê") que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, teve por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela VSA e pelo CPP Investments para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela VTRM. O Comitê foi composto por: (a) um administrador escolhido pela maioria do conselho de administração da controlada CESP; (b) um conselheiro eleito pelos acionistas não-controladores da CESP; e (c) um terceiro, administrador ou não, escolhido em conjunto pelos outros dois membros. O Comitê concluiu junto à Administração da VTRM as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da VTRM no âmbito da incorporação de ações da CESP ("Relação de Substituição"), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição. A relação de substituição foi livremente negociada entre a Administração da VTRM e o Comitê e incluiram as seguintes premissas: (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na VTRM - excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM - foi de aproximadamente R$ 2,8 bilhões; (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos pelo CPP Investments na VTRM foi de R$ 1,5 bilhão; (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à VTRM - sem considerar a participação detida pela VTRM na CESP e os efeitos da operação - foi de aproximadamente R$ 4,5 bilhões; (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria); (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e (vi) o valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela VTRM, dos investidores não residentes por força da operação. Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores, recebem, para cada 1 ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis. Como a reorganização societária contempla a entrega, aos acionistas da controlada CESP, de ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da VTRM, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de aproximadamente R$ 78,5 milhões, a VTRM passará a ter a seguinte estrutura societária final (sujeito à confirmação em razão do exercício do direito de retirada assegurado aos acionistas não controladores da CESP que não concordarem com os termos da presente incorporação de ações da CESP):

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,32%
Total	4.253.509.378	100,00%

Em 15 de fevereiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controlada CESP ("AGE"), tendo sido aprovada, a realização da incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP por sua controladora VTRM, excluídas as ações que sejam de titularidade da VTRM, que estejam na tesouraria da CESP ou que sejam objeto do exercício do direito de retirada dos acionistas da CESP ("Incorporação de Ações"), no contexto da reorganização societária. A Incorporação de Ações é realizada nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CESP - Companhia Energética de São Paulo pela VTRM Energia Participações S.A." ("Protocolo e Justificação"), celebrado entre CESP e a VTRM. Com a implementação da Incorporação de Ações, a CESP passa a ser subsidiária integral da VTRM, com todas as ações de sua emissão detidas pela VTRM, e os acionistas da Companhia recebem, em substituição às ações incorporadas de emissão da Companhia de sua titularidade, conforme descrito anteriormente, sendo que as ações preferenciais resgatáveis serão compulsória e imediatamente resgatadas na Data do Fechamento (25 de março de 2022), com pagamento em dinheiro aos acionistas em data a ser comunicada em aviso próprio ("Resgate"). **c) Grupamento de ações:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022, foi ratificado o desdobramento de ações da VTRM, uma das condições suspensivas previstas nos termos do Protocolo e Justificação, proposto na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2022, de modo que cada 4,253509378 ações da VTRM fossem agrupadas em 1 ação, sem alteração da cifra do capital social da VTRM. Com isso, o capital social da VTRM passa a ser composto por 696.782.949 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como consequência, em lugar da quantidade mencionada no item anterior, os acionistas não controladores da CESP recebem para cada 1 ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: **(i)** 1,544114302635 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; **(ii)** 0,022434625149 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis. **d) Resgate de Ações Preferenciais da CESP e direito de retirada pelos acionistas não controladores:** A VTRM realizará, contra a conta de reserva de capital, o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis da CESP, com pagamento em dinheiro, em momento imediatamente subsequente à sua emissão. Considerando a relação de substituição proposta e aprovada em assembleia geral extraordinária da controlada CESP a respeito da incorporação de ações da CESP pela VTRM, foi assegurado aos acionistas da CESP que não tenham aprovado a Incorporação de Ações, seja por rejeição, abstenção ou não comparecimento à AGE, o direito de se retirarem da Companhia, nos termos dos artigos 137, 252, § 2º e 264, § 3º, da Lei das S.A.. Os acionistas poderam exercer o direito de retirada em relação à totalidade ou parte das ações de emissão da CESP, das quais, comprovadamente, eram titulares, sob pena de decadência, no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da AGE, ou seja, até o dia 18 de março de 2022. Encerrado esse prazo de 30 dias, a Companhia apurou que nenhum acionista exerceu o direito de retirada e, consequentemente, nenhum valor será pago pela Companhia a título de reembolso. Com isso, remanescem pendentes para a consumação da Incorporação de Ações o implemento de determinadas condições suspensivas, incluindo, dentre outras condições usuais para este tipo de operação: (i) admissão de suas ações à negociação no Novo Mercado, condicionado à implementação do resgate das novas ações preferenciais de emissão da VTRM.

Diretoria

Fábio Rogério Zanfelice - Diretor Presidente

César Augusto Conservani - Diretor

Contador

Rafael Reva - CPF: 042.236.189-54 - CRC: PR-053271-O

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aurenenergia.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de março de 2022, sem modificações.

Paraná inicia segunda etapa da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Nesta semana, o Paraná entra na segunda fase do programa Uma Abordagem Territorial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A primeira aconteceu entre 2019 e 2021 e levantou as ações necessárias para o Estado alcançar os ODS. Esta segunda envolve a implementação das ações e será executada por meio de reuniões online a partir da segunda-feira (28) e até quinta (31). A abertura das agendas foi realizada em uma solenidade virtual.

Intitulada Fact-finding Mission, ou missão de sondagem, esta nova fase inclui eventos que terão como foco entrevistas com atores-chave de todos os setores da sociedade paranaense para levantamento das ações em prol dos ODS que podem contribuir para a aceleração da Agenda 2030 no Estado. Além de secretarias de Estado, serão entrevistados representantes do setor privado, instituições federais, acadêmicos, representantes de municípios, associações regionais de municípios e representantes da sociedade civil organizada.

A expectativa é que essa interlocução sirva para a priorização das recomendações feitas pela OCDE na primeira fase do programa, realizada entre 2019 e 2021 e, também, para a elaboração de um plano de trabalho de implementação dos ODS em uma perspectiva integrada com os diversos setores. Promovido pelo Governo do Estado, por meio da Superintendente Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (GDES), os quatro dias de evento consistem em sessões de apresentações de projetos e de entrevistas reservadas.

"Somos o único Estado que tem conseguido implantar políticas públicas desenvolvidas pelos países desenvolvidos. Muitos dos índices da OCDE mostram o Paraná, inclusive, à frente. Essa é uma demonstração de que estamos no caminho de busca pela qualidade de vida, pelo desenvolvimento econômico, social e ambiental. Isso nos deixa muito orgulhosos", afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior, que preside o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes).

A OCDE é uma organização internacional integrada por países-membros que se empenham em promover padrões internacionais que permeiam questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e também ambientais.

O Paraná é o primeiro Estado brasileiro a fazer parte do Programa da OCDE, junto com outras nove regiões e cidades de diferentes países, desde 2019. A primeira fase do programa teve como um dos resultados o relatório lançado em junho de 2021, contendo recomendações ao Governo do Estado para aceleração da implementação local da Agenda 2030.

Além disso, o relatório destacou que energia sustentável, proteção ambiental e redução de desigualdades são alguns aspectos que fazem do Paraná um exemplo mundial no desenvolvimento sustentável.

O estudo "Uma Abordagem Territorial para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Paraná" foi lançado durante a 4ª Mesa-Redonda da OCDE sobre Cidades e Regiões para os ODS, evento online realizado em junho de 2021. A pesquisa analisou de que forma o Paraná aderiu e aplicou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao longo de dois anos e destacou, ainda, que as políticas públicas do Governo estão voltadas ao desenvolvimento sustentável desde a década de 1990.

Nos últimos anos, o Estado passou a utilizar os ODS como guia para melhorar as áreas da saúde, educação e segurança, além de diminuir a desigualdade social entre diferentes partes do território. Na parte ambiental, a pesquisa também aponta que os pontos fortes do Paraná são a qualidade do ar, a preservação da água e a proteção costeira. Neste último quesito, por exemplo, o Estado supera as médias da OCDE e do Brasil: enquanto o Estado tem 51% das áreas costeiras protegidas, o País tem 36% e a OCDE, 20%.

Outros destaques do Paraná em comparação a outros estados estão na educação, no mercado de trabalho e em indicadores econômicos, com uma performance que supera em mais de 70% a média brasileira. Grande parte desses resultados é fruto da atuação do Cedes, órgão responsável pela implementação da Agenda 2030 no Estado. Além do Paraná, também foram lançados relatórios sobre a província de Córdoba, na Argentina, e da cidade de Kitakyushu, no Japão.

Para implementar os objetivos da agenda no Estado, o Cedes criou a Estratégia Paraná de Olho nos ODS, que tem como foco o planejamento, a execução e o monitoramento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Entre as ações da Estratégia estão o desenvolvimento de um diagnóstico estadual e municipal, a captação de recursos e prospecção de boas práticas adotadas pelo mundo e a mensuração do retorno social das ações realizadas através de indicadores globais.

Uma dessas ações foi citada como boa prática no estudo da OCDE: a parceria entre o Cedes e o Tribunal de Contas do Paraná para monitorar e avaliar a incorporação dos ODS no planejamento orçamentário do Estado. "Sabemos o Paraná que queremos no futuro e estamos trabalhando muito para chegar lá", acrescentou a vice-presidente.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compõem a Agenda 2030 – uma agenda de desenvolvimento proposta pela ONU em 2015 para guiar boas práticas dos países para os próximos 15 anos. Ela integra 17 objetivos, entre eles a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, energia renovável, educação de qualidade, crescimento econômico. A proposta é que sociedade, empresas e governo atuem juntos para cumprir os objetivos. (AENPR)

Dólar tem primeira alta após oito quedas e fecha a R$ 4,77

Num dia de correção no mercado internacional e em meio a expectativas em torno dos juros internos, a cotação do dólar teve a primeira alta após oito quedas consecutivas. A bolsa de valores caiu, pressionada pela troca de comando na Petrobras.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (28) vendido a R$ 4,773, com alta de R$ 0,025 (+0,53%). A cotação chegou a R$ 4,81 na máxima do dia, pouco antes das 12h, mas desacelerou durante a tarde.

Apesar do resultado, o dólar acumula queda de 7,43%, em março, e de 14,41%, em 2022.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela tensão. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 118.738 pontos, com recuo de 0,29%. O indicador chegou a cair 0,86% no pior momento da sessão, por volta das 11h20, e operou próximo da estabilidade durante a tarde, mas encerrou em baixa, influenciado pelas ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa.

Até o fechamento do mercado, a troca de comando do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, ainda não tinha sido confirmada. Notícias sobre a demissão, no entanto, começaram a circular perto do horário de fechamento, influenciando as ações da estatal.

As ações ordinárias da Petrobras (com direito a voto em assembleia de acionista) caíram 2,97%. Os papéis preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) recuaram 2,41%.

O mercado financeiro global teve um dia de correção. O dólar valorizou-se em todo o planeta, com os investidores apostando que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) pode intensificar o ritmo de alta dos juros por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia. Os preços internacionais do petróleo caíram 7% após a China anunciar lockdown na região metropolitana de Xangai por causa do aumento de casos de covid-19.

No mercado interno, declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a autoridade monetária pode encerrar o ciclo de alta dos juros em maio pressionaram para cima a cotação do dólar. Em evento no fim da semana passada, ele disse que o BC poderia interromper a alta da Selic (juros básicos da economia) quando a taxa chegasse a 12,75% ao ano, o que está previsto para ocorrer na próxima reunião do Comitê de Política Monetária. (Agencia Brasil)

Ministro reafirma compromissos do Brasil para tornar-se membro da OCDE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmou na segunda-feira (28) os compromissos do Brasil com as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em reunião com o secretário-geral da entidade, Mathias Cormann, em Paris, Guedes mencionou os esforços do governo para avançar no processo de adesão do país ao grupo, que reúne as economias mais industrializadas do planeta.

Segundo o Ministério da Economia, Guedes destacou que a acessão do Brasil à OCDE contribuirá de forma positiva ao processo de modernização econômica e regulatória em curso no Brasil. O ministro apontou o trabalho realizado pelo Ministério da Economia nas áreas tributária, financeira e de investimentos.

Em janeiro, a OCDE formalizou o convite para que o Brasil faça parte da organização. Segundo o Ministério da Economia, o Brasil está em estágio avançado de convergência com a OCDE, tendo aderido a 104 dos 251 instrumentos normativos do organismo internacional.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais da pasta, o processo de adesão está mais acelerado que o de outros países convidados a integrar o grupo ou que atuam como parceiros-chave, como Argentina (51 instrumentos), Romênia (53), Peru (45), Bulgária (32) e Croácia (28).

Há duas semanas, o governo anunciou a redução gradual do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o câmbio, medida exigida dos países que querem integrar a OCDE. O tributo será diminuído em etapas, até ser zerado em 2028 para todas as operações cambiais.

Também em Paris, Guedes reuniu-se com o secretário-geral da Câmara Internacional do Comércio (CIC), John Denton. No encontro, o ministro mencionou a tramitação da agenda de reformas regulatórias e comerciais que pretendem diminuir a burocracia e estimular o comércio exterior. Ele também destacou a entrada de investimentos externos decorrente do programa de concessões. Segundo Guedes, nos últimos três anos, o país contratou R$ 1,1 trilhão em investimentos privados para as próximas décadas.

De acordo com o Ministério da Economia, Guedes informou que o Brasil continua comprometido com o desenvolvimento sustentável e mantém o interesse em concluir e assinar o Acordo de Comércio Mercosul–União Europeia. (Agencia Brasil)

Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

www.saraiva.com.br

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.jornalodiasp.com.br | http://www.saravari.com.br

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	472	28.482
Contas a receber de clientes	710	7.333
Estoques	18.852	45.649
Impostos e contribuições a recuperar	49.904	33.130
Outros ativos circulantes	5.255	7.376
Total do ativo circulante	75.193	121.970
Não Circulante		
Realizável a longo prazo	65.089	55.493
Depósitos judiciais	16.333	14.989
Impostos e contribuições a recuperar	47.312	38.866
Outros créditos	1.371	1.466
Despesas antecipadas	73	172
	65.089	55.493
Investimentos	127	127
Imobilizado	7.188	11.929
Direito de uso em arrendamento	73.281	101.532
Total do ativo não circulante	145.685	169.081
Total do Ativo	220.878	291.051

Passivo e Passivo a Descoberto	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Fornecedores	68.135	103.140
Empréstimos e financiamentos	31.387	33.831
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	17.167	18.985
Obrigações sociais e trabalhistas	3.289	5.370
Impostos e contribuições a recolher	1.109	1.025
Credores por recuperação judicial	15.645	9.248
Outros passivos circulantes	29.957	12.789
Total do passivo circulante	166.689	184.388
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	213.325	223.861
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	125.172	184.988
Credores por recuperação judicial	188.500	184.963
Outros passivos não circulantes	54.241	67.770
Total do passivo não circulante	581.238	661.582
Passivo a Descoberto		
Capital social	515.123	515.123
Prejuízos acumulados	(1.042.172)	(1.070.042)
Total do Passivo a Descoberto	(527.049)	(554.919)
Total do Passivo e Passivo a Descoberto	220.878	291.051

Demonstrações de Resultados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	88.883	246.525
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(53.537)	(170.234)
Lucro Bruto	35.346	76.091
Despesas Operacionais		
Vendas	(49.418)	(113.147)
Gerais e administrativas	(26.510)	(59.572)
Depreciações e amortizações	(19.142)	(43.138)
Outras despesas operacionais	(89.199)	(275.849)
Outras receitas operacionais	159.862	38.530
	(24.407)	(453.176)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	10.939	(377.085)
Resultado Financeiro	16.931	(29.988)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.870	(407.073)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	27.870	(407.073)

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício	27.870	(407.073)
Resultado Abrangente Total	27.870	(407.073)

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Passivo a Descoberto
Saldos em 31 de dezembro de 2019	515.123	(662.969)	(147.846)
Prejuízo do exercício	–	(407.073)	(407.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	515.123	(1.070.042)	(554.919)
Lucro do exercício	–	27.870	27.870
Saldos em 31 de dezembro de 2021	515.123	(1.042.172)	(527.049)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais – R$)

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	12.096	(15.906)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(172)	(519)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(39.934)	27.045
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(28.010)	10.620
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial	28.482	17.862
Saldo final	472	28.482
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(28.010)	10.620

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Resumidas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

:: 1. Contexto Operacional

A Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial ("Varejo"), é empresa do segmento de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação, controlada pela Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia"), sociedade anônima brasileira de capital aberto, listada na B3|BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa. A Controladora detém 99,99% das ações ordinárias do Varejo. O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 36 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

O Varejo e sua Controladora estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, o Varejo e sua Controladora apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Segundo Aditamento ao PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e submetido à homologação judicial. (Nota explicativa 27).

Em paralelo, o Varejo e sua Controladora mantêm ativas as iniciativas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Segundo Aditamento do PRJ, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades, por meio da inserção de uma cultura de restruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar o Varejo mais enxuto e eficiente sem comprometer a operação.

Impactos da COVID 19.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19, em decorrência do avanço da vacinação em massa, a Administração do Varejo mantém apenas as medidas sanitárias exigidas pelos órgãos da administração pública e Ministério da Saúde, observando atentamente a todas as orientações e protocolos de segurança definidos pelos governos estaduais. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confiando na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

:: 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. ***Declaração de conformidade***

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração do Varejo.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021.

2.2. ***Base de mensuração***

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. ***Moeda funcional e de apresentação***

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis é o real (R$).

2.4. ***Principais fontes de julgamento e estimativas***

A elaboração das demonstrações contábeis requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 10
e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 12
f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 16
g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 25

:: 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas a seguir são adotadas pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Receitas operacionais

As principais receitas estão correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contraprestação que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 (cinco) etapas, estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando o Varejo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e, somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando o Varejo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando extintos ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

d) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

e) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 10). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 10).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 11)

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos.

A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Controladora e o Varejo em condições que a Controladora e o Varejo não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados em um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Varejo considera evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, o Varejo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Varejo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

j) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

k) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 16.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente analisados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

l) Arrendamento mercantil – passivo de arrendamento

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 11)

m) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

• Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensados pelo prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

• Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante a ser recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

n) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida – programa de fidelização" pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

o) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

p) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos do Varejo, quando aplicável é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido.

q) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação (IAS 33) (Nota explicativa nº 25).

r) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

s) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Normas	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	1/1/2023
Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IRFS 2	Divulgação de políticas contábeis.	1/1/2023
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1/1/2023
Alterações à IAS 12	Tributos diferidos relacionados ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1/1/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual. Trata de esclarecimentos referentes a estrutura conceitual, sem mudanças relevantes. O Varejo avalia que não há impactos.	1/1/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido. Trata da proibição da dedução do custo do imobilizado de qualquer venda de itens produzidos internamente enquanto a empresa está preparando o ativo para o uso pretendido. O Varejo avalia que não há impactos.	1/1/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato. O Varejo está avaliando possíveis impactos.	1/1/2022

:: 4. Processo de Recuperação Judicial

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavirus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e do Varejo submeteu, em 6 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI's Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenoriza os meios de recuperação, é viável sob o ponto de vista econômico e está baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19.

O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e será submetido à homologação judicial.

Como medidas para a liquidação de parte substancial do passivo estão previstas:

i) A reestruturação do passivo;

ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e

iii) A alienação de UPI's: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Para o caso da alienação das UPI's, há Proposta Vinculante apresentada pela Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., assim definida como Primeiro Proponente e que garantirá a conclusão do processo competitivo, sazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 31).

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R$ 160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Plano Aditivo até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Há previsão de aceleração dos pagamentos após concluído o processo competitivo de alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores Quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R$5 e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A – Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2022 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a..

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	4.198	1.137	5.336
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	24.166	330.847	355.013
Total	28.364	331.984	360.349

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R$156.204 (R$142.221 em 31 de dezembro de 2020) foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (Nota explicativa nº 28), estão incluídos na Classe III considerando a garantia pessoal outorgada pela Holding e são apresentados nas demonstrações na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2020	AVP	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	31/12/2021
Dívida	613.117	–	(1.219)	14.855	968	627.721
Ajuste a valor presente	(276.685)	9.313	–	–	–	(267.372)
	336.432	9.313	(1.219)	14.855	968	360.349

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (http://www.saravari.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

:: 5. Eventos Subsequentes

Em 4 de março de 2022, por meio de Escritura Pública de Cessão de Crédito, Direitos e Outras Avenças, foram cedidos a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., pelo Banco do Brasil S.A., a totalidade dos créditos por ele detidos, contra a Companhia e o Varejo no processo de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 12).

Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. apresentou Proposta Vinculante para aquisição das UPI's i) Loja Shopping Ibirapuera, pelo valor de R$29,0 Milhões; e ii) Diretos Creditórios, pelo valor de R$54,3 Milhões; como Primeiro Proponente, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 foi aprovado pelos Credores o Segundo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Nota explicativa nº 27).

Diretoria

**Jorge

Lucas Eduardo
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/319L - Jucepar

244 veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

ONLINE
LEILÃO dia 29/03/2022
TERÇA-FEIRA
Leilão 14:00hs

41 3134-3450

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 307 2008 308 2013 2014 390 DLKE 2020 408 SEDAN 2011 2012 5008 2018 2019 A4 2010 ACCELO 2013 AGILE 2012 2014 AMAROK 2012 2014 ARGO 2018 ASTRA SEDAN 2008 2009 2 ASX: 2014 2011 2012 BRZ 135 2005 2006 BUGGO 2015 2016 BBLTALE 2012 2013 C3 2011 2012 C3 AIRCROSS 2012 2013 C4 LOUNGE 2018 2019 C5 2012 2013 CALCULONGE 2018 2019 C6 PALLAS 2007 2008 CAPTUR 2018 2019 CB 300 2011 CBR 600F 2016 CELTA 2009 2010 2010 2011 2007 2008 2009 2010 2009 2003 2004 2011 2012 2014 3 CG 150 2006 2005 2004 2 CG 160 2019 2018 2019 CLASSIC 2004 2005 3 CLIO: 2014 2015 2003 2004 2007 3 CORALT: 2018 2019 2012 2013 2014 COMPASS 2013 2014 2015 2006 2009 2012 2013 2014 COMPASS 2013 2014 2015 2006 2009 2012 2013 2014 CORSA: 2011 2012 1994 1995 2 CRV: 2010 2013 2014 D4 D4: 2013 2 DUCATO: 2019 2020 2014 DUSTER: 2015 3 ECOSPORT: 2013 2014 2013 2013 2014 ELANTRA: 2012 2013 2 ESCORT: 1996 1997 1999 2000 2 ETIOS: 2017 2018 2013 9 FIESTA: 2003 2004 2015 2011 1996 2013 2014 2008 2009 2011 2012 2013 2014 2 2 FIORINO: 2011 2012 2013 FOCUS: 2015 2016 2005 2013 2014 2001 2003 5 FOX: 2019 2020 2015 2012 2013 2009 2010 2013 2014 2 FUSION: 2006 2007 2013 16 GOL: 2006 2014 2015 2003 2012 2013 2004 2005 2006 2007 2002 1996 2002 2003 2008 2009 2016 2017 2012 2013 2012 2013 2008 GOLF 2013 2014 GRAND CHEROKEE 2014 2015 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2015 2016 2 HB20: 2017 2013 2014 2 HILUX: 2012 2013 2009 2010 2 I30: 2010 2011 2011 2012 JETTA: 2016 4 KA: 2014 2015 2 2017 2016 2017 2018 KADETT: 1997 KICKS: 2016 2017 2L200: 2014 2015 2016 2017 2 LOGAN: 2016 2017 2018 2019 3 MEGANE: 2007 2008 2012 2013 2012 2013 2012 2013 2012 2013 2012 2013 2 MERIVA: 2010 2011 2012 MONTANA: 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2 MOVE: 2015 2016 2017 2018 2019 2017 2018 2019 2 NIVUS: 2020 2021 2010 2011 2010 2011 POLO: 2014 2004 2005 2007 2008 3 PRISMA: 2018 2019 2012 2007 2008 PUNTO 2010 2011 8 1250 2020 RANGER: 2000 5 SANDERO: 2010 2014 2014 2017 2012 5 SANTA FE: 2014 2015 2008 SANTANA 1989 1990 2 S4/S4 TEIRO: 2017 2018 2019 5 SPACEFOX: 2010 2011 2013 2014 2009 2010 2010 2011 SPIN: 2018 2019 SPORTAGE: 2015 2016 4 STRADA: 2008 2007 2019 2020 2016 SX4: 2011 2012 T-CROSS: 2019 2020 2 TTILDA: 2010 2011 2010 2011 2 TUCSON: 2009 2010 2009 2010 6 106 UNO: 2009 2010 2012 2013 1995 1996 1998 2008 2009 2013 5 UP: 2014 2015 2017 2018 2016 2016 2017 2017 2018 VECTRA: 2009 2010 VERONA 1995 V-STROM: 2016 2017 X4 7: 2008 2010 2012 XC60 ROLDOFURTO: GOL 2012 2013 CROLLA 2006 2007

N° do Chassis: 1G12280 Recortado 2211280 53 Recortado 2B399336 Recortado 3C0105310 Recortado 3C0133625 Normal 34071814 Normal 3A0670129 Normal 3389489 0 Normal 3T1129050 Normal 3T2160273 Normal 4101513 4 Normal 4BB41724 Normal 4342340 Normal 4343222 Normal 5KE51416 Normal 5A615253 Normal 5358045 Normal 5B043021 Recortado 6B740787 Normal 7D079897 Recortado 7A021398 Normal 7B037385 Recortado 7L180043 Normal 8337806 Recortado 8A014117 Normal 8B569158 Normal 8C104315 Normal 8C211558 Normal 8F023125 Normal 8F0 1146 Normal 8F0 9472 Recortado 8B102432 Recortado 8B102438 Recortado 8B119944 Recortado 8R511930 Recortado 8T019250 Normal 9505358 Normal 9890058 4 Normal 9B424581 Normal 9B5862 6 Normal 9C4C1220 Normal 9C518159 Normal 9J006453 Normal 9M271547 Recortado 9P030197 Normal 9212630 1 Normal A0413633 Recortado A6310769 Normal A8007207 Normal A8206907 Normal A9 1755 Normal AC232671 Normal AL423197 Normal AP081317 Normal ac 2901458 Normal B5083445 Normal B5714176 Normal B8476318 Normal BB0009351 Normal BC4868641 Normal BG1846085 Normal BJ5111260 Normal BJ5411572 Normal BJ5419021 Normal BM0133131 Recortado BP0 7121 Recortado BR1026220 Recortado BR1134738 Recortado BR2134328 Recortado BR4 0716 4 2 9 Normal 3158403 Normal C6167179 Normal C7401347 Normal C7905105 Recortado C7 2 8 5 2 7 Normal CB549463 Normal CC2 8525 2 Normal CD043490 Normal CG6242 6 Normal CH8041 1 Normal CI195529 Normal CM8138 9 Normal CL3525 2 Normal CQ8383 2 Normal CR07074 8 Normal CP133968 Normal CT0445899 Normal CT0474777 Normal CU3582622 Normal DI 1259671 Normal DI035477 Normal DI1 6886 8 Normal DI6764480 Normal DT4412385 Normal DB0065421 Normal DB056698 Normal DB100827 Normal DB163693 Normal DB209956 Normal DB2487638 Recortado DC434445 Normal DD105726 Normal ED541 15 Recortado DE362166 Normal DM1008421 Recortado DM133875 Normal DR074804 Normal DP137549 Normal DP1 5730 1 Normal DT018017 Normal DT145868 Normal DT1785154 Normal E0120878 2 Recortado Normal E9240517 Recortado Normal E9 2 8 5 2 7 Normal EB071269 Normal ed 2131070 Normal EC2420409 Recortado EF063637 Normal EL7180 2 Normal EP055019 Normal EP056181 Normal ET007179 Normal FC2144042 Normal FF066154 Normal FF2207622 Recortado F3281139 Normal F4022784 Recortado F4054193 Normal F5572783 Normal F7752961 Normal F9854737 Normal F8990081 Recortado FB1501545 Normal FC123791 Recortado FF800047 Normal FG2622365 Normal FG013366 Normal FG2251831 Normal FJ743521 Normal FP1557788 Recortado FR000962 Normal FR300726 Normal FT021955 Normal FZ2284408 Remarcado GD6298 3 Normal G0723335 Normal GC267116 Normal GI140741 Normal GI2857880 Recortado GB015581 Normal gb1107969 Recortado GB2032040 Normal GCG 2297 Normal GH6472222 Normal GJ7397979 Normal GK0370 9 Normal GC4407147 Normal GT9051 0 Recortado GR120266 Normal GT0556455 Normal FH006297 Normal HB0103258 Recortado HB7019162 Recortado HG1302 69 Normal HH043081 Normal HH644114 Normal HJ1351523 Normal HZ1282 13 Normal JJ000572 Normal JB662169 Normal JF010531 Recortado JA500009 Normal JB1313154 Normal JG1030624 Normal JG1417086 Normal JD073130 Normal JD204957 Normal JK1811 86 Normal JL3481203 Normal JR1390029 Normal JT006988 Normal JV1187224 Normal JK043878 9 Recortado KJ6285 9 3 Recortado KJ6323850 Recortado KJ8476259 Recortado KJ0108883 Recortado KJ0073232 Recortado KJ6002571 Normal KJ7563058 Recortado KP002607 Normal KP925321 Normal KX2904408 Recortado KZ1024401 Normal LDC0 2 8 5 2 7 Normal LL1078852 Normal LL1843403 Normal LL2333217 Normal LP1313328 Recortado LB049126 Normal LT1030100 Normal LT1 1860 1 Recortado LT890480 Normal LL1075432 Normal LY367284 Normal LY5645356 Recortado LZ1118226 Normal LZ130621 Normal mb515337 Recortado MC330106 Recortado MP028316 Recortado MR000412 Normal MT012694 Recortado MY917463 Normal N400429 Normal NB117733 Normal NE197656 Recortado NR291295 Normal NJ916958 Recortado NT172132 Recortado P599185 Recortado PB406923 Recortado PC337500 Recortado RT130701 Recortado S585926 Recortado SE000479 Recortado SE0 18547 Recortado TS859143 Recortado TC026253 Recortado TC867239 Recortado VB184556 Recortado VT089725 Recortado VC156268 Recortado

CONDIÇÕES: SEM GARANTIA, DIREITO DE ARREPENDIMENTO, SEM GARANTIA, DIREITO DE POSSE, MULTA DE TRÂNSITO DE VEÍCULO, VENDA DE VEÍCULO SOMENTE PARA REMARCAÇÃO DO ÔNIBUS, REMARCAÇÃO DO ÔNIBUS, ÔNIBUS DE ENCHENTE, ÔNIBUS DE PERDA TOTAL, ÔNIBUS DE FIM DE VIDA ÚTIL, ÔNIBUS DE COLISÃO, ÔNIBUS DE ROUBO/FURTO, ÔNIBUS DE SUCATA, ÔNIBUS DE ARRENDAMENTO, ÔNIBUS DE ARRENDAMENTO, ÔNIBUS DE ARRENDAMENTO

Saiba como o preço do combustível impacta na tarifa de ônibus em SP

A tarifa de ônibus de São Paulo é baseada nos custos para operação e manutenção do sistema. Como os valores pagos pelos passageiros não são suficientes para custear integralmente o serviço, a prefeitura da capital paulista repassa subsídios para as empresas concessionárias do transporte coletivo.

Os recursos do Executivo municipal compensam ainda as gratuidades garantidas para idosos, pessoas com deficiência, além dos descontos para estudantes e concedidos pelo sistema de integração para os passageiros que se deslocam usando mais de um ônibus, ou em combinação com os sistemas de trilhos.

Nos dias úteis de março, os ônibus da capital paulista, têm transportado, de acordo com a SPTrans, cerca de 2,5 milhões de pessoas nos dias úteis em quase 7 milhões de viagens. Operam na cidade, aproximadamente 12 mil ônibus em 1,3 mil linhas.

Custos

Nas planilhas disponibilizadas pela Prefeitura de São Paulo para dar transparência à composição da tarifa, os custos com o sistema são estimados em R$ 748,2 milhões por mês. Desse montante, R$ 682,3 milhões são valores repassados às empresas concessionárias, R$ 65,8 milhões é o valor utilizado para manter a infraestrutura, como manutenção dos terminais de ônibus e fiscalização do sistema.

Os custos do sistema de transporte representam, segundo os cálculos da prefeitura, uma tarifa equivalente a R$ 7,26 por passageiro. Para que as pessoas paguem os R$ 4,40 da tarifa de ônibus atual, o Executivo municipal repassa às empresas aproximadamente R$ 263,9 milhões por mês. Em 2021, foram R$ 3,3 bilhões de subsídios, de acordo com o prefeito Ricardo Nunes.

Combustíveis

Entre os custos do sistema de transporte, 54% são despesas fixas, como salários e aluguéis de garagens. Entre as despesas variáveis está o valor pago com óleo diesel, que representa 19,8% do total do custeio do sistema de transporte. Em março, a Petrobras promoveu um forte reajuste no preço do combustível, que passou de R$ 3,25, em média, para R$ 4,06 a cada litro vendido na bomba.

O aumento do preço dos combustíveis passou a pressionar os custos do sistema de transporte, aumentando a necessidade da prefeitura de transferir mais recursos para manter o preço da tarifa. "Nós estamos fazendo um esforço muito grande para não aumentar a tarifa, para não tirar ônibus de circulação", enfatizou o prefeito ao comentar a situação na última sexta-feira (25).

Para amenizar os impactos da alta dos combustíveis nos cofres do município, Nunes espera que a Câmara dos Deputados aprove o projeto de lei que cria o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas para ajudar a custear as tarifas de ônibus na cidade. O programa consiste em repassar verbas do Orçamento da União – aproximadamente R$ 5 bilhões – para custear a gratuidade no transporte urbano para pessoas com mais de 65 anos.

A proposta já foi aprovada no Senado em fevereiro. "O ideal é que a gente consiga votar até abril. Se passar de abril, nós vamos ter que ter outras ações que pode ser aumentar o subsídio ao sistema de transporte", disse. Segundo Nunes, o custo da gratuidade está atualmente em R$ 450 milhões por ano. (Agencia Brasil)

Ministro da Educação pede exoneração do cargo

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, pediu na segunda-feira (28) exoneração do cargo. A demissão ocorreu a pedido dele e foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Na semana passada, a Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para investigar o ministro. A medida foi autorizada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia.

A investigação foi aberta após a publicação de matérias na imprensa sobre suposto favorecimento na liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação.

Na ultima segunda-feira (21), uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo divulgou um áudio em que Milton Ribeiro, diz favorecer, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, prefeituras de municípios ligados a dois pastores.

Em outro inquérito, a PF também investiga as supostas irregularidades. A polícia recebeu na semana passada um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo o órgão, os fatos são investigados desde o ano passado, antes da divulgação da gravação.

As denúncias foram recebidas pela CGU no dia 27 de agosto de 2021 e tratam de possíveis irregularidades que estariam ocorrendo em eventos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) e sobre o oferecimento de vantagem indevida, por parte de terceiros, para a liberação de verbas do fundo. A apuração ocorreu entre os dias 29 de setembro de 2021 e 3 de março de 2022.

O órgão concluiu que agentes públicos não estavam envolvidos nas supostas irregularidades e enviou o caso para a PF, que abriu um inquérito criminal.

O caso também é na esfera cível pela Procuradoria da República no Distrito Federal. O Tribunal de Contas de União (TCU) também vai realizar uma fiscalização extraordinária no Ministério da Educação.

Após a divulgação do caso, em nota divulgada à imprensa, o então ministro Milton Ribeiro disse não haver nenhum tipo de favorecimento na distribuição de verbas da pasta. Segundo Ribeiro, a alocação de recursos federais segue a legislação orçamentária.

"Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado", disse.

Em nota publicada nas redes sociais, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que não praticou atos ilícitos. "Tenho plena convicção de que jamais pratiquei qualquer ato de gestão que não fosse pautado pela legalidade, pela probidade e pelo compromisso com o erário. As suspeitas de que foram cometidos atos irregulares devem ser investigadas com profundidade", destacou o ministro.

"Decidi solicitar o presidente Bolsonaro a exoneração do cargo de ministro a fim de que não paire nenhuma incerteza sobre minha conduta e do governo federal. Meu afastamento visa, mais do que tudo, deixar claro que quero uma investigação completa isenta", traz a nota. (Agencia Brasil)

Conselho Federal de Medicina regulamenta a cirurgia robótica

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da segunda-feira (28) a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), regulamentando os novos procedimentos médicos no Brasil com o uso de plataforma robótica. Segundo a resolução, a cirurgia Robô-Assistida é modalidade de tratamento cirúrgico a ser utilizada por via minimamente invasiva, aberta ou combinada, para o tratamento de doenças em que já se tenha comprovado sua eficácia e segurança.

Assinado pelo presidente e pela secretária do conselho, respectivamente os médicos Mauro Luiz de Britto Riberio e Dilza Ambrós Ribeiro, o documento, aprovado na sessão plenária do CFM do dia 23, leva em consideração o tratamento cirúrgico com o uso de plataforma robótica aprovado pelo Food and Drug Administration (FDA), em 2000, nos Estados Unidos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2008, e pelo National Institute for Health and Care Excellence (Nice), em 2015, na França.

"O Food and Drug Administration, em 2019, reconheceu a cirurgia robótica como importante opção terapêutica, segura e efetiva, quando usada de forma apropriada e com treinamento completo adequado, tendo recomendado que hospitais, médicos e equipes tenham credenciais apropriadas para cada plataforma utilizada", justificou o conselho.

Pacientes

Considerada como de alta complexidade, os pacientes submetidos a esse tipo de procedimento deverão ser esclarecidos sobre seus riscos e benefícios, sendo obrigatório a elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização da cirurgia. "Os hospitais, ao implantarem Serviço Especializado de Cirurgia Robótica, devem estar estruturados e equipados para realizar procedimentos de alta complexidade, tendo como objetivo oferecer toda segurança ao paciente", diz o documento.

Qualificação

Quanto à qualificação dos médicos, a resolução traz um amplo rol de exigências. Para realizar esse tipo de cirurgia, segundo o CFM, obrigatoriamente o médico deverá ser portador de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) no Conselho Regional de Medicina (CRM) na área cirúrgica relacionada ao procedimento. "Estes cirurgiões devem possuir treinamento específico em cirurgia robótica durante a Residência Médica ou capacitação específica para a realização de cirurgia robótica", ressalta a resolução.

No caso de cirurgiões principais na fase de treinamento, o documento diz que após completada a etapa básica de capacitação, ele só poderá realizar cirurgia robótica sob supervisão e orientação de um cirurgião-instrutor nesse tipo de procedimento. A autonomia para realizar cirurgia robótica sem a participação do cirurgião-instrutor em cirurgia robótica será permitida apenas após comprovação de conclusão e aprovação no treinamento com cirurgião-instrutor, tendo o médico realizado um mínimo de 10 cirurgias robóticas.

"A responsabilidade da assistência direta ao paciente é do cirurgião principal em relação ao diagnóstico, indicação cirúrgica, escolha da técnica e via de acesso, além das complicações intraoperatórias e pós-operatórias", ressalta a resolução. Sobre a responsabilidade do cirurgião-instrutor em cirurgia robótica, a resolução define que caberá a esse profissional apenas a orientação no manejo do robô e avaliação da competência do cirurgião principal e "não participará de forma direta da assistência ao paciente".

Para atuar como cirurgião-instrutor em cirurgia robótica, o médico deve comprovar ter realizado um número mínimo de 50 cirurgias robóticas na condição de cirurgião principal. Caso considere necessário, em benefício do paciente, esse profissional terá autonomia para interromper a modalidade robô-assistida.

Responsabilidades

O diretor técnico do hospital onde será realizada a cirurgia robótica é o responsável por conferir a documentação que garante a capacitação e competência do cirurgião principal, do cirurgião-instrutor em cirurgia robótica e dos demais médicos membros da equipe.

Em relação à telecirurgia robótica, que é a realização de procedimento cirúrgico a distância com utilização de equipamento robótico, o CFM estabeleceu que somente poderá ser realizada com infraestrutura adequada e segura de funcionamento de equipamento, banda de comunicação eficiente e redundante, estabilidade no fornecimento de energia elétrica e segurança eficiente contra vírus de computador ou invasão de hackers.

"A equipe médica cirúrgica principal para a telecirurgia deve ser composta, no mínimo, por médico operador do equipamento robótico (cirurgião remoto), cirurgião presencial e cirurgião auxiliar", diz a resolução.

Nesse caso, o cirurgião remoto também deve ser portador de RQE na área correspondente ao ato cirúrgico principal, com registro profissional médico no CRM de sua jurisdição. "O cirurgião presencial será o responsável pela assistência direta ao paciente e deve ser portador de RQE na área correspondente ao ato cirúrgico principal e estar capacitado para assumir a intervenção cirúrgica em situação emergencial ou em ocorrências não previstas, como falha no equipamento robótico, falta de energia elétrica, flutuação ou interrupção de banda de comunicação", prevê o documento.

Ainda segundo o CFM, a telecirurgia robótica deve ser explicitamente consentida pelo paciente ou seu representante legal e realizada por livre decisão e responsabilidade dos médicos envolvidos no ato cirúrgico, sendo obrigatório autorização por escrito do diretor técnico do hospital onde a cirurgia será realizada. (Agencia Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

SEGURO AGROPECUÁRIO

Ajunta diretiva da Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento do Seguro Agropecuário (Alasa) divulgou dia (24), na Cidade do México, a escolha do Brasil como sede em 2024 do próximo Congresso Internacional da entidade, que ocorre a cada dois anos. A escolha pelo Brasil ocorreu com a apresentação dos principais apoiadores do evento, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e a Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber).

AQUICULTURA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) realizaram, no Palácio do Itamaraty, Seminário sobre Aquicultura Sustentável no Brasil e no Paraguai. O evento reuniu autoridades dos dois países, especialistas e produtores. Na abertura do evento, a ministra Tereza Cristina destacou que, nos últimos anos, o Mapa e demais órgãos federais alteraram e ajustaram normas que garantem segurança jurídica para que os aquicultores possam produzir em águas da União.

VISITA

Ranil Jayawardena, ministro de Comércio Internacional do Reino Unido, viu de perto os resultados que a pesquisa científica brasileira tem gerado para a agropecuária. Em visita à Unidade de Referência Tecnológica de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), implantada na Embrapa Cerrados (DF) há 14 anos, o ministro pôde verificar o potencial dessa tecnologia.

COOPERAÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério da Economia (ME) assinaram um Termo de Cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o estabelecimento de uma linha de crédito no valor de US$ 1,2 bilhão. Os recursos serão destinados prioritariamente para projetos de desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.

HOMENAGEM

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) receberam, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para um balanço da gestão frente ao MAPA, nos últimos três anos. Além de lembrarem as melhorias realizadas, os presentes enalteceram a perseverança da ministra como fator fundamental para o desenvolvimento do agro e do Brasil. Para o presidente da FPA, deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR), todos os avanços consolidados no setor agropecuário brasileiro possuem a participação efetiva da ministra Tereza Cristina.

MILHO

O vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Sérgio Bortolozzo, vai permanecer à frente da Câmara Setorial do Milho e Sorgo, ligada ao Ministério da Agricultura (Mapa), responsável pelas principais discussões e políticas voltadas a estas cadeias produtivas. O mandato de Bortolozzo como presidente da Câmara foi renovado até 20 de janeiro de 2024.

FORUM

O 1º Fórum "O Vale" de Democracia, realizado em São José dos Campos, foi acompanhado pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento de SP, Itamar Borges, e pelo Secretário Executivo, Francisco Matturro, além de lideranças e políticos locais, como os deputados federais Milton Vieira e Eduardo Cury. Realizado pelo jornal OVALE, o Fórum reuniu personalidades para debater ideias e programas para pensar o futuro do país e da democracia.

BANCO MUNDIAL

O secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Itamar Borges, o secretário-executivo, Francisco Matturro, e diretores da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) participaram de uma reunião virtual com membros do Banco Mundial. No encontro, a SAA apresentou à instituição financeira internacional o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias III –, pleiteando financiamento para uma nova fase do programa que promove o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo.

UNICA

Representando o Secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Itamar Borges, o Secretário Executivo, Francisco Matturro, esteve, na sede da UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), em reunião com representantes da ASAZGUA (Associação de Açucareiros da Guatemala) e da UNALA (União da Indústria de Açúcar da América Latina). O Ditetor-Presidente da UNICA, Evandro Gussi, e a Diretora Geral do Instituto Biológico (IB-SAA), Ana Eugênia Carvalho, estiveram na ocasião. (Com informações de assessorias)

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 64 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor agropecuário, e agora tem esta coluna semanal de noticias da agropecuária em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. - Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com

AGRO CARTOON PICAZO

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Lembre sempre de lavar as mãos